



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB DEPARTAMENTO DE  
EDUCAÇÃO - CAMPUS I / SALVADOR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE - PPGEDUC**

**MAGNO SANTANA DA SILVA**

**LETRAMENTO RACIAL: UM ESTUDO SOBRE AS PROPOSTAS E AÇÕES  
DO MOVIMENTO NEGRO EVANGÉLICO EM SALVADOR**

Salvador – Bahia  
2025

**MAGNO SANTANA DA SILVA**

**LETRAMENTO RACIAL: UM ESTUDO SOBRE AS PROPOSTAS E AÇÕES  
DO MOVIMENTO NEGRO EVANGÉLICO EM SALVADOR.**

Dissertação para o Mestrado em educação e Contemporaneidade / PPGEDUC. Desenvolvido na Linha 1 Processos Civilizatórios, Educação, Memória e Pluralidade Cultural da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

**Orientadora:** Dr<sup>a</sup> Livia Alessandra Fialho da Costa.

Salvador – Bahia

2025

FICHA CATALOGRÁFICA  
Biblioteca Professor **Edivaldo Machado Boaventura - UNEB – Campus I**  
**Bibliotecária: Célia Maria da Costa – CRB5/918**

S586l      Silva, Magno Santana da  
              Letramento racial: um estudo sobre as propostas e ações do  
              movimento negro evangélico em Salvador / Magno Santana da Silva .-  
              Salvador, 2025.  
              168 f. : il.

Orientador: Lívia Alessandra Fialho da Costa.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da  
Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em  
Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC, Campus I. 2025.

Contém referências e anexos.

1. Negros – Educação – Salvador (BA). 2. Protestantes -  
Movimentos sociais – Negros. 3. Negros – Discriminação na  
educação – Salvador (BA). 4. Letramento – Negros – Salvador (BA).  
I. Costa, Lívia Alessandra Fialho da. II. Universidade do Estado da  
Bahia. Departamento de Educação. Campus I. III. Título.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### LETRAMENTO RACIAL: UM ESTUDO SOBRE AS PROPOSTAS E AÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO EVANGÉLICO EM SALVADOR

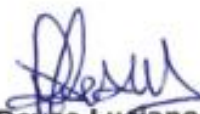
**MAGNO SANTANA DA SILVA**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC, em 28 de agosto de 2025, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

  
**Profa. Dra. Livia Alessandra Fialho da Costa**  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Antropologia Social e Etnologia  
École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França

Documento assinado digitalmente  
 JOSE VALDIR JESUS DE SANTANA  
Data: 26/08/2025 15:03:33 -0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Prof. Dr. Jose Valdir Jesus de Santana**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB  
Doutorado em Antropologia Social  
Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Brasil

  
**Profa. Dra. Deyse Luciano de Jesus Santos**  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Doutorado em Educação e Contemporaneidade  
Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Brasil

  
**Profa. Dra. Obdália Santana Ferraz Silva**  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

“O caminho é feito ao caminhar.”

Antonio Machado

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido o privilégio de poder acessar o PPGEDUC, espaço acadêmico de excelência, composto por um grupo de pesquisadores/professores de grande relevância no cenário nacional.

Minha gratidão à Professora Dr<sup>a</sup> Lívia Alessandra Fialho por ter me aceitado como orientando deste programa, pela dedicação, compromisso, paciência e rigor necessários para a produção científica. Sempre com seu olhar atento, contribuições assertivas, delicadeza e gentileza nas palavras e na condução desta pesquisa.

À Tatiana Vaz, minha esposa, minha metade, sempre companheira, dedicada, compreensiva e solícita. O ouvido mais próximo e disposto a escutar minhas ponderações e devaneios epistemológicos, 24h por dia! Contribuindo com críticas verdadeiramente construtivas e as ponderações sensíveis e relevantes de uma Assistente Social. Minha gratidão e meu amor, sempre!

À minha família, pelo acolhimento incondicional dos meus projetos de vida, sempre me incentivando e colaborando para que o ambiente de estudos fosse favorável às leituras e reflexões necessárias. Em especial, a Ana Júlia Vaz, minha filha, pelo carinho durante os longos períodos em que estive dedicado aos estudos e pela compreensão em ter o tempo de convívio comigo sacrificado por esse propósito.

Às minhas duas mães: Maria Santana e Maria da Conceição, respectivamente mãe e sogra, pelo incentivo e torcida a todo tempo. Aos meus irmãos Márcia Santana e Aldo Santana, por estarem sempre ao meu lado, ao meu querido amigo Fernando Cunha, parceiro nas reflexões e um ombro sempre disponível, gratidão!.

Aos meus colegas de turma, em especial, Maísa e Renan, pesquisadores incríveis, pela parceria, trocas, compartilhamento de informações e ajuda mútua.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as propostas e ações do Movimento Negro Evangélico (MNE). Busca-se identificar como o movimento tem contribuído para o letramento racial e a educação antirracista no segmento evangélico em Salvador, Bahia, a partir de ações específicas. Metodologicamente, realiza-se uma pesquisa qualitativa e exploratória de inspiração netnográfica sobre as propostas, ações e metodologias do MNE, mapeando suas ações e o seu impacto no tocante ao letramento racial. Desenvolvida entre os anos 2023 e 2025, esta pesquisa se inspira na netnografia (ou etnografia virtual), complementada por outros dois dispositivos de construção de dados: entrevistas semiestruturadas e observação participante. Dadas as características e o ativismo do MNE, o trabalho tem como base epistemológica a Teoria Crítica da Raça (TCR) enquanto modelo teórico eficiente para explicar as questões raciais e as desigualdades por meio de práticas transformadoras da realidade, objetivando a justiça social. Foram realizadas entrevistas com lideranças do MNE, pastores e membros das entidades envolvidas direta ou indiretamente com o objeto de pesquisa, num total de oito (8) participantes. O campo de pesquisa desta investigação concentrou-se nas propostas do Movimento Negro Evangélico, especificamente nas atividades e produções de dois coletivos ativos em Salvador durante o período de realização do estudo: o CUXI (Coletivo negro evangélico em Salvador) e o MNE/Bahia. Foram analisadas as propostas, ações e metodologias, com foco em eventos de letramento racial, documentos escritos, publicações (livros e artigos), registros de eventos virtuais e observações participantes das atividades desenvolvidas pelos coletivos. Algumas categorias-chave guiaram a construção e análise do objeto de estudo, como: Letramento Racial, Movimentos Sociais, Educação, Racismo Estrutural e Educação Antirracista. As principais categorias analisadas em profundidade e colocadas em diálogo com o referencial teórico foram: Propostas de Letramento Racial, Ações de Letramento Racial e Teologia Negra. A análise dos dados demonstra o que propõem os coletivos mapeados e como implementam ações de letramento racial que contribuem para o fortalecimento do debate étnico-racial e da educação antirracista no segmento evangélico de Salvador.

**Palavras-chave:** Educação Antirracista; Movimento Negro Evangélico; Letramento Racial.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the proposals and actions of the Evangelical Black Movement (MNE). It seeks to identify how the movement has contributed to racial literacy and anti-racist education within the evangelical segment in Salvador, Bahia, based on specific actions. Methodologically, the study employs a qualitative and exploratory research design inspired by netnography regarding the MNE's proposals, actions, and methodologies, mapping its activities and their impact on racial literacy. Developed between 2023 and 2025, this research is inspired by netnography (or virtual ethnography), complemented by two other data construction devices: semi-structured interviews and participant observation. Given the characteristics and activism of the MNE, the work's epistemological basis is Critical Race Theory (CRT), which serves as an efficient theoretical model for explaining racial issues and inequalities through practices that transform reality, aiming for social justice. Interviews were conducted with MNE leaders, pastors, and members of entities involved directly or indirectly with the object of study, totaling eight (8) participants. The research field of this investigation focused on the Evangelical Black Movement's proposals, specifically the activities and productions of two collectives active in Salvador during the study period: CUXI (Evangelical Black Collective in Salvador) and MNE/Bahia. The proposals, actions, and methodologies were analyzed, with a focus on racial literacy events, written documents, publications (books and articles), records of virtual events, and participant observations of the activities developed by the collectives. A few key categories guided the construction and analysis of the object of study, such as: Racial Literacy, Social Movements, Education, Structural Racism, and Anti-Racist Education. The main categories analyzed in depth and discussed in dialogue with the theoretical framework were: Racial Literacy Proposals, Racial Literacy Actions, and Black Theology. The data analysis demonstrates what the mapped collectives propose and how they implement racial literacy actions that contribute to strengthening the ethnic-racial debate and anti-racist education within the evangelical segment of Salvador.

**Keywords:** Anti-Racist Education; Evangelical Black Movement; Racial Literacy.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AL** (Agência de Letramentos)

**ABS** (Aliança Bíblica de Secundaristas)

**CUXI** (Coletivo Negro Evangélico em Salvador)

**COPENE** (Congresso de Pesquisadores Negros)

**EL** (Evento de Letramento)

**EBD** (Escola Bíblica Dominical)

**MNE** (Negro Evangélico)

**MNE-BA** (Movimento Negro Evangélico Bahia)

**OSC** (Organização da Sociedade Civil)

**RMNE** (Rede de Mulheres Negras Evangélicas)

**ABPN** (Associação Brasileira de Pesquisadores e Pesquisadoras Negros/as)

**NEAB** (Núcleos de Estudos Afro-brasileiros)

**IFBA** (Instituto Federal da Bahia)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1 A discussão étnico-racial no segmento evangélico.....	24
<b>2. PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	27
2.1. Posicionalidade autoral: movimentos de um evangélico negro.....	28
2.2. Mapeamento dos coletivos que compõem o MNE em atividade em Salvador.....	43
2.3 Critérios de inclusão e exclusão dos participantes no contexto da pesquisa.....	52
2.4 Da observação à construção de dados: Uma Análise Inicial.....	55
2.5 Aprofundando a Investigação: entrevistas semi-estruturadas na construção de novos dados.....	68
2.6 Da análise dos dados do campo e benefícios da pesquisa.....	71
2.7 Da análise dos dados do campo e benefícios da pesquisa.....	77
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO: MOVIMENTO EVANGÉLICO NEGRO, EVANGÉLICOS NEGROS EM MOVIMENTO</b> .....	81
3.1 Do passado ao presente: os precursores.....	97
3.2 Letramento Racial e Teoria Crítica da Raça.....	104
3.3 A contemporaneidade e a influência dos Movimentos Sociais e Religiosos para a educação e o letramento racial.....	111
3.4 Movimentos Sociais, educação e cidadania.....	114

<b>4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS: CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO EVANGÉLICO PARA O LETRAMENTO RACIAL EM SALVADOR.....</b>	<b>119</b>
4.1 Mapeamento e caracterização dos coletivos ativos do Movimento Negro Evangélico em Salvador-BA.....	120
4.2 História e Caracterização das propostas e ações de letramento racial do CUXI (Coletivo Negro Evangélico em Salvador) .....	122
4.3 História e Caracterização das propostas e ações de letramento racial do MNE-Bahia.....	135
4.4 Impacto do letramento racial promovido pelos coletivos mapeados na experiência dos seus membros.....	149
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>160</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>168</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa<sup>1</sup> busca contribuir com o campo da educação para a diversidade, especificamente, no tocante às questões atinentes ao racismo, preconceito e desigualdades sociais. Sabe-se que vários setores da sociedade atual se voltam para o combate ao racismo e às variadas formas de exclusão que marcam as relações sociais no Brasil. Igrejas/templos religiosos são espaços que também se sensibilizam e têm se posicionado em relação aos problemas sociais relacionados aos afrodescendentes. Assim, este estudo intenciona ampliar as discussões de iniciativa antirracista, promovidas por coletivos negros evangélicos em Salvador.

Ressalta-se que o segmento conhecido pela designação genérica de “evangélico” compreende um grupo diversificado de denominações e tradições pertinentes ao cristianismo, que surgiu durante a Reforma Protestante no século XVI, como reação às práticas litúrgicas e comportamentais da Igreja Católica Apostólica Romana, configurando-se numa dissidência desta. Os evangélicos, na sua maioria, têm como regra de fé a crença na centralidade e autoridade da Bíblia como a palavra de Deus. Têm como ênfase a fé pessoal em Jesus Cristo para a salvação e compreendem a evangelização como missão dada pelo próprio Cristo, para a conversão de pessoas em todo o mundo.<sup>2</sup> Entende-se por segmento evangélico várias denominações e tradições, como os batistas, metodistas, luteranos, presbiterianos, além das denominações pentecostais e neopentecostais. Historicamente os evangélicos estão presentes na sociedade em vários países e regiões do mundo.

Embora o termo segmento evangélico abranja diversas denominações e tradições, é fundamental reconhecer as singularidades que diferenciam esses grupos, especialmente no contexto brasileiro. No Brasil, e particularmente em Salvador, Bahia, a ascensão e a diversidade dessas tradições produzem dinâmicas sociais, teológicas e políticas distintas. Para os objetivos desta pesquisa, a análise

---

<sup>1</sup> Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNEB), sob Parecer consubstanciado N°: 6.509.165, emitido em 16 de novembro de 2023

<sup>2</sup> Do ponto de vista teológico, os evangélicos se baseiam na citação bíblica: “Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a todas as pessoas.” (Marcos 16:15)

dessas distinções é crucial, visto que o Movimento Negro Evangélico (MNE) atua em um campo heterogêneo, com cada denominação apresentando um grau diferente de abertura e resistência às pautas de letramento racial e educação antirracista.

No Brasil, a presença dos evangélicos se faz sentir na sociedade contemporânea, influenciando socialmente diversas áreas, como a política, a educação, a saúde, as questões morais e culturais, incluindo a música e a mídia. É perceptível que a igreja evangélica contemporânea brasileira, presente nas suas múltiplas denominações, constitui-se num espaço potente de cultura e letramentos, principalmente nas periferias das cidades, onde há uma forte presença evangélica de vertente pentecostal. A esse respeito, Oliveira (2004) aponta o pentecostalismo como uma opção para os excluídos.

Assim como aconteceu com as igrejas históricas, no pentecostalismo brasileiro não houve uma clara proposta apontando na direção dos pobres de forma específica e única. Mas é evidente uma diferença crucial entre o pentecostalismo e o protestantismo histórico: a mensagem. Enquanto as igrejas históricas pregavam visando àqueles que eram os seus, no que dizia respeito à origem, cultura e etnia, as igrejas pentecostais se propunham a anunciar a mensagem para todos, sem distinção de raça, cor ou credo. (Oliveira, 2004, p. 45-46)

Nessa dinâmica, esse segmento específico entre os evangélicos é composto por uma numerosa população de membros e congregados<sup>3</sup> sendo, muitas vezes, a principal porta de entrada para pessoas das camadas populares no mundo da cultura letrada. Dessa forma, podendo potencialmente contribuir para o enfrentamento do preconceito, da discriminação, do racismo e das desigualdades decorrentes da estrutura social racializada que marca as relações sociais no país (Almeida, 2020). O âmbito religioso pode, também, ser uma plataforma relevante na fomentação do debate em torno das questões étnico-raciais. Isto posto, a pergunta que norteia esta investigação situa-se na atuação das organizações, que compõem o que, de forma mais ampla, se entende por Movimento Negro Evangélico (MNE),

---

<sup>3</sup> A diferença entre um membro e um congregado, no contexto desse segmento religioso, é que o membro é o sujeito que já passou pelo batismo e encontra-se cadastrado no rol de membros da denominação enquanto que o congregado é o indivíduo que apenas frequenta o espaço de culto ou comunidade de fé, mas ainda não passou pelo batismo, não fazendo parte oficialmente do rol de membros da denominação.

questionando como os coletivos negros evangélicos contribuem para o letramento racial e a educação antirracista no segmento evangélico de Salvador?

Assim, esta pesquisa tem como objetivo principal compreender como o Movimento Negro Evangélico (MNE) tem contribuído para a promoção da educação antirracista e do letramento racial em Salvador, Bahia.

Considerando os objetivos específicos, busca-se:

- Mapear as ações e estratégias usadas pelo Movimento Negro Evangélico em um sentido mais amplo, a fim de influenciar as igrejas evangélicas no combate ao racismo, por meio da educação e do letramento racial.
- Identificar as entidades ou coletivos ativos, independentes ou que se relacionam com o Movimento Negro Evangélico (MNE) em Salvador (BA).
- Estudar as ações dos coletivos mapeados nas redes sociais (Instagram) que contribuem para o letramento racial entre seus seguidores evangélicos.
- Analisar as ações educativas desenvolvidas por coletivos negros de evangélicos, com foco no letramento racial.
- Examinar seus impactos nesse segmento religioso e a percepção de pastores e lideranças eclesiais sobre o Movimento Negro Evangélico e a importância do letramento racial e da educação antirracista.

Para fins de clareza e padronização das siglas ao longo da pesquisa, adotamos as seguintes convenções: a expressão Movimento Negro Evangélico (MNE) é utilizada como categoria sociológica para fazer referência ao campo mais amplo e ao histórico ativismo negro em espaços religiosos, englobando os diversos movimentos sociais negros espalhados pelo Brasil e pelo mundo, de maneira genérica. O MNE-BR se refere ao conjunto de coletivos vinculados a uma coordenação nacional articulada com atuação em vários estados do Brasil.

O MNE-BA faz referência, especificamente, aos coletivos atuantes no estado da Bahia e vinculados ao MNE-BR, enquanto o Cuxi designa o Coletivo Negro Evangélico em Salvador, sendo um coletivo local e independente.

Este estudo tem como principais focos empíricos de investigação o Cuxi e o MNE-BA (Movimento Negro Evangélico-Bahia), entidades que atuam na promoção do letramento racial entre a comunidade evangélica no município de Salvador.

Os estudos sobre letramento racial no Brasil se tornaram mais recorrentes a partir dos anos 2000, tendo como principais referências autoras como Schucman (2022) e Ferreira (2006). Atualmente o termo letramento racial tem se tornado expressão conhecida e bastante disseminada, presente tanto nos meios acadêmicos, relacionado aos estudos críticos sobre educação antirracista, desigualdade social e como chave de leitura para a compreensão das questões étnico-raciais e enfrentamento ao racismo.

Nesta pesquisa, entendemos o Letramento Racial promovido pelos coletivos estudados (CUXI e MNE-Bahia) como um processo de reeducação das pessoas, por meio de um conjunto de práticas pedagógicas com foco antirracista. Em sua essência, esta ferramenta busca instrumentalizar indivíduos, notadamente, a compreenderem ativamente o racismo para que possam combatê-lo. Isso se concretiza ao tornar os sujeitos aptos a reconhecer, criticar e combater não apenas atitudes, mas também as estruturas racistas presentes no cotidiano. O letramento racial atua, assim, na desnaturalização da noção de que o racismo é um mero resquício do passado ou de que o Brasil opera sob uma "democracia racial", impulsionando uma postura de enfrentamento ativo.

Para efeito de análise no contexto evangélico, operacionalizamos o conceito em três dimensões observáveis que orientaram a construção e a codificação dos dados, a partir das seguintes categorias de análise: Propostas de Letramento Racial, enquanto intencionalidade dos coletivos no fomento do debate em eventos de letramento, tanto presencialmente quanto nos meios digitais, mapeados na fase netnográfica do estudo; Ações de Letramento Racial, com foco nas práticas efetivas consolidadas pelos coletivos na promoção do letramento racial no segmento evangélico e seus impactos, observados em dois estudos de caso; e, finalmente, a

compreensão sobre a hermenêutica bíblica afrocentrada, ancorada nos pressupostos da Teologia Negra.

Assim, o letramento racial constitui-se numa abordagem relevante para o combate ao racismo, contudo, pesquisas recentes evidenciam que o quantitativo de produções acadêmicas (dissertações e teses) sobre letramento racial ainda é baixo quando comparado a outras temáticas dos estudos raciais e dos letramentos de acordo com Dos Reis Almeida, Eugênio e Garcia (2023), o que torna este estudo ainda mais relevante, tanto para o universo acadêmico e o segmento evangélico quanto para a sociedade em geral.

Numa acepção gramatical, o letramento é um processo que se dá após a alfabetização. Aprender a ler e escrever precede a compreensão da linguagem como produto e produtora da realidade. "Letrar" é levar o indivíduo a dominar um código ou um conjunto de práticas que o ensinam a ler o mundo para além da decodificação simples das letras. Letramento racial, por assim dizer, é uma apreensão significativa que nos leva à compreensão de como as relações raciais modelam o mundo e como elas são influenciadas por ele. O termo "racial literacy" aparece pela primeira vez em 2003 e foi cunhado pela socióloga afro-americana France Winddance Twine, tendo a primeira tradução para o português feita pela psicóloga Lia Vaine Schucman, que popularizou a ideia de letramento racial enquanto estratégia de desconstruir formas de agir e pensar que foram naturalizadas.

O letramento racial possui alguns pilares, como: desenvolver a capacidade de interpretar códigos e práticas racistas que estão no dia a dia, inclusive na sua forma recreativa, de acordo com Moreira (2020), a fim de reeducar o indivíduo na organização e reconfiguração de suas ideias para que atue na sociedade dentro de uma perspectiva antirracista, explicitando e desconstruindo práticas racistas, para que estas sejam discutidas e repensadas, como propõe Ribeiro (2019).

Nessa concepção, letrar vai além de alfabetizar: é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto que se relaciona com a vida prática dos estudantes, levando-os a uma participação ativa capaz de fazer leituras críticas da realidade onde estão inseridos e de desenvolver neles a percepção, a sensibilidade e a possibilidade de

uma educação potencialmente crítica, questionadora do *status quo* e incentivadora da busca de novas formas de pensar e agir no mundo (Freire, 1989).

Freire (1989), em seu livro *A importância do ato de ler*, defende que o processo de leitura é contextual e envolve uma compreensão crítica do ato de ler que não se resume ou se finaliza na simples decodificação da palavra escrita, mas que se localiza anterior e posterior a ela. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele” (Freire, 1989, p. 9). Na perspectiva freiriana, a leitura do mundo é uma leitura de conjuntura, é ampla e cheia de significado, que cada sujeito apreende subjetivamente, influenciado pelas paisagens sociais vistas e vivenciadas nas suas relações com o outro, consigo mesmo e com o meio social com o qual está em constante diálogo, sendo formado, formando, transformando e sendo transformado por esse meio num processo dialógico. Daí a dimensão política do letramento. Ao longo das últimas décadas, o conceito tem passado por diversas concepções.

De acordo com Kleiman (2010), o letramento é concebido como o “conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”, o que atribui ao uso da escrita e da leitura o caráter de atividades sociais. Street (2014) apresenta o letramento sob duas dimensões: o letramento autônomo e o letramento ideológico. Na primeira dimensão, a escrita possibilita a promoção de transformações “em si própria”, sem a necessidade de contextualização. Enquanto que, na concepção ideológica de letramento, os acontecimentos históricos são relevantes, ocasionando a construção de práticas sociais letradas. Aqui vemos um alinhamento com a perspectiva de Freire (1989) em sua defesa de que a leitura do mundo (contexto que pode ser social, histórico, familiar) precede a leitura da escrita (codificação e decodificação de sinais gráficos). Tais experiências sociais acumuladas propiciam ao indivíduo a atribuição de significados à leitura da palavra escrita, ampliando o seu potencial/posicionamento crítico, o que pode possibilitar a transformação de si e do seu entorno.

Para Kleiman (2005), o conceito de letramento é abrangente e inclui o processo de desenvolvimento do sujeito e é, de grande relevância para a sua

compreensão sobre o desenvolvimento histórico e transformações sociais no contexto em que está inserido. Para a autora “não existe um método de letramento. Nem um nem vários. O letramento envolve a imersão da criança, do jovem ou do adulto no mundo da escrita” (Kleiman, 2005, p. 9). O desenvolvimento de competências e habilidades que o indivíduo necessita para o seu letramento social é construído durante a aprendizagem e aquisição da leitura e da escrita.

Soares (1998) defende a necessidade histórica de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e escrita que extrapolam o simples ato de ler e escrever aprendidos na escola. A autora reflete sobre o letramento como a habilidade funcional e competente de leitura e escrita em diferentes áreas da vida, como a profissional, social e cultural, reforçando a compreensão de que o letramento se constrói nas variadas interações e situações do dia a dia, seja no âmbito social, profissional, familiar, religioso, escolar, ou em situações formais ou informais dos grupos em que os sujeitos estão inseridos. Segundo a autora, a língua e as experiências culturais e sociais dão sentido à leitura e à escrita.

Assim, na cultura letrada contemporânea, é possível falar de diversos tipos de letramentos, como: letramentos ancestrais, históricos, acadêmicos, sociais e raciais. É exatamente sobre a concepção de letramento racial, enquanto forma de pensar as relações étnico-raciais de maneira crítica e reflexiva, levando em consideração o contexto histórico e o processo de colonização como marcador para a compreensão da estrutura social marcada pelo racismo e seus desdobramentos no tecido social brasileiro, que também se debruça este estudo. Ele entende o letramento racial como resposta ao racismo na contemporaneidade, mas, não apenas isso, busca compreender a sua relevância enquanto abordagem para a transformação social no contexto do segmento evangélico, a partir das ações dos coletivos negros evangélicos estudados, a exemplo do Cuxi e do MNE-Bahia em Salvador.

Na busca por essa compreensão, optou-se pelos estudos relacionados à Teoria Crítica da Raça (TCR) como base epistemológica. Esta teoria compreende o conjunto de estudos interdisciplinares sobre raça desenvolvidos no final da década de 1970, nos Estados Unidos, inicialmente no contexto da área do direito. Um dos seus principais expoentes é o intelectual Derrick Bell, renomado professor da

Universidade de Harvard, além de Kimberlé Crenshaw, Richard Delgado e Jean Stefancic. Esses autores contribuíram para o conjunto de estudos e abordagens que compõem a Teoria Crítica.

A TCR logo se espalhou pelo mundo, sendo bem acolhida, principalmente pelos países que tiveram sua construção social e cultural atravessada por processos de colonização, como os países da América do Sul, Ásia e África.

Para Delgado e Stefancic (2021), a Teoria Crítica da Raça constitui-se numa ferramenta eficaz para entender e enfrentar o racismo. Pois ao analisar as estruturas de poder e as conjunturas sociais produtoras e reprodutoras da desigualdade racial, a TCR favorece uma perspectiva crítica e transformadora na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Os pressupostos da TCR dialogam com o Letramento Racial na medida em que propõe uma leitura interpretativa do mundo e de como o critério de raça opera para o acirramento das desigualdades, do racismo e das múltiplas formas de opressões sociais. Porém, uma vez que essa realidade é interpretada, tem-se em vista a sua transformação e a superação das desigualdades sociais, isto é: não apenas busca compreender o mundo, mas denunciá-lo e transformá-lo.

Delgado e Stefancic (2021) apresentam os principais pressupostos da TCR, sendo eles: crítica a ideia de neutralidade racial, aqui no Brasil conhecida como democracia racial; convergência de interesses, interpretada como a manutenção de privilégios, crítica também presente nos estudos de Bento (2022); o racismo institucional e estrutural (Almeida, 2020); a racialização diferencial, entendimento de que diferentes grupos raciais sofrem diferentes tipos de discriminação e, por fim, a defesa da voz das minorias, presente nos estudos sobre lugar de fala Ribeiro (2020). A Teoria crítica trabalha ainda conceitos como Interseccionalidade (Akotirene, 2019), entendendo o conceito enquanto “ferramenta analítica que considera que as categorias de raça, classe, gênero, nacionalidade, orientação sexual, capacidade, etnia e faixa etária entre outras são relacionadas e moldam-se mutuamente” (Collins e Bilge, 2021), sendo uma forma de estudar, entender e explicar o mundo e a complexidade das relações e experiências humanas.

Conforme exposto, a Teoria Crítica da Raça abrange uma ampla série de estudos e reflexões que estão presentes no *corpus* teórico desta pesquisa. De modo que a abordagem sobre letramento racial encontra na TCR uma ancoragem segura para as suas ponderações, assim como a análise da realidade social brasileira, que herda as consequências de um processo de colonização, onde a escravização indígena e africana conduziu este país a uma estrutura racializada que, historicamente, atravessa suas diversas instituições. Dessa forma, temos na TCR as ferramentas epistemológicas para a compreensão do racismo na sociedade brasileira e, por extensão, no contexto religioso evangélico.

De acordo com Campos e Schwarcz (2003), no Brasil, ao longo de anos, tem sido marcante a ideologia da democracia racial, segundo a qual o país não possui racismo e todos vivem em harmonia e igualdade. Tal ideia constitui-se numa estratégia que serve para camuflar um sistema perverso, no qual os negros, enquanto grupo majoritariamente excluídos, são as grandes vítimas do racismo, do preconceito, da discriminação e da desigualdade social. Tal ideologia permeia também as igrejas evangélicas, espelhando a crença de que na igreja não há discriminação, seja de cor, gênero ou econômica, e que todos são iguais aos olhos de Deus e dos irmãos, “uma reprodução da democracia racial entre os evangélicos”.

Os reflexos desse pensamento atingem diversos setores da sociedade e tem dificultado a discussão sobre a temática étnico-racial no segmento evangélico, pois, “se o problema não existe”, logo não precisa ser tratado, então, não há por que a igreja se ocupar desse tema de forma mais sistemática. Porém, a realidade é bem diferente, pois, o problema se encontra enraizado no país e, por conseguinte presente nas instituições públicas e privadas, manifestando-se, inclusive, em instituições religiosas, como igrejas evangélicas.

Com certeza Deus vê todas as pessoas como iguais e ama a todas como são, ou seja, pecadores carentes da sua graça e misericórdia. Mas isso não quer dizer que nessas igrejas repletas de pecadores se verifique a realidade prática de que todos são iguais, de que todos possuem os mesmos direitos, de que todos sofrem os mesmos pesos quando erram e, que independentemente de raça, cor e situação econômica e social, podem alcançar os mais altos cargos denominacionais. (Oliveira, 2004, p. 93)

O autor tem a percepção de que o racismo está enraizado nas instituições brasileiras e, que a igreja não escapa às suas manifestações.

Para compreendermos a complexidade do problema atual da presença do racismo nas igrejas, é interessante voltarmos o nosso olhar para as raízes históricas do protestantismo no Brasil, refletindo sobre a diversidade entre os cristãos evangélicos. Estes são classificados em: protestantes históricos (ou tradicionais); pentecostais (como Assembleia de Deus, Congregação Cristã no Brasil e Deus é Amor); e neopentecostais, representados, principalmente, pelas igrejas Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça e Renascer em Cristo. Estes dois últimos grupos (pentecostais e neopentecostais) são tipificados por Oliveira (2004).

Lopes (2018) apresenta uma cronologia, baseada na história oficial, das oito primeiras igrejas que se estabeleceram no Brasil. No estado do Rio de Janeiro: Igreja Anglicana, chegando em 1819, seguida pela Igreja Metodista em 1836, a terceira foi a Igreja Luterana Alemã, em 1845, a quarta foi a Igreja Congregacional, que chegou ao Rio de Janeiro em 1855 com o Reverendo Robert Keller e sua Esposa Sara Keller, seguida pela Igreja Presbiteriana em 1859.

Fora do Rio de Janeiro, a sexta igreja a chegar foi a Igreja Batista, que se estabeleceu na cidade do Salvador em 1881, fundando a Primeira Igreja Batista do Brasil, a sétima igreja a se instalar no Brasil foi Episcopal, em Porto Alegre, em 1890, e a oitava foi a Igreja Assembleia de Deus que chegou a Belém, no estado do Pará em 1910, após a explosão pentecostal nos Estados Unidos em 1806. Daí em diante muitas outras igrejas pentecostais e neopentecostais se estabeleceram no país, as principais: Igreja O Brasil Para Cristo, Deus é Amor, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus e Igreja Internacional da Graça de Deus.

Essa é uma cronologia da história oficial da igreja, porém Da Silva (2018, p. 9) registra que, em 1841, Agostinho José Pereira, conhecido como o “Lutero negro”, começou um movimento de pregação nas ruas do Recife-Pernambuco e que deu origem a Igreja do Divino Mestre, denominação protestante que reuniu mais de 300 membros. Essa breve cronologia nos permite evidenciar que as igrejas protestantes históricas e outras iniciativas de evangelização, extra oficiais como a Igreja do

Divino Mestre, tem sido presente em solo brasileiro desde o final do período colonial, sendo que muitas dessas denominações chegaram ao Brasil ainda no período em que a escravidão estava em vigor, visto que a abolição só veio a ocorrer em 13 de maio de 1888, conforme Schwarcz e Starling (2015). Ao longo do tempo o segmento evangélico tem sofrido modificações.

Mariano (2016) defende que o cenário que caracteriza o segmento evangélico contemporâneo tem sofrido mudanças significativas nas últimas décadas, seja na ampliação do seu raio de influência na dinâmica social brasileira, manifestado em diversas áreas do comportamento ou pelo franco crescimento numérico das denominações, reverberando essa influência no campo da moral, da mídia e da política partidária com influência direta em processos eleitorais. O autor constata que o Brasil é o país onde mais o segmento evangélico cresceu em poder político-partidário e, em seus estudos descreve as características mais marcantes desse segmento religioso e sua atuação no tecido social brasileiro contemporâneo.

Os evangélicos podem ser compreendidos, não como um segmento homogêneo, mas composto por uma diversidade de denominações, sob certos aspectos concorrentes entre si e com divergências doutrinárias, litúrgicas e teológicas que podem variar de uma denominação para outra. Assim, constitui-se num segmento fragmentado, não formando um bloco coeso, possuem diferentes estratégias de crescimento, evangelização e alinhamentos políticos e ideológicos, são divididos em conservadores e progressistas (apesar desse segundo grupo ser minoritário), pois os evangélicos na sua grande maioria são alinhados ao conservadorismo de direita, apesar disso há igrejas inclusivas (compostas por pessoas LGBTQs) e grupos militantes antirracistas, a exemplo do Movimento Negro Evangélico além de representantes de diversos movimentos sociais em seu meio (Mariano, 2016).

Desde a assembleia constituinte de 1988 os evangélicos têm se envolvido cada vez mais na vida política brasileira, compondo bancadas parlamentares, inclusive, contando com muitos pastores exercendo mandatos de vereadores, deputados, senadores e até ministros de Estado nas últimas décadas. Porém não são todas as denominações que estão envolvidas no engajamento político partidário, a exemplo da Congregação Cristã do Brasil e Igreja Deus é Amor.

No caso das igrejas pentecostais. Mariano (2016) identifica que as mais bem sucedidas investem no proselitismo e no atendimento das expectativas das camadas mais populares e excluídas, adaptam a mensagem do evangelho ao suprimento das necessidades materiais e culturais, investem no rádio e no evangelismo televisivo, atuam nas redes sociais e mídias eletrônicas, formam redes comunitárias de apoio capazes de fortalecer o sentimento de pertencimento, estabelecem padrões rígidos de comportamento moral e criam redes de apoio social e psicológico que dão ao membros o sentimento de pertencimento e conforto emocional e espiritual, além disso, trabalham a Teologia da Prosperidade, alimentando nos fiéis a esperança em melhores condições materiais de vida, além de proporcionarem uma centralidade da experiência no corpo (Costa, L e Jacquet, C., 2006).

Quando o recorte é escolarização e renda os evangélicos também se mostram enquanto uma categoria heterogênea. Mariano (2016) os caracteriza como protestantes e pentecostais. Onde os protestantes têm níveis de renda e escolarização mais elevados, inclusive do que a média nacional, esse grupo cresce mais na região sul e sudeste, tendo a composição do seu corpo de membros majoritariamente formado por pessoas brancas. Já os pentecostais crescem entre os menos escolarizados, na base da pirâmide social e a maior parte dos seus membros são pretos e pardos, na sua grande maioria mulheres. Para o autor, a pobreza favorece a dependência do laço religioso tornando-o mais atraente, dessa forma os pentecostais estão presentes nos estratos econômicos mais vulneráveis, em maior número nas periferias urbanas nas capitais e nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, onde é marcada a fraca presença do poder público e as necessidades materiais e de infraestrutura são mais sentidas. Nesses territórios estão a maior quantidade de templos pentecostais.

Os evangélicos caracterizam-se pelo seu compromisso religioso e engajamento comunitário, são mais proselitistas,<sup>4</sup> compartilhando a sua fé com frequência entre familiares e amigos; são conservadores nos costumes, apoiam pautas morais, além de, frequentemente financiarem os ministérios que fazem parte.

---

<sup>4</sup> Esforço contínuo para converter alguém, fazendo com que essa pessoa pertença a determinada religião, seita, doutrina; catequese: proselitismo religioso. DICIO, Dicionário online de Português. Folha de São Paulo, 2009. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/proselitismo/> > Acesso em 12 de fevereiro de 2025.

Segundo Mariano (2016) os membros desse segmento religioso, são altamente sujeitos às suas lideranças pastorais.

Apesar dessas características serem comuns a grande maioria dos cristãos que se autodenominam evangélicos, há aqueles, que mesmo defendendo tais práticas, se assumem como evangélicos, porém optam por não estarem filiados a nenhuma denominação específica, desenvolvendo a sua religiosidade/espiritualidade e vivendo suas experiências religiosas de forma independente. Mariano (2016) os classifica como evangélicos não determinados:

[...] o crescimento do número de evangélicos não determinados, friso, se deve também à expansão da desvinculação desses religiosos de suas igrejas, situação em que o crente (nascido ou não em família evangélica) mantém a identidade e parte das crenças e práticas religiosas, mas opta por fazê-lo fora de qualquer instituição. (Mariano, 2016, p. 128)

Para o autor, a diversidade que caracteriza o campo religioso evangélico, seja em termos denominacionais (dada a variedade de denominações espalhadas pelo país), com liturgias próprias, alinhamentos ideológicos e políticos, é tão vasta e fragmentada quanto a própria dinâmica social contemporânea e a natureza de seus dilemas sociais e raciais.

### **1.1 A discussão étnico-racial no segmento evangélico**

A presença do racismo, da discriminação e das desigualdades sociais em vários segmentos da sociedade brasileira tem tornado a discussão sobre as questões étnicas e raciais um dos temas mais relevantes em nosso país. O debate em torno do assunto há muito tem chegado a diversos setores da sociedade, como universidades, espaços religiosos e escolas, no caso dessa últimas há, inclusive uma exigência legal, a Lei 11.645/08 sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que altera a Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, modificada pela 10.639 de 09 de janeiro de 2003, e alterada pela Lei 11.645/2008, obriga que além do ensino da história e cultura Afro-Brasileira, deve fazer parte do currículo escolar o ensino da história e cultura indígena nas escolas públicas e privadas do Brasil.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e do ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira-Brasileira e indígena. (Lei 11.645, de 10 de março de 2008).

Toda essa movimentação em relação à discussão étnico-racial e social traz uma reflexão sobre a dívida social da nação brasileira com os indígenas, os pobres e os afrodescendentes, tornando necessário o letramento racial em todos os segmentos e instituições da sociedade.

No seio de igrejas evangélicas, a discussão racial tomou corpo na primeira década dos anos 2000 através da Associação Nacional do Movimento Negro Evangélico, que embora não pertencesse a nenhuma denominação (igreja) específica, pois era formada por cristãos evangélicos oriundos de várias igrejas, compondo um movimento Inter denominacional que propunha novas perspectivas para o papel social da igreja evangélica em relação à temática étnico-racial, defendendo propostas como: a garantia de mais acesso dos afrodescendentes nos seminários e cursos teológicos; inserção da imagem do negro nas literaturas, de modo que atenda a diversidade cultural caracterizada na sociedade brasileira e nas igrejas evangélicas, a ampliação da participação dos afrodescendentes nos cargos de direção das igrejas, a fim de ampliar o número de bispos, bispas, pastores e pastoras afrodescendentes; criação e fortalecimento das pastorais e dos ministérios de combate ao racismo, tanto na igreja local, quanto na comunidade onde ela está inserida.

O movimento defendia ainda maior representatividade, propondo o aumento do número de negros e negras nas lideranças das denominações evangélicas. Estas propostas encontram-se em um dos documentos publicados pelo MNE: *O Manifesto de 13 de Maio de 2008*<sup>5</sup>, assinado pelas seguintes entidades de classe religiosas: Sociedade Cultural Missões Quilombo; ANNEB – Alianças de Negros e Negras Evangélicos do Brasil; Fórum de Lideranças Negras Evangélicas; Fórum Afrodescendentes Evangélicos; Associação Estadual dos Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro/Paraty-Campinho da Independência – Acquilerj; União de Negros Pela Igualdade Racial/MG; e Movimento Afro-Esmeraldense/MG. Da Silva (2011).

---

<sup>5</sup> MOVIMENTO NEGRO EVANGÉLICO. **O perdão, os 120 anos da abolição inacabada e as igrejas históricas**: manifesto do Movimento Negro Evangélico, 13 de maio de 2008. **AfroKut**, [S. l.], 13 maio 2008. Disponível em: <https://afrokut.com.br/manifesto-o-perdao-os-120-anos-da-abolicao-inacabada-e-as-igrejas-historicas/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

O documento preconiza a necessidade de um programa de ação das igrejas na promoção do diálogo inter-religioso, pois o considera elemento vital para a promoção da paz e superação das divisões produzidas durante o processo de colonização na nação brasileira e reproduzidas ao longo da história deste país.

Buscando realizar um estudo amplo do fenômeno, organizei os resultados da pesquisa em quatro capítulos, sendo: 1, **Introdução**, apresenta-se o objeto de estudo, os objetivos gerais e específicos em diálogo com o panorama sobre a discussão étnico-racial no segmento evangélico. No capítulo 2, **Percorso Metodológico**, detalho os caminhos da pesquisa, iniciando com a apresentação da minha trajetória de vida e acadêmica como um evangélico negro, que constitui a base da minha inserção e olhar na pesquisa. Apresento a Teoria Crítica da Raça enquanto base epistemológica em diálogo com o conceito de letramento racial. Descrevo os procedimentos e dispositivos utilizados para a construção/observação dos dados, destacando a importância da netnografia para o mapeamento dos coletivos em atividade em Salvador. Por fim, incluo discussões preliminares sobre as propostas, ações e metodologia do MNE para o letramento racial.

Por fim, incluo discussões preliminares sobre as propostas, ações e metodologia do MNE para o letramento racial. No capítulo 3, intitulado: **Referencial teórico: Movimento Negro Evangélico: evangélicos negros em movimento**, apresento os principais autores que embasam este estudo, aprofundamos os conceitos de Letramento Racial e Teoria Crítica da Raça. Além da contextualização histórica da movimentação de evangélicos negros em relação às questões étnico-raciais, aprofundo os principais conceitos para a compreensão do estudo. O capítulo está dividido nas seguintes seções: “Do passado ao presente: os precursores”; “Letramento racial e teoria crítica da raça”; “A contemporaneidade e a influência dos Movimentos Sociais e religiosos para a educação e o letramento racial”; e Movimentos Sociais, educação e cidadania.

No capítulo 4, intitulado: **Análise e discussão dos dados: contribuição do Movimento Negro Evangélico para o Letramento Racial em Salvador**, apresento a análise dos achados da pesquisa. Este capítulo está subdividido em quatro seções: “Mapeamento e caracterização dos coletivos ativos do Movimento Negro Evangélico em Salvador-BA”; “História e caracterização das propostas e ações de

letramento racial do CUXI (Coletivo Negro Evangélico em Salvador)”; “História e Caracterização das propostas e ações de letramento racial do MNE-Bahia”; E, o impacto do letramento racial promovido pelos coletivos mapeados na experiência dos seus membros. Concluimos este capítulo e, conseqüentemente, este estudo, com as considerações finais.

## **2. PERCURSO METODOLÓGICO**

Este capítulo detalha o percurso metodológico trilhado para alcançar os objetivos da pesquisa. Primeiramente, apresentamos a posicionalidade autoral, uma vez que minha experiência e trajetória enquanto pesquisador são elementos centrais para a compreensão e análise do objeto de estudo, em alinhamento com a Teoria Crítica da Raça.

Em seguida, descreve-se o desenho da pesquisa, sua natureza exploratória e a abordagem qualitativa adotada. Por fim, serão detalhados os procedimentos técnicos utilizados na coleta, na construção e análise dos dados, como a netnografia, a análise documental e as entrevistas. Tais alinhamentos e escolhas metodológicas estão concatenados com minha cosmovisão, impactando decisivamente na operacionalização dos conceitos e na interpretação crítica dos dados, o que é crucial para o desenvolvimento deste estudo.

### **2.1. Posicionalidade autoral: movimentos de um evangélico negro**

Minha história de vida está atravessada por muitos temas abarcados nesta pesquisa. Como um homem negro que há muito vem se movimentando, com relevante sacrifício, entre espaços formativos, acadêmicos e religiosos, busco compreender a dinâmica de uma sociedade racializada e contribuir para que outros a compreendam, de forma crítica, reflexiva e potencialmente transformadora.

O título desta sessão é inspirado na introdução do artigo “hoje eu orei, Ele é negro” a gênese do Movimento negro Evangélico (Oliveira, 2021) onde o autor descreve e tenta reconstruir a história do Movimento negro evangélico apresentando as ações e as motivações de importantes nomes do ativismo negro brasileiro, como

Hernani Francisco da Silva, Walter Passos, Marco Davi de Oliveira entre outros, que ele classifica como “negros evangélicos em movimento” (Oliveira, 2021, p. 172). Pois é assim que me vejo: um evangélico negro em movimento.

O desejo de analisar o posicionamento do segmento evangélico em relação às questões de caráter étnico-racial emerge da minha vivência como homem negro evangélico e da minha longa trajetória como membro da Assembleia de Deus (AD), uma denominação religiosa evangélica de vertente pentecostal<sup>6</sup> onde atuei por 14 anos como professor da Escola Bíblica Dominical (EBD) do Departamento de Ensino. Durante essa caminhada, nutri o anseio de promover debates sobre o papel social da igreja, convicto de que essa instituição religiosa deve dialogar com as dinâmicas de seu tempo, de acordo com Lima (2005) oferecendo conforto espiritual sem negligenciar as questões sociais.

Essa trajetória proporcionou-me uma visão interna da dinâmica institucional, entretanto, ciente da postura geralmente mais reservada da Assembleia de Deus em relação a telemáticas como a racial e, ainda em um período de desenvolvimento da minha própria compreensão e instrumentalização teórica sobre o assunto, fiz opção por não abordar diretamente essas questões no âmbito institucional. Essa decisão estratégica visava, naquele momento, consolidar meu próprio entendimento, posso chamar de letramento e, construir uma base teórica robusta que me permitisse, futuramente, engajar-me de forma mais efetiva.

Posteriormente, após o aprofundamento dos meus estudos sobre a temática racial, compreendi a complexidade do diálogo e as possíveis e potentes resistências dentro daquela denominação, o que em última análise, contribuiu para que o anseio de promover o debate étnico-racial naquele contexto ficasse restrito a conversas mais individuais com outros membros que compartilhavam do mesmo sentimento e percepção social que me atravessavam.

Com o passar do tempo, outros fatores e talvez esses, em última análise, contribuíram para a minha decisão voluntária de desligar-me dessa denominação. Essa escolha, em nada diminui a importância da minha vivência na AD, mas

---

<sup>6</sup> Já não faço parte desta denominação há 13 anos, permaneço professando a fé evangélica atualmente como membro da Igreja Batista Metropolitana, denominação de vertente tradicional histórica.

ressaltou a busca por espaços onde a minha visão de mundo pudesse ser compartilhada e vivenciada de maneira mais aberta. Essa experiência na AD, foi marcada pelo trânsito por diversos departamentos e ministérios como adolescentes, jovens, evangelismo diaconato e, principalmente no ensino na Escola Bíblica Dominical.

O Departamento de Ensino (DEPEN) da maioria das igrejas evangélicas é responsável pelo gerenciamento e coordenação da Escola Bíblica Dominical (EBD). É composto por um líder (função exercida, normalmente, por um pastor, que assume a responsabilidade de administrar a EBD), por um coordenador e pela a equipe de professores. A exemplo da proposta pedagógica da EBD formulada pelo Pr. Eliezer Morais e apresentada no 5º Congresso Nacional de Escola Bíblica Dominical. De acordo com Morais (2007, p. 47) esta proposta se caracteriza por “proporcionar ao aluno um bom conhecimento bíblico, principalmente dentro das suas doutrinas e formar no aluno o desejo de ser um bom cristão e um bom cidadão”.

Ao longo dos anos em que estive atuando diretamente na EBD, tive a oportunidade de lidar com documentos, planejamento de aulas, treinamento de professores, compra e distribuição de literaturas utilizadas nas ministrações das aulas, no planejamento e coordenação dos cursos oferecidos pelo DEPEN. Percebi a invisibilidade de temas relacionados às questões étnico-raciais na rotina deste departamento, o que me inquietava e, ao mesmo tempo, me impulsionava a estudar e promover ações individuais de letramento racial, como participação em palestras e reflexões em pequenos grupos, além de diálogos informais com líderes no sentido de entender essa postura da igreja em relação às questões raciais. Observei que a falta desse debate no cotidiano da igreja dificultava a consciência racial e dos atravessamentos do racismo estrutural entre os membros daquela denominação. Assim como eu, muitos desses membros nasceram em famílias humildes, convivendo com a pobreza, a desigualdade social e seus desdobramentos. Eu sou filho de mãe costureira, mulher negra retinta com baixa escolarização e imensa sabedoria, grande incentivadora dos meus estudos. Meu pai, socialmente lido como um homem branco, de olhos claros, estudou até a antiga 4ª série do Ensino Primário, atual 3ª ano do ensino Fundamental 1. Tinha por ocupação o ofício de

vigilante. Apesar das dificuldades financeiras da minha família, tive acesso garantido à educação formal, sempre no sistema escolar público.

Minha formação básica, primeiras letras (atual Ensino Fundamental 1), deu-se em uma escola municipal. Nesta fase fui “rebaixado”, tive que retornar da 3ª para a 2ª série por não saber copiar o que estava no quadro, e também não sabia ler com a fluência exigida para aquele estágio de escolarização. Como menino negro não recebia muito afeto na escola: isso dificultava a minha trajetória, mas ainda era muito jovem para compreender que esse era um dos atravessamentos do racismo estrutural. Outra dificuldade enfrentada era a falta de pessoas próximas capazes de me auxiliar com as tarefas escolares, visto que meus pais não tinham instrução adequada para me prestar esse tipo de auxílio. Um, ou outro vizinho, quando disposto, me ajudava. Então meus pais se esforçaram e, por um tempo, pagaram uma banca (atualmente denominado reforço escolar) para que eu conseguisse acompanhar alguns conteúdos da escola. Com certa dificuldade e muito incentivo deles, concluí esta etapa da minha formação.

Na sequência ingressei numa instituição estadual de ensino, na qual concluí o Ensino Fundamental 2. Nesta época meus pais se converteram ao cristianismo e passaram a frequentar a Igreja Assembleia de Deus, de vertente pentecostal. Foi uma fase difícil, morávamos em uma casa simples no Bairro do Uruguai, e, posteriormente, mudamos para o Jardim Cruzeiro, ambos na periferia de Salvador. Vários dos meus amigos morreram assassinados pela polícia ou pelo envolvimento com o tráfico de drogas. Por conta da proximidade e convívio com esses grupos na adolescência, posso dizer que tive muitas oportunidades de me envolver com o mundo das drogas ou dos consumos ilícitos, mas, pelo caminho e formação religiosa recebida em família, embasado em valores cristãos, isso não aconteceu.

Converti-me ao cristianismo aos 17 anos e, em seguida, me batizei no ano de 1991, passando a conviver dentro do ambiente religioso evangélico. É neste ambiente que crio laços importantes de amizade. Estudava pela manhã e trabalhava numa fábrica de tecidos das 14h às 22h, pois não dava para apenas estudar, precisava trabalhar para ajudar a família no sustento. Como eu tinha dois irmãos menores nessa época, situação que se estendeu por seis anos, eu precisava

ajudar financeiramente a minha família. Finalizei minha formação básica em 1997 (Ensino Médio), com conclusão de um curso técnico de Desenho Arquitetônico, em mais uma escola estadual. Estava cheio de sonhos e desempregado. Sonhava me tornar professor.

Ao longo da minha trajetória educacional precisei abandonar os estudos por dois anos, o que me deixou muitas lacunas. Assim, a falta de base ocasionada por um processo de escolarização frágil e com interrupções, fez com que esse sonho ficasse cada vez mais distante. Esta dificuldade obrigou-me a buscar a complementação de conteúdos em cursinhos preparatórios para vestibular. Porém, mais uma vez, sem condições financeiras para continuar a frequentar cursinhos pagos, tive que me valer do autodidatismo e de programas do antigo Telecurso 2000, exibidos em rede de TV aberta, normalmente com aulas programadas que aconteciam às 6h da manhã. A ajuda de amigos, que conheci na igreja, e que estudavam em escolas e cursos particulares, foi importante incentivo, pois isso me dava acesso aos módulos, e assim, pude complementar e fechar algumas lacunas na minha formação intelectual. Pude experimentar a solidariedade e a empatia pregada nos cultos; percebi o espaço religioso e a comunidade de fé operando sob uma outra lógica: a do amor ao próximo.

Oliveira (2004), em *A religião Mais Negra do Brasil*, quando trata de algumas características das relações no interior de igrejas pentecostais periféricas, explica que:

[...] não há dúvida de que também há competição entre pessoas de baixo poder aquisitivo, mas em meio à disputa por sustento e sobrevivência, os pobres se olham e se veem um no outro. Essa ética de solidariedade foi aproveitada, ainda que não necessariamente de forma proposital, pelo pentecostalismo, que valoriza a vida familiar, a cooperação e o companheirismo entre os desfavorecidos. A igreja pentecostal com seu discurso e prática voltados para a diminuição da distância entre líderes e leigos, conduziu a solidariedade de que permeava entre os pobres para dentro das práticas das organizações. Os pobres sentiam-se coparticipantes da obra de Deus na terra. (Oliveira, 2004, p.48)

Minha experiência dentro da igreja corrobora com esta explicação: lá, tive oportunidades e espaço para exercer, ainda bem cedo, várias atividades ligadas ao ensino, pregação, música, teatro, e liderança de processos litúrgicos. Ainda nesse período, consegui um novo emprego, de vendedor em uma sapataria num Shopping

Center da cidade, nesta fase, conciliava o trabalho, as atividades na igreja e a participação na missão Aliança Bíblica de Secundaristas<sup>7</sup>, onde fui vice-presidente em Salvador, nesta época acompanhamos 15 núcleos em escolas de ensino fundamental por um período de 4 anos, organizando eventos nas escolas, reuniões de estudos bíblicos, treinamento, de líderes e visita de treinamento e divulgação da entidade nas igrejas, normalmente eu era convidado para palestrar sobre a história do Movimento Estudantil Evangélico. A ABS, era uma missão Inter denominacional, que me permitia ter contato com estudantes evangélicos de diversas denominações de diferentes vertentes e Estados brasileiros.

Todas essas atividades me ajudaram a desenvolver múltiplos letramentos. Da mesma forma, todas estas experiências me levaram à compreensão do espaço religioso como um lugar potente para letrar indivíduos e torná-los sujeitos protagonistas da sua história, pois, para além do desenvolvimento da espiritualidade, esse espaço institucional tem a potencialidade para formar cidadãos.

O ambiente religioso na AD e na ABS me proporcionou o convívio com outros jovens da minha faixa etária, além de ter convivência com diversos membros e amigos que tiveram oportunidade de estudar em boas escolas. Consequentemente foram esses os que conseguiam ser aprovados em concorridos vestibulares de universidades públicas da Bahia, em cursos como Farmácia, Direito, Ciências Contábeis, Economia e Engenharia. A disparidade de oportunidades educacionais, frequentemente atravessada por marcadores raciais, era fato e eu sentia profundamente a experiência de me esforçar, desejar, mas não ter as mesmas oportunidades que aqueles que tiveram uma trajetória educacional mais elaborada. Nos anos de 1997 e 1998, alguns membros da igreja sede da AD na Liberdade, em Salvador, bairro composto por uma forte presença da população negra, iniciaram o cursinho Otto Nelson<sup>8</sup>, um pré-vestibular filantrópico, aberto para

---

<sup>7</sup> A Aliança Bíblica de Secundaristas (ABS) foi um movimento Inter denominacional, surgido no início dos anos 70, e que teve um grande crescimento nas décadas de 80 e 90. reunindo estudantes evangélicos de várias partes do Brasil, em cada cidade havia um Grupo Base, que tinha a responsabilidade de coordenar atividades evangelísticas entre estudantes de nível secundário (atualmente Ensino Médio). O movimento era assimilado como uma Missão evangelística, em 1997 existiam aproximadamente 18 núcleos em diferentes escolas de Salvador, na sua grande maioria escolas públicas.

<sup>8</sup> Missionário sueco, evangelista, pastor, antigo líder da Assembleia de Deus em Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro, e ex-presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil. Chegou ao país em 1914. O Curso tinha esse missionário como patrono.

a comunidade e gratuito. Essa iniciativa representou um importante esforço para democratizar o acesso ao ensino superior, especialmente para jovens negros de baixa renda, que historicamente enfrentam maiores barreiras educacionais.

Assim como muitos jovens negros evangélicos e pessoas de outros credos que estudaram lá, eu me matriculei e passei a estudar. Este movimento me ajudou a diminuir as lacunas e fragilidades da minha formação no Ensino Médio público, abrindo-me, de alguma maneira, novas perspectivas para a minha formação e aprofundamento da compreensão sobre as desigualdades sociais e raciais que permeiam a nossa sociedade, e que me atravessavam diretamente estando eu na condição de um jovem negro que foi beneficiado pelas ações do cursinho Otto Nelson, que viria a impactar decisivamente a minha trajetória acadêmica, abrindo-me as portas da universidade pública e proporcionando-me profundas reflexões internas sobre a relevância de políticas de ações afirmativas para a população negra no contexto da filantropia religiosa, exemplificado nas ações do cursinho Otto Nelson.

Em 1999, aos 24 anos, prestei vestibular e fui aprovado para o curso de Licenciatura em Desenho e Plástica na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Daí por diante, minha formação acadêmica constituiu-se na Licenciatura em Desenho e Plástica, obtida na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia, concluída no primeiro semestre de 2004, mesmo ano em que me casei com Tatiana, minha esposa e maior incentivadora da minha carreira e de outras conquistas na vida. Passamos a dividir e projetar sonhos juntos, eu estava com 28 anos! No ano seguinte fui aprovado em concurso público para professor no município de Camaçari-BA, região metropolitana de Salvador, tomando posse do cargo em 2005. Um ano depois fui aprovado em mais um concurso público para professor, desta vez, no município de Salvador<sup>9</sup>, passando a lecionar nas duas redes de ensino.

---

<sup>9</sup> Permaneci no cargo de professor da rede municipal de Salvador até o ano de 2021. Atualmente atuo como professor, arte-educador e historiador no âmbito da Educação Básica. Trabalho em duas escolas, em dois municípios diferentes. Assumi recentemente o cargo de professor efetivo da disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na Prefeitura de Lauro de Freitas, após aprovação no meu 4º concurso público, passando a trabalhar, também, com estudantes dos anos finais do Ensino fundamental 2, na sua grande maioria negros, moradores de dois territórios remanescentes de quilombo e reserva indígena.

Em complemento à formação inicial, ingressei no curso de Especialização em História Social e Cultura Afro-brasileira pela UNIME (União Metropolitana de Educação e Cultura), concluindo no primeiro semestre de 2009 com a monografia: Movimento Negro Evangélico: novas perspectivas para o papel social da igreja? Um estudo sobre como a Associação Nacional do Movimento Negro Evangélico da Bahia influencia a igreja Evangélica Assembleia de Deus do bairro de Pau da Lima na defesa das ações afirmativas. Este curso possibilitou-me formação teórica em relação às questões sociais com viés étnico-racial e a sua relação com os movimentos sociais, a educação e as ações afirmativas no Brasil.<sup>10</sup>

Dando sequência aos estudos relacionados à temática étnico-racial, em 2016 fui selecionado para o curso de Pós-graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social / UFBA, concluído em 2017, tendo como Trabalho de Conclusão de Curso, o artigo intitulado “A percepção dos alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) sobre a relação entre pobreza, desigualdade social e educação”.

Após a conclusão do curso recebi o título de Especialista, pela Universidade Federal da Bahia. Finalizando esta especialização, e, sentindo a necessidade de aprofundamento no campo historiográfico, me submeti a processo seletivo, aprovado, iniciei a minha segunda graduação, que se deu no curso de História, concluído no ano de 2021, obtendo assim, a graduação em Licenciatura em História, pelo Centro Universitário de Maringá-PR.

A formação em História, não só ampliou a minha visão sobre a temática racial, mas também me possibilitou uma leitura mais abrangente sobre os desdobramentos dos fatos, das estruturas sociais, suas permanências e rupturas e sobre como conhecimento da história de longa duração nos permite abordagens mais coerentes tanto, teórica quanto metodologicamente sobre o racismo e outros temas transversais contemporâneos. Em 2022 cursei, pela segunda vez, a disciplina Educação e Desigualdades na condição de aluno especial do PPGEDUC/UNEB.

---

<sup>10</sup> Entre 2010 e 2011, outras experiências colaboraram para a intenção de desenvolver pesquisa com a temática da religião. Cursei disciplinas no PPGEduc/UNEB, na condição. Em 2011 saio da Igreja Assembleia de Deus e ingresso na Igreja Batista Metropolitana, de vertente Tradicional.

Nessa disciplina tive a oportunidade de realizar leituras, além de participar de debates e reflexões fundamentadas em teóricos como Brandão (1981), em suas abordagens sobre a educação; Guimarães (1998), discutindo os conceitos de racismo, preconceito e discriminação; Da Silva (1994) e Fanon (2012) pensando o negro a partir dos efeitos da colonização e das desigualdades; Bento (2022), e suas ponderações relacionadas a branquitude.

E, em especial Althusser (1985), em seus estudos sobre Aparelhos Ideológicos de estado e Bourdieu (2021), com a sua concepção de campo, *habitus* e os diferentes tipos de capitais, como o econômico, social, cultural ou simbólico, determinantes para a formação do jeito de pensar das pessoas. Todo este arcabouço teórico constitui-se em ferramenta e instrumentalização para os meus estudos sobre a questão étnico-racial relacionada à educação e ao campo religioso evangélico historicamente carente dessa discussão.

O objeto de pesquisa que se delineia neste estudo está alinhado com toda a minha trajetória acadêmica, vivência e convivência com os atravessamentos do racismo estrutural em paralelo com a dinâmica da vida religiosa. Da mesma forma, o mundo do trabalho no contexto evangélico e, mais uma vez, se viu imbricado na temática escolhida, ou que me escolheu para estudá-la. Sem dúvida, portanto, a temática desta pesquisa me escolheu, no sentido de ter-se feito presente na forma de inquietação científica face a dramas e performances pessoais que me atravessam e atravessaram como homem negro, evangélico.

Volto, assim, ao campo religioso, 13 anos após a minha saída da Assembleia de Deus. Atualmente sou membro da Igreja Batista Metropolitana Tradicional, uma denominação composta por pessoas com variados e elevados níveis de formação intelectual, numa configuração social e racial totalmente diferente da vertente pentecostal, onde iniciei a minha caminhada de fé e serviço cristão.

Apesar do debate público sobre a temática racial estar presente na mídia, minha percepção é a mesma: há uma carência de discussão e do letramento racial entre a membresia e lideranças, sendo o tema pouco tratado, seja na Escola Bíblica Dominical (EBD) ou em momentos formais, rituais, nas pregações. Percebe-se,

também, que, mesmo quando a abordagem racial seja mencionada, ainda encontra resistência e um olhar enviesado ou minimizado. Ou seja, na minha experiência, vivência e familiaridade com o universo religioso, não percebo relevante discussão étnico-racial, no interior das igrejas das quais fiz e faço parte há 34 anos.

O segmento evangélico é composto por cerca de 26,9% da população brasileira, segundo dado do IBGE (Censo, 2022) <sup>11</sup>, outro dado relevante é que a sua grande maioria filiada a uma igreja pentecostal ou neopentecostal, espaço religioso, que apesar de ser composto por uma maioria de pessoas negras, segundo (Oliveira, 2004) ainda há uma carência de reflexões sobre a temática racial nesse segmento religioso, dado que torna esta pesquisa relevante no que diz respeito a sua contribuição social para os estudos relacionados à igreja evangélica, letramento racial e o MNE.

Esta pesquisa buscou compreender como o Movimento Negro Evangélico tem contribuído para a promoção da educação antirracista e do letramento racial em Salvador. Para tanto, mapeamos os coletivos em atividade, identificando e analisando suas propostas ações, metodologia e implicações sociais e educacionais para o segmento evangélico. A metodologia adotada amparou-se em estudo exploratório, de abordagem qualitativa. A netnografia se constituiu como uma forte inspiração que possibilitou o levantamento de dados durante a pesquisa de campo.

Essa escolha levou em consideração a flexibilidade do método exploratório que, segundo Gil (2002), comporta um planejamento mais flexível, uma vez que tem a finalidade de observar e compreender os diferentes aspectos relacionados ao fenômeno estudado. Tal flexibilidade permite a formulação de hipóteses, além da observação e exploração de informações relevantes no contexto da pesquisa, principalmente quando o estudo se debruça sobre uma área específica, da qual ainda não se tem informações atualizadas, como é o caso deste estudo sobre o MNE e os coletivos negros evangélicos em atividade em Salvador durante o período da pesquisa.

---

<sup>11</sup> UOL, Estadão- SP. Disponível em: <

Quanto a sua classificação como um trabalho de inspiração netnográfica, justifica-se na aplicação parcial dessa abordagem metodológica, já que uma netnografia ou etnografia virtual conforme Polivanov (2013) caracteriza-se pelo constante uso das redes digitais enquanto ambiente para a obtenção e coleta de dados. Assim, esta pesquisa extrapolou essa perspectiva, na medida em que foram utilizados outros dispositivos e técnicas de construção de dados, como a observação participante presencial e entrevistas semiestruturadas com os participantes.

Segundo Kozinets (2002), a Netnografia, ou Etnografia Virtual, pode ser compreendida como uma recente metodologia de pesquisa qualitativa contemporânea que adapta técnicas da pesquisa etnográfica para estudar as comunidades, instituições e culturas através das comunicações mediadas por computador ou meios digitais. Gutierrez (2009) explica, que no que difere da Etnografia clássica, a Netnografia dispensa a exigência da presença física do pesquisador. Seja na abordagem inicial, momento em que o mesmo se apresenta ao campo ou durante as etapas seguintes do estudo. Assim, os procedimentos podem ocorrer de maneira diversificada, pois nos espaços on-line a mediação da tecnologia possibilita outras formas de interação entre pesquisador e pesquisados, dada as múltiplas possibilidades disponíveis no meio digital.

Polivanov (2013) ressalta que uma das características da Netnografia é a sua flexibilidade, pois a mesma pode ser feita em conjunto com outros métodos. Assim, este estudo trilhou um percurso metodológico flexível e articulado com outras abordagens e métodos, a exemplo da entrevista semiestruturada.

Essa escolha possibilitou o alcance dos objetivos no que tange ao levantamento dos dados necessários para a busca de respostas, tanto aos objetivos específicos, quanto a pergunta de pesquisa.

A pesquisa contemplou duas dimensões: na primeira etapa realizou-se o levantamento dos estudos teóricos a análise documental das ações do MNE através da leitura de autores que nos antecederam debruçando-se sobre a trajetória do Movimento Negro Evangélico e seu ativismo no fomento do debate público relacionado à religião, questões sociais e enfrentamento ao racismo, tais como

Oliveira (2021) em seu estudo sobre a gênese do Movimento Negro Evangélico no Brasil, Oliveira (2015), que reflete sobre a opção negra entre os evangélicos, tornando-a a religião mais negra do Brasil, Da Silva (2011) em seu estudo sobre o Movimento Negro Evangélico, Medeiros (2022) sobre o ativismo negro evangélico no Brasil, além de outros autores contemporâneos que articulam estudos relacionados à temática da religião, identidade e questões raciais, como Hall (2003) e Mariano (1999). A segunda etapa constitui-se do tratamento e análise dos resultados obtidos no trabalho de campo.

Dado o caráter exploratório da pesquisa, a fim de atender às especificidades dos objetivos pretendidos, optamos, inicialmente por fazer o mapeamento dos coletivos negros evangélicos que compõem o MNE em Salvador-BA, uma vez que, no início das investigações ainda não se tinha uma ideia clara ou a dimensão de quais e quantos eram os coletivos em atividade até aquele momento.

Para tanto, foram feitas observações através de pesquisas na internet, mais especificamente na rede social Instagram, escolhida por ser uma das mais populares e, onde, hipoteticamente, haveria maior probabilidade de localizar possíveis coletivos. Esse procedimento permitiu o mapeamento dos coletivos ativos, informação essa que se mostra de grande relevância, pois, por si só, já apresenta um dado atualizado a este estudo. Nesse levantamento inicial, identificamos dois coletivos negros evangélicos atuantes em Salvador-BA com estruturas distintas: o Cuxi, Coletivo Negro Evangélico em Salvador, uma entidade independente com autonomia em sua coordenação e atuação, e o MNE-Bahia, que representa o Movimento Negro Evangélico do Brasil no estado da Bahia, possuindo uma forte atuação também no município de Salvador, onde a pesquisa foi realizada.

A utilização da plataforma Instagram como um dos dispositivos de construção de dados possibilitou a identificação de postagens, comentários e interações relacionadas ao racismo, educação antirracista e ao letramento racial, temas que dialogam com as categorias de análise dessa investigação. No total, foram identificadas 130 publicações realizadas pelo Cuxi (Coletivo Negro Evangélico em Salvador), tais publicações versavam sobre temas como: racismo, intolerância religiosa, estética negra, ensino de História da África e Lei 10.639 entre outros, inclusive, foram encontradas publicações de divulgação das agendas de eventos

promovidos pelos dois coletivos, como reuniões de oração e escola de justiça social. Nessas observações, compreendemos que o Cuxi tem um total de 1.407 seguidores e 794 *posts*, com 500 interações por comentários ao todo durante o período de 21 de novembro de 2023 a 07 de janeiro de 2025. Optamos pelo levantamento de *posts* apenas no *feed*,<sup>12</sup> devido o tempo de permanência das postagens ser maior nessa página, além de ficarem públicas, o que facilita o acesso em qualquer momento da pesquisa. Durante o mesmo período, identificamos 25 publicações realizadas pelo MNE Bahia, com 114 interações por comentários, 229 seguidores e um total de 32 *posts*.

O levantamento netnográfico, por meio dessas observações, apontou que o Cuxi possui uma atuação mais robusta na rede social em comparação com o MNE-Bahia, tanto na quantidade de publicações quanto no número de seguidores e interações no período. Embora o nosso objetivo não seja trabalhar com o foco na análise comparativa, estes dados chamam a atenção e são relevantes na medida em que revelam, proporcionalmente, o impacto dos coletivos na rede, seu alcance e engajamento com o público evangélico, além de clarificar suas propostas e ações de letramento racial, inclusive no meio digital. Esses achados iniciais contribuíram significativamente para as etapas posteriores e análises mais aprofundadas sobre as propostas e outras ações de letramento racial promovidas pelos dois coletivos mapeados nesta fase exploratória e netnográfica da pesquisa.

Nesta fase inicial e, a partir das informações disponíveis na rede social mencionada, foi feito um levantamento alinhado com as técnicas de composição de dados da pesquisa netnográfica, que amplia a noção de campo, e considera que “[...] o próprio campo de pesquisa que pode ser uma comunidade virtual, um game online, um fórum de discussão, um site, dentre tantas outras possibilidades e modos de interação com os informantes[...]” (Polivanov, 2013, p. 05).

Assim, essa estratégia mostrou-se eficiente para o primeiro contato com o campo, que foi feito de forma virtual. Nessa fase exploratória nas redes sociais foram encontrados diversos perfis do Movimento Negro Evangélico, porém, como o

---

<sup>12</sup> Feed do Instagram é o nome dado à página principal do aplicativo, onde são exibidas as publicações mais recentes dos perfis e às quais os seguidores têm acesso. O feed pode ser composto por fotos, textos e vídeos.

objeto/lócus de pesquisa reside nos coletivos em atividade, exclusivamente, no município de Salvador, fez-se necessário focalizar nestes, excluindo assim os demais. Como resultado desse primeiro contato com o campo, foram mapeados o Cuxi (Coletivo Negro Evangélico em Salvador) e o MNE Brasil/Bahia.

Conforme apresentado e detalhado na introdução, o caráter da pesquisa, no tocante à necessidade de um pensar e agir crítica e reflexivamente diante das demandas contemporâneas de enfrentamento ao racismo, leva este estudo a ancorar-se na Teoria Crítica da Raça (Delgado e Stefancic, 2021), nas discussões sobre racismo estrutural (Almeida, 2020) e no letramento racial crítico (De Jesus Ferreira, 2014). Esta base epistemológica escolhida considera a raça como categoria sociológica central para o levantamento, reflexão e análise dos dados desta pesquisa.

Dessa forma, e tendo o recorte racial como centro interpretativo dos estudos pertinentes à Teoria Crítica da Raça, inicialmente realizamos o mapeamento das entidades que compõem ou se relacionam com o MNE ou outras entidades negras evangélicas em Salvador. Ressalta-se que o *lócus* desta pesquisa não reside em uma igreja específica e sim nas propostas e ações do MNE para o letramento racial e Educação Antirracista no segmento evangélico. Assim, todo o contato com o campo foi feito com e através dos representantes e membros dos coletivos mapeados, buscando analisar e compreender como os mesmos articulam suas propostas e ações de letramento racial junto ao segmento evangélico.

De acordo com Oliveira (2021), realizar o mapeamento das ações do MNE constitui-se em um trabalho complexo, visto que o movimento é composto de uma série de ações, entidades e coletivos com dinâmica própria, incluindo ações e métodos dedicados ao enfrentamento do racismo no interior de instituições religiosas e na sociedade como um todo. Para tanto, no sentido de mapear as propostas e ações dos coletivos em atividade no município de Salvador, faz-se necessário um ponto de início<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup>Na fase inicial desta pesquisa, quando ainda não tínhamos referências concretas da atuação de coletivos ativos, contamos com a colaboração de pessoas atuantes na temática da religião e do letramento racial entre os evangélicos. Um ponto de partida importante foi a conversa com Gicélia Cruz, Mestra em Educação e Contemporaneidade, mulher negra evangélica que pesquisou a relação

Esta pesquisa tem um caráter exploratório, assim, busca apresentar, descrever e analisar de forma detalhada as propostas, ações e metodologias do Movimento Negro Evangélico. A pesquisa exploratória apresenta descrições fidedignas de uma situação, tentando descobrir as relações entre seus elementos (Gil, 1993), na maioria dos casos, envolvendo levantamento bibliográfico e pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado.

Na primeira fase foram analisados documentos e publicações produzidos pelo MNE, tais como: artigos, reportagens, livros, mídias sociais e atividades virtuais veiculadas na plataforma digital Instagram, dados secundários sobre o contexto e história do racismo, letramento racial e o caráter educativo dos movimentos sociais no Brasil tendo como referência os estudos de Gohn, (2012) sobre a relação entre os movimentos sociais e a educação, além de Gomes (2022) que considera a importância da profusão de saberes oriundos da interação de sujeitos pertencentes aos diversos coletivos sociais, como o movimento negro, relevantes, seja no interior da militância ou fora dela.

Portanto, intencionando alcançar os objetivos ora elencados, no sentido de compreender de maneira ampla o objeto de estudo proposto, alguns procedimentos técnicos foram realizados, como o levantamento da bibliografia, ou pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em material já elaborado por outros autores, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 1993, p. 23). Além de entrevistas exploratórias, com roteiro semiestruturado e perguntas flexíveis, o que permitiu explorar em profundidade as percepções, sentimentos e experiências compartilhadas pelos participantes. Foram realizadas duas observações participantes, sendo a primeira presencial e a segunda de forma virtual em dois dos eventos promovidos pelos coletivos mapeados, numa abordagem participativa e colaborativa com membros e pessoas vinculadas ao MNE para identificar suas propostas para o letramento racial e educação antirracista no segmento evangélico.

A partir dos procedimentos citados e do mapeamento dos coletivos em atividade, iniciou-se a análise preliminar, crítica e reflexiva das propostas, ações e

---

entre evangélicos e questões étnico-raciais no PPGEDUC. Essa conversa me levou a identificar o Coletivo Cuxi, um grupo negro evangélico em Salvador.

metodologias do movimento, a fim de compreender a relevância de suas ações no tocante ao letramento racial.

Para a melhor visualização do desenvolvimento da pesquisa, preparamos este mapa de campo, apresentado no **Quadro1**, que detalha as fases, as principais ações realizadas e os achados relevantes em cada etapa.

### MAPA DE CAMPO

FASES		AÇÕES	ACHADOS
Fase 1	<b>Exploração e Mapeamento</b>	<p><b>Exploração</b> inicial e mapeamento dos coletivos ativos.</p> <p><b>Revisão</b> teórica e análise documental, como livros, Artigos e publicações sobre o Movimento Negro Evangélico.</p>	<p><b>Identificou</b> os dois principais coletivos para o estudo: o CUXI e o MNE-Bahia.</p> <p><b>Revelou temas</b> centrais que eles abordam e dados sobre seu engajamento online.</p>
Fase 2	<b>Contato e Exploração</b>	<p><b>Contato</b> inicial com os coletivos mapeados</p> <p><b>Observações</b> tanto virtuais (em uma live) quanto presenciais (no evento de 10 anos do coletivo).</p> <p><b>Observação virtual</b> de um evento do MNE-ES.</p>	<p><b>Localização</b> das lideranças e coordenação dos dois coletivos mapeados: o CUXI e o MNE-Bahia.</p> <p><b>Proporcionou</b> uma visão mais ampla das propostas e ações dos coletivos, como: Base teológica, seminários, encontros de formação e militância</p>
Fase 3	<b>Entrevista e Análise Preliminar</b>	<p><b>Construção</b> de dados qualitativos através de entrevistas semiestruturadas com membros e lideranças dos coletivos.</p> <p><b>Transcrição</b> das entrevistas.</p>	<p><b>Identificou</b> diferentes perspectivas e os primeiros insights sobre o fenômeno estudado, como o foco das propostas, métodos e ações de letramento racial promovidos pelos coletivos</p>
Fase 4	<b>Análise Aprofundada e elaboração</b>	<p><b>Análise</b> aprofundada dos dados coletados, cruzando as informações das entrevistas com as observações</p>	<p><b>Identificou padrões</b>, temas recorrentes e possíveis, sempre à luz do referencial teórico da pesquisa que</p>

		e a análise documental.	contribuíram para a elaboração e discussão dos resultados, culminando na redação e apresentação das conclusões.
--	--	-------------------------	---

**Quadro 1** (Fonte: autoral, 2025)

Conforme o percurso detalhado no Mapa de Campo, passamos para o mapeamento dos coletivos pesquisados.

## **2.2 Mapeamentos dos coletivos ativos no trabalho com o letramento racial em Salvador**

Mapear pode ser compreendido como fazer um levantamento realista de uma determinada situação. Esta pesquisa teve como objetivo, entre outros, o mapeamento dos coletivos ativos, das propostas e ações desenvolvidas pelo MNE em Salvador e analisar como o movimento percebe e trabalha o letramento racial em sua dinâmica cotidiana, quais instrumentos são utilizados, qual a percepção das lideranças evangélicas e membros em relação à discussão étnico-racial promovida por esses coletivos. Além disso, identificar os avanços e desafios enfrentados em sua atuação, conhecendo as estratégias e veículos midiáticos que utilizam, bem como os espaços físicos e os diversos eventos promovidos para as práticas de letramento racial entre os evangélicos, em conformidade com Souza (2011, p. 42).

Viver em sociedade implica conviver com diferentes e múltiplos letramentos associados aos vários domínios da vida (Rojo, 2022). Há, da mesma forma, muita diversidade nos modos como os sujeitos tomam parte em eventos e situações nesses domínios. Entende-se que, em todas as instituições, há a possibilidade de uma multiplicidade de letramentos, não apenas aqueles relacionados ao contexto institucional. Mas, letramentos oriundos das interações sociais que ocorrem em seu interior, capazes de formar os sujeitos expostos às diferentes ações educativas promovidas ali. Essas ações educativas, que se manifestam nos mais variados espaços, firmam-se como espaços de formação e sustentação de projetos para fins culturais e políticos, impulsionando instituições e ações relevantes como, a título de

exemplo, o Congresso de pesquisadores negros - COPENE<sup>14</sup>, que reúne pesquisadores e pesquisadoras estudiosos da temática das relações raciais: Associação Brasileira de Pesquisadores e Pesquisadoras Negros/as - ABPN<sup>15</sup>, que reúne estudiosos do tema de todo o Brasil, e os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros - NEAB.<sup>16</sup> Esses espaços são *lócus* de práticas de letramentos que devem ser compreendidos como instituições, nas quais a ação social é produzida, em meio a relações de poder, intenções, interações e conflitos dos diversos sujeitos que o integram (Souza, 2011, p. 42).

Este estudo, conduziu-nos à primeira entidade atualmente em atividade no município de Salvador: o Cuxi - Coletivo Negro Evangélico. Assim, foi feito o contato inicial, por telefone, com a coordenadora da entidade; apresentou-se a proposta da pesquisa e agendou-se um segundo contato, dessa vez, por meio de uma videoconferência no aplicativo Meet. Esse diálogo durou aproximadamente 40 minutos. Foi uma conversa informal e descontraída, porém relevante para a nossa inserção no campo de pesquisa. E, apesar de ter sido um diálogo introdutório, foi importante para a exploração de informações sobre este coletivo, tais como o tempo de atuação e principais propostas e ações.

A coordenadora do Cuxi informou que o Coletivo está em atividade há mais de uma década e que é composto por negras e negros cristãos que se identificam como comprometidos com a justiça e igualdade racial. E que, desde 2013, o Coletivo busca promover uma fé inclusiva e transformadora. Sua estratégia eventos

---

<sup>14</sup> A COPENE, ou Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as), é um evento da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) que reúne pesquisadores, pesquisadoras e demais interessados na temática das relações raciais no Brasil e na diáspora africana. O evento é um importante espaço de produção e divulgação de pesquisas, debates e reflexões sobre a realidade da população negra, com foco em áreas como educação, saúde, história, sociologia, antropologia, ciência e tecnologia, entre outras. OBPN, Disponível em <<https://abpn.org.br/memorias-copenes/>> Acesso em 30 de julho de 2025 às 21h47

<sup>15</sup> Fundada em novembro do ano 2000, a ABPN é uma organização sem fins lucrativos e apartidária, destinada à defesa da pesquisa acadêmica e científica realizadas por pesquisadores negros e negras sobre temas de interesse direto das populações negras do Brasil, incluindo temas ligados a cultura, desenvolvimento humano e sociedade. No Brasil é um dos órgãos fundamentais da rede de instituições que atuam no combate ao racismo.

OBPN, Disponível em <<https://abpn.org.br/institucional/>> acesso em 30 de Julho de 2025 às 21h40.

<sup>16</sup> O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos foi criado em 1991, por iniciativa de professores, estudantes, servidores e de militantes do Movimento Negro da cidade de São Carlos/SP. Desde sua criação o NEAB tem desenvolvido atividades de pesquisa, ensino e extensão. NAEBUFSCAR, Disponível em <<https://www.neab.ufscar.br/pt-br/o-nucleo/quem-somos>> Acesso em 30 de julho de 2025 às 21h53

e diálogos formativos, como grupos de estudo e seminários, além de rodas de conversa. O Cuxi desenvolve ações em espaços religiosos evangélicos e institucionais, não necessariamente, ligados a denominações evangélicas, tanto presencialmente quanto em comunidades virtuais nas redes sociais. Do ponto de vista religioso, este coletivo constitui-se num grupo formado por negras e negros cristãos com o objetivo de combater o racismo dentro do contexto das igrejas e na sociedade como um todo. Busca promover a igualdade racial e de gênero, realizando reflexões e discussões sobre temas como racismo estrutural, leitura afrocentrada da Bíblia e letramento racial, embora faça parte de um movimento mais amplo da negritude evangélica brasileira, o Cuxi é um coletivo autônomo, tanto na sua estrutura organizacional quanto na sua liderança. Porém é aberto ao trabalho em conjunto com outros movimentos negros e organizações para fortalecer a luta antirracista. Tem como líder Gicélia Cruz, idealizadora e coordenadora do coletivo.

Tratando-se de uma pesquisa de inspiração netnográfica, evidenciou-se a eficácia dessa aproximação com o campo por meio virtual, o que foi bastante instigante e motivador para prosseguirmos com as etapas posteriores. Essa eficácia se manifestou desde a entrada do pesquisador no campo. Conforme Polivanov (2013, p. 5), o próprio campo de pesquisa, que pode ser uma comunidade virtual, um game online, um fórum de discussão ou um site de rede social, dentre outros modos de interação com os informantes. O método netnográfico nos permitiu atravessar esta fase inicial, estendendo-se até a aplicação dos dispositivos de construção de dados. Assim, essa etapa virtual foi de grande relevância nesta fase da pesquisa bem como nas etapas seguintes.

Por meio da observação participante, acompanhamos um dos diversos eventos virtuais promovidos pelo coletivo Cuxi em sua página no Instagram, realizado em formato de *live*<sup>17</sup>, no dia 2 de novembro de 2023, intitulada: “Combate à violência contra a mulher dentro e fora da igreja”, tendo como convidadas duas lideranças negras femininas. Seus nomes não são citados, pois se tratou de uma observação participante por meio virtual, descrita na literatura referente ao método netnográfico como “*Lurking*”<sup>18</sup>, de acordo com Braga (2006), em pesquisas com

---

<sup>17</sup> O vídeo é transmitido ao vivo para os seus seguidores, que podem assistir e interagir em tempo real.

<sup>18</sup> *Lurking* Que em inglês significa “ficar à espreita”

grupos sociais, o pesquisador pode adotar uma postura de mínima interferência nas práticas cotidianas do grupo, ciente de que sua presença, mesmo discreta, sempre terá algum impacto.

Essa prática é comum no ciberespaço<sup>19</sup>, onde o pesquisador se limita a observar o comportamento dos participantes sem se manifestar, buscando se ambientar em um novo grupo social antes de interagir ativamente Polivanov (2013, p. 4), no caso, essa ambientação ocorreu no contexto de uma das atividades desenvolvidas pelo Cuxi no formato de live no Instagram. Como nossa inserção no campo de pesquisa ainda estava se iniciando e não havíamos informado com antecedência a nossa participação, então, ficamos "à espreita", e, dessa forma, consideramos a conveniência ética de preservar os nomes das participantes dessa atividade. Porém, cabe destacar, que eram todas mulheres e membros de igrejas evangélicas em Salvador. Essa observação participante teve a finalidade de levantar dados sobre a atuação do Cuxi e suas estratégias e ações de letramento racial na rede social Instagram, o debate abordou o crime de feminicídio da Pastora evangélica Sara Mariano.<sup>20</sup>

Durante a discussão, as convidadas debateram sobre o tema numa perspectiva cristã, a partir da leitura afrocentrada da Bíblia. Frequentemente promovida pelo Cuxi em seus seminários e palestras, essa abordagem foi utilizada na live para discutir a questão da violência contra a mulher e, em especial, a invisibilidade das mulheres negras. Na oportunidade destacou-se que a igreja não é um lugar neutro e isento em relação a posturas patriarcais, muito pelo contrário, no contexto religioso evangélico também há manifestações frequentes de violências oriundas de uma tradição patriarcal de onde emerge e são reproduzidos comportamentos machistas, racistas e sexistas capazes de construir narrativas, tendo como base textos bíblicos interpretados dentro de uma lógica patriarcal e androcêntrica. Para Caldeira (2023), as interpretações dos textos bíblicos que são

---

<sup>19</sup> Ciberespaço é um termo que se refere a um ambiente virtual, global e interconectado, criado pela convergência das tecnologias de comunicação e informação, especialmente a internet. Ele engloba não apenas a infraestrutura física da rede, como computadores e servidores, mas também as informações, os serviços, as comunidades e as interações que ocorrem nesse ambiente digital.

<sup>20</sup> Sara Mariano foi uma cantora gospel, pastora e influenciadora digital de Salvador, Em 2023, o seu desaparecimento e posterior assassinato ganharam grande repercussão nacional, gerando comoção e discussões sobre a violência contra a mulher.

realizadas pelas lentes da teologia oficial são impregnadas de pressupostos machistas, racializados e etnocêntricos, impactando diretamente as trajetórias de mulheres negras no segmento evangélico.

Essa percepção fortalece as convicções do Cuxi e seus membros da necessidade das igrejas se apropriarem de uma interpretação bíblica que apresente um discurso e uma mensagem propositiva para as mulheres negras no sentido de fortalecer a luta antirracista, antimachista e antissexista, além de outras formas de opressão dos corpos femininos negros. A interpretação hermenêutica é, portanto, a leitura afrocentrada da Bíblia, que tem por objetivo trazer à luz estas discussões, tirando da invisibilidade as problemáticas e atravessamentos que afetam a população negra (Caldeira, 2023, p. 53).

Assim, consideramos que a promoção de palestras sobre a temática da violência contra a mulher, incluindo os casos de mulheres negras, com baixa visibilidade social, tem larga intenção de promover letramento e percepção da realidade, indo de encontro à concepção patriarcal comum dentro do contexto evangélico. À espreita, foram essas abordagens que podemos observar neste evento, no qual ficou evidente a opção teológica do Cuxi pela Teologia Negra como base hermenêutica das suas ações tanto virtuais quanto presenciais.

Os passos seguintes na investigação das atividades desenvolvidas pelo Cuxi, caminharam na direção de estudar as propostas e metodologia do coletivo para o letramento racial, tais como seminários, grupos de estudos, ações sociais e atividades desenvolvidas em templos evangélicos. Durante essa jornada, surgindo outras instituições ou coletivos, seriam somados à investigação para que tivéssemos ampla compreensão da atuação do MNE em Salvador por meio dos coletivos que o compõem, conhecer sua história, desafios e entender a estrutura desses movimentos, quantidade de membros, locais de reuniões, apoio financeiro, parcerias e principais eventos realizados desde a sua fundação, bem como as práticas que dialogam com o letramento racial.

Mapeou-se a presença de tais coletivos nas redes sociais. Destacamos os perfis com páginas ativas em Salvador por fazerem parte dos objetivos desse estudo, conforme os *prints* das páginas dos coletivos representados na **Figura 1** –

Imagem de Capa do perfil do Cuxi no Instagram e na **Figura 2** – Imagem de Capa do perfil do MNE-Bahia no Instagram



**Figura 1** (Fonte: @cuxicoletivonegroevangelico, 2024)



**Figura 2** (Fonte:mne\_bahia, 2024)

As observações revelaram que os dois coletivos também atuam em espaços físicos, como templos religiosos, eventos promovidos pelos movimentos sociais e escolas, a exemplo do Cuxi, que, desde a sua fundação, tem organizado eventos em auditórios e espaços de culto como a Igreja Batista Sião e participação em outros eventos como a manifestação contra o Projeto de Lei 1904<sup>21</sup>. Além disso, coletivo tem avançado na direção de se aproximar de escolas públicas, realizando palestras, a exemplo da que aconteceu no Colégio Estadual Marcílio Dias, em São Tomé de Paripe, subúrbio ferroviário de Salvador, envolvendo estudantes na reflexão sobre o Julho das Pretas a responsabilidade de respeitar a diversidade

<sup>21</sup>O Projeto 1904/2024 tem como objetivo equiparar o aborto após a 22ª semana ao crime de homicídio simples.

religiosa no ambiente escolar. A palestra aconteceu em 23 de novembro de 2024 e teve por título: O legado Africano para o Cristianismo. As **Figuras 3 e 4** foram publicadas na página do Cuxi no Instagram registram respectivamente momentos da palestra e o card de divulgação do evento.

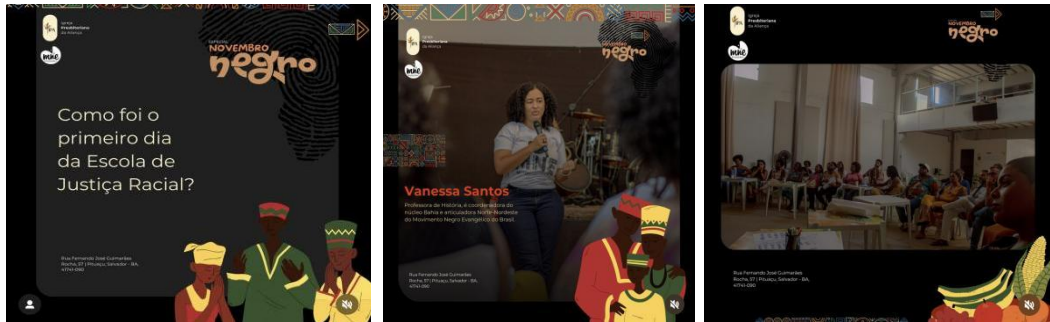


**Figura 3** (Fonte: @cuxicoletivonegroevangelico, 2024)



**Figura 4** (Fonte: @cuxicoletivonegroevangelico, 2024)

No que diz respeito ao MNE-Bahia, podemos observar, por exemplo, o evento Escola de Justiça Racial, realizada no dia 02 de novembro de 2024 na Igreja Presbiteriana Aliança em Salvador, que tratou da questão racial na igreja, e discutiu o racismo na perspectiva do pecado. As imagens (**Figuras 5, 6 e 7**) foram divulgadas na página do MNE-Bahia no Instagram, da esquerda para a direita: a **Figura 5** é o *card* de divulgação do evento, a **Figura 6** registra a presença da palestrante Vanessa Santos, e a **Figura 7** mostra os membros e convidados presentes no evento.



**Figura 5,6 e 7** (Fonte:mne\_bahia, 2024)

O coletivo também realiza eventos informais em espaços públicos como o Parque da Cidade, a exemplo do encontro em comemoração ao dia 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, oportunidade em que discutiram, de acordo com o *post* observado na sua página no Instagram, sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira, questionando sobre a dignidade, a violência doméstica e o subemprego. Além disso, a publicação observada abordou a reflexão sobre as mulheres negras que não são lembradas, apesar de muitas delas sustentarem suas famílias, realizarem atividades nas igrejas, trabalharem fora de casa, na política e em diversas esferas da vida social. **A Figura 8** é um registro desse evento ao ar livre e está disponível no perfil do MNE-Bahia no Instagram;



**Figura 8** (Fonte: mne\_bahia, 2024)

Tais Encontros, efetivamente, promovem diálogos formativos, na medida em que as discussões acontecem em diversos espaços, reunindo pessoas de variadas faixas de idade em torno de temas ligados à realidade da população negra. Assim,

em conformidade com Silva e Araújo (2012), uma vez que as interações e reflexões promovidas pelos coletivos possibilitam o acesso a outras formas de pensar e agir, os espaços de concretização das suas propostas e ações configuram-se espaços de aprendizado crítico e reflexivo sobre temas específicos.

Os trabalhos pautados na abordagem crítica vêm, desse modo, confirmar que o conhecimento de diferentes práticas de letramento de determinados grupos sociais e comunidades é fundamental para entendermos o letramento enquanto um fenômeno plural. Com isso, começa-se a reconhecer eventos e práticas de letramento em variadas agências, tais como a igreja, a escola, os sindicatos (Kleiman, 2010).

A reflexão é que, no que se refere ao letramento racial e à pluralidade de possibilidades de espaços e agências de letramento na contemporaneidade, numa perspectiva crítica, há o reconhecimento de que há múltiplas situações nas quais são possíveis letramentos diversos por meio daquilo que se entende por eventos de letramento. Tais eventos estão ocorrendo em múltiplos contextos, como igrejas, parques, escolas e espaços virtuais, como as redes sociais. Nesta pesquisa, compreendemos que as atividades desenvolvidas pelo Cuxi e pelo MNE-Bahia são exemplos dessa abordagem, que os caracteriza, segundo Street (2006, p.484) “como práticas de letramento em contextos culturais e ideológicos diversos” que se amplificam diante da diversidade cultural contemporânea. Neste sentido o processo de letramento pode ocorrer em diversas instituições por meio das interações sociais, a exemplo das igrejas, escolas, sindicatos, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e outras entidades e coletivos.

A metodologia da pesquisa projetou como etapa importante o mapeamento das entidades que compõem ou se relacionam com o MNE em Salvador, ou coletivos de negros que, de forma autônoma, se articulam promovendo ações de enfrentamento ao racismo e para estudar as questões raciais dentro das igrejas e na sociedade como um todo. Assim, como dito anteriormente, a etapa de construção dos dados começou com o Cuxi - Coletivo Negro Evangélico, atualmente em atividade no município de Salvador-Bahia, por ser exemplar nesta dinâmica de trabalho com questões relacionadas à educação étnico-racial, sendo o primeiro coletivo mapeado na fase inicial da pesquisa.

### 2.3 Critérios de inclusão dos participantes no contexto da pesquisa

Além da etapa da netnografia, quando nos dedicamos à análise das postagens em rede social, lançamos mão de entrevistas com membros e lideranças evangélicas que possuem ou já possuíram alguma relação com o MNE em Salvador. Assim, fazem parte dos interlocutores desta pesquisa dois membros do Coletivo Negro Evangélico – Cuxi; três pastores que atuam ou já atuaram em parceria com o MNE ou com o Cuxi; e três membros da liderança do MNE Bahia, num total de oito participantes. Para preservar o anonimato recomendado pelo Comitê de Ética, seus nomes foram codificados de acordo com o **Quadro 2** (Perfil dos Participantes Entrevistados), composto pelas seguintes informações sobre os entrevistados: Referência, composta por letra e número; Idade do entrevistado e profissão. Essas informações compõem o código completo de cada voluntário participante das entrevistas.

Referência	Idade/anos (a)	Profissão	Código completo
E1	58a	Pedagoga	E1, 58a, Pedagoga
E2	54a	Psicóloga	E2, 54a, psicóloga
E3	57a	MS em Educação	E3, 57a, Ma. em Educação
E4	56a	Professor e Teólogo	E4, 56a, Prof. E Teólogo
E5	39a	Pastor	E5, 39a, Pastor
E6	33a	Professora de História	E6, 33a, Prof.a de História

E7	34a	Design Gráfico	E7, 34a, Design Gráfico
E8	57a	Pastor	E8, 57a, Pastor

**Quadro 2** - (Fonte: autoral, 2025)

O contato com os participantes foi feito de forma virtual, por meio de dispositivos eletrônicos, principalmente mensagens via Whatsapp, ligações telefônicas e e-mails. Realizado o primeiro contato com os colaboradores, por meio de mensagens eletrônicas via WhatsApp e posteriormente confirmadas por meio de chamadas telefônicas, foi feito o agendamento das entrevistas. Todas as pessoas convidadas concordaram em participar deste estudo.

A escolha dos participantes foi feita de forma intencional, pois a ideia era ter uma visão em perspectiva das propostas, ações e metodologia das atividades realizadas pelos coletivos; a intenção era saber o que propõem, o que fazem e como realizam efetivamente as suas propostas. Uma visão em perspectiva, no sentido de perceber como os membros comuns dos coletivos percebem as ações relativas ao letramento racial em suas experiências pessoais, bem como isso reverbera nos espaços evangélicos dos quais participam, ao mesmo tempo em que a escolha desses participantes, sendo eles pastores, por exemplo, pode nos apresentar uma perspectiva a partir de suas experiências, que certamente são diferentes das versões apresentadas pelas lideranças imediatas dos respectivos coletivos.

Assim, as informações construídas com base nas narrativas desses atores oferecem diferentes perspectivas que, a partir das suas experiências enquanto membros dos coletivos, pastores parceiros e lideranças locais, quando colocadas em diálogo, possibilitam uma análise mais ampla e a compreensão das propostas e ações do movimento negro evangélico em Salvador.

As entrevistas foram realizadas por meio de videoconferência, na plataforma Google Meet,<sup>22</sup> embora a intenção inicial fosse realizá-las presencialmente. Todavia, devido às dificuldades de agenda de sete dos oito entrevistados, além de um imprevisto de caráter geográfico que se apresentou, pois dois dos participantes estavam fora da cidade no período dedicado à realização das entrevistas, essa opção mostrou-se a mais eficiente para a aplicação desse dispositivo.

O perfil geral de escolaridade dos participantes é de nível superior, possuindo, no mínimo, graduação. Três entrevistados possuem mestrado, um doutorando e quatro graduados em áreas como Psicologia, História, Letras, Design Gráfico e Pedagogia, com idades informadas entre 33 e 57 anos. O recorte de idade e escolaridade não foi intencional, apenas foi verificado durante as entrevistas. A duração média de cada entrevista foi de 1 hora, num total de quase 9 horas de gravação.

As entrevistas foram transcritas e analisadas segundo o método de Análise Temática de Conteúdo baseado em Bardin (2011), escolhido por dar robustez na análise dos dados qualitativos que emergiram das entrevistas e que, uma vez transcritos, transformados em textos, permite uma análise profunda das nuances dos depoimentos. Isto nos permitiu ir além da descrição superficial das narrativas, procurando identificar os núcleos de sentido presentes no conteúdo, as categorias, os temas e as mensagens presentes nos dados. A análise temática favoreceu a compreensão das "propostas e ações do Movimento Negro Evangélico em Salvador" a partir das narrativas dos seus membros, lideranças e pastores.

O trabalho com as entrevistas foi importante para a imersão no campo e a construção de dados atualizados sobre a história do MNE no Brasil e em Salvador, a trajetória dos coletivos mapeados e de outras iniciativas anteriores a partir das narrativas de testemunhas do processo de implementação da discussão étnico-racial e de iniciativas de letramento racial no segmento evangélico de Salvador.

---

<sup>22</sup> Google Meet é uma plataforma de videoconferência do Google, projetada para facilitar reuniões online, chamadas de vídeo e colaboração em tempo real. Ele se tornou muito popular, especialmente no contexto de trabalho remoto e aulas online.

## 2.4 Da observação à construção de dados: uma análise inicial.

Os dispositivos de construção de dados escolhidos para esta fase foram a Observação participante e a entrevista semiestruturada com roteiro flexível, o que extrapolou a abordagem netnográfica, pois, conforme descrito, a mesma dispensa o contato presencial entre pesquisador e pesquisados, nesse caso, como nos utilizamos de outros dispositivos e meios de interação com o campo, classificamos esse trabalho como um estudo de inspiração netnográfica.

Para entrevista, foi criado um roteiro dividido em cinco blocos temáticos de perguntas que dialogam com os objetivos específicos desta investigação, obedecendo à seguinte sequência: dados pessoais dos participantes; estratégias, propostas e metodologia do coletivo; desafios enfrentados; percepção dos pastores e outras lideranças evangélicas; resultados e impactos das ações dos coletivos. Ao final do roteiro, foi disponibilizada uma cópia do TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, resguardando o respeito devido à dignidade humana para a assinatura, a fim de que os participantes manifestassem a sua anuência à participação na pesquisa. O documento foi assinado digitalmente e enviado aos participantes por meio de mensagens eletrônicas.

A observação participante foi iniciada ao final do segundo semestre da pesquisa, durante o encontro de comemoração dos 10 anos do CUXI, Coletivo Negro Evangélico em Salvador, realizado em 25 de novembro de 2023. Este evento nos aproximou do coletivo e proporcionou o acesso a informações relevantes sobre sua história, através dos depoimentos e falas dos participantes. As **Figuras (9; 10; 11 e 12)** são fotografias feitas durante a Observação Participante:



**Figura 9** (Fonte: arquivo pessoal, 2023)

Registro do momento de abertura do evento com a fala de Gicélia Cruz, idealizadora, fundadora e coordenadora do coletivo, na oportunidade fez um breve relato da história do Cuxi, apresentou a composição da mesa dos convidados que iriam falar durante o evento e deixou uma mensagem reflexiva sobre os 10 anos de atuação do coletivo em Salvador.



**Figura 10** (Fonte: arquivo pessoal, 2023)

No segundo momento da programação desse encontro, os convidados tiveram a oportunidade para compartilhar suas experiências de militância junto ao coletivo, esta etapa foi marcada por falas potentes e de muita emoção. Os participantes falaram sobre a importância do debate racial na sociedade baiana e a necessidade de enfrentamento ao racismo e as desigualdades sociais por meio da educação e do letramento proposto pelo coletivo, conforme **Figura 11**.



**Figura 11** (Fonte: arquivo pessoal, 2023)

Neste registro, Gicélia Cruz aparece ao lado de três convidados. Na extremidade direita, fazendo uso da fala, a então secretária de Igualdade Racial do Estado da Bahia, Ângela Guimarães, aparece discursando. A presença de uma

secretária de Estado nos fez refletir sobre a capacidade de articulação do coletivo com entes públicos ligados à temática étnico-racial. A participação dela no evento comemorativo dos seu 10º ano de fundação, demonstra a notoriedade do ativismo do Cuxi no cenário político local. Em sua fala, Guimarães reforçou a importância do trabalho do Cuxi e da militância dos evangélicos e de outras religiões, a exemplo das experiências religiosas de matriz africana, para o enfrentamento do racismo.

Os outros dois convidados trouxeram testemunhos das suas experiências pessoais como pessoas negras que tiveram contato com as reflexões promovidas pelo coletivo e o impacto dessas reflexões nas suas vidas. Uma das convidadas relatou a sua experiência como mulher negra e, emocionada, fez menção a importância do trabalho realizado pelo Cuxi para o enfrentamento do racismo.

Tais experiências evidenciaram a aquisição de letramento racial, na medida em que os participantes apresentaram ter consciência da estrutura social racalizada em que nos encontramos, admitindo que o racismo existe, inclusive dentro das igrejas, e que deve ser combatido por todas as instituições sociais, incluindo as comunidades de fé. Os relatos de experiências compartilhadas durante o encontro, não apenas demonstraram a aquisição de letramento racial dos participantes, como também confirmaram a premissa de que o racismo é uma realidade percebida e combatida, inclusive no âmbito religioso, reforçando um dos pilares de nossa investigação. A **Figura 12** retrata a nossa participação no evento.



**Figura 12** (Fonte: arquivo pessoal, 2023)

Este último registro, mostra o momento em que fomos apresentados, enquanto pesquisadores do Movimento Negro Evangélico, encontro-me, nesta imagem, ao lado de outros dois acadêmicos que também pesquisam sobre a temática étnico-racial.

Este primeiro contato possibilitou a interação com a liderança, além de diálogos informais com membros e colaboradores do movimento, contatos e anotações importantes no diário de campo, tais como contatos telefônicos e trocas de e-mails, informações sobre as ações do coletivo voltadas para a formação de professores evangélicos e não evangélicos, como o I Seminário realizado com a finalidade de discutir a aplicabilidade da Lei 10.639/03, informações preliminares sobre a dinâmica e organização das atividades e encontros promovidos pelo coletivo, como, por exemplo, a informação de que o Cuxi não possui sede fixa, configura-se num coletivo autônomo, itinerante e com coordenação própria, seus membros são cristãos oriundos de diversas igrejas evangélicas, mas que o coletivo também acolhe pessoas de outras práticas religiosas, como membros de religiões de matriz africanas interessados na discussão racial como participantes nos eventos que realiza.

Nessa observação foi percebido o viés teológico afrocentrado como alicerce das reflexões e debates promovidos por esta organização, na medida em que determinados participantes, a exemplo de Gicélia Cruz, coordenadora do coletivo, verbalizou que entre as ações do Cuxi está a leitura afrocentrada da Bíblia, isto é uma interpretação das escrituras alinhadas com os pressupostos da teologia Negra, que na perspectiva de Caldeira (2022), representa uma chave interpretativa para a compreensão da realidade dos cristãos negros no sentido de acolhimento das suas dores cotidianas e das especificidades inerentes as demandas da população negra em geral. Na prática, de acordo com a fala de Gicélia Cruz, fazendo uma retrospectiva das principais ações do coletivo durante os seus 10 anos de atuação em Salvador: “[...] a proposta é apresentar o continente africano a partir de uma leitura bíblica afrocentrada, no sentido de mostrar historicamente o lugar da África na Bíblia[...]” a gente trabalha com formação” a leitura afrocentrada da Bíblia, portanto, não é apenas uma proposta, mas é a base de todas as ações do Cuxi, sendo um exercício constante de reinterpretação dos textos bíblicos levando em

consideração tanto o lugar da África nos textos sagrados quanto a visibilidade de personagens negros nas narrativas bíblicas<sup>23</sup>. Percebemos a concorrência em Editais como uma das estratégias usadas pelo coletivo no financiamento das suas atividades e, que o Cuxi desenvolve ao longo de 10 anos Seminários, encontros, rodas de conversa, grupos de estudos, formações em parceria com outras instituições, como o Instituto Federal da Bahia IFBA, além de palestras e oficinas voltados para o debate contemporâneo do racismo e outras formas de opressão social, tanto em espaços religiosos, como a Igreja Batista Sião quanto em escolas, auditórios seculares com uma atuação robusta e propositiva no sentido de promover transformação social e pessoal nos seus membros, no público evangélico e na sociedade soteropolitana, o que o posiciona como uma entidade promotora de letramento racial.

Nessa observação, percebemos que o coletivo propõe e realiza ações que dialogam com os princípios teóricos do letramento racial como ferramenta de enfrentamento ao racismo. A abordagem do letramento racial para esse fim encontra respaldo na perspectiva de Schucman (2018), para quem o letramento racial pode ser definido como uma resposta “individual ou coletiva que cada um de nós pode dar ao racismo”<sup>24</sup> no sentido do seu enfrentamento e superação, a partir de pressupostos como: a percepção das hierarquias raciais presentes na sociedade e, de acordo com Bento (2022) o reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude, a definição do racismo como um problema social atual e não só um legado histórico, o entendimento de que as relações sociais são resultados de práticas sociais aprendidas, e se são aprendidas podem ser reinterpretadas e transformadas.

---

<sup>23</sup> A exemplo da Rainha de Sabá, citada por Gicélia, como uma mulher africana, que aparece na narrativa bíblica registrada nos livros de 1 Reis 10:1-13 e 2 Crônicas 9:1-12. A história narra a visita da rainha ao rei Salomão. Esse exemplo, explicado na visão de Cruz sobre a leitura bíblica afrocentrada constitui-se em uma prática educativa e política. Não é apenas um método de interpretação textual, mas um programa de ação que visa: combater a ignorância sobre a história africana e sua relevância bíblica; Fortalecer a identidade negra ao mostrar a presença e o protagonismo de pessoas negras nas Escrituras e, promover a justiça racial ao transformar a Bíblia em uma ferramenta de conscientização e empoderamento da população negra evangélica que se percebe representada na narrativa bíblica.

<sup>24</sup> EQUILÍBRIO MENTAL. Letramento racial Dra Lia Vainer Schucman trimmed, 7 de mar. de 2018. 7:11. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_CGVMOptm-M&t=104s](https://www.youtube.com/watch?v=_CGVMOptm-M&t=104s)>. Acesso em: 12 de maio 2025.

As informações obtidas na Observação Participante permitiram fazer um paralelo entre as propostas e ações do Cuxi e enquadrá-las, de acordo com o conceito de letramento racial apresentado, como propostas e ações de letramento racial no segmento evangélico com o potencial de reverberação em outros segmentos e instituições sociais, como famílias e escolas. Pois, na medida em que o coletivo observado desenvolve ações concretas nas quais se discute a Lei 10.639, o racismo e outras formas de opressão social e seu enfrentamento, potencializa respostas individuais e/ou coletivas para a superação das desigualdades sociais e raciais, tais ações se enquadram no conceito de letramento racial apresentado.

Essas observações foram de grande relevância para o alinhamento de encontros futuros, a partir de contatos estabelecidos, tanto com a liderança quanto com membros do coletivo o que foi fundamental para desenvolvimento da pesquisa.

O encontro em comemoração ao 10º aniversário do Cuxi aconteceu no auditório anexo da Igreja Batista Sião, uma das mais tradicionais da cidade, localizada no Campo Grande, bairro do centro de Salvador. O evento foi marcado por um ambiente alegre por se tratar de uma confraternização comemorativa do 10º ano de atividade do coletivo em Salvador. A coordenadora fez a abertura do evento narrando o histórico do coletivo (esse momento foi marcado por certa emoção) falou sobre as conquistas, ações desenvolvidas ao longo de uma década e dos desafios enfrentados pelo Cuxi durante a jornada. Em seguida, convidados e membros tiveram a oportunidade de falar e compartilhar suas experiências sobre a militância no coletivo. Uma das convidadas falou sobre a dificuldade em trabalhar a Lei 10.639/03 no âmbito escolar devido à resistência de estudantes e professores evangélicos e de como no Cuxi ela teve contato com a discussão étnico-racial voltada para o segmento evangélico, sentindo-se fortalecida enquanto professora e participante do coletivo.

Um dos conceitos chave que emergiu durante a observação participante, durante as oportunidades que os convidados tiveram para compartilhar suas experiências, foi o conceito de teologia Afrocentrada, também conhecida por Teologia Negra. Este conceito ganhou relevância na nossa exploração, vez que foi apresentado como uma das propostas do Cuxi para o enfrentamento ao racismo no

segmento evangélico. Mas o que significa uma Teologia Afro centrada ou Teologia Negra? A literatura nos mostra alguns pressupostos dessa abordagem teológica.

Toda Teologia Negra é uma teologia política. A Teologia Negra, de modo muito especial, em sua vertente norte-americana, como fruto da resistência afrodiaspórica, nasceu para se opor radicalmente à supremacia branca e ao capitalismo, imperialismo e eurocentrismo e lutar pela emancipação do negro de todas as estruturas brancas, incluindo a igreja branca e sua consequente teologia eurocentrada.

Dado que a Teologia Negra surgiu para desvelar o aspecto racial da dominação e lutar pela emancipação e dignidade dos afrodiaspóricos (africanos e descendentes que foram forçados à diáspora), não há teologia negra que possa se eximir da crítica política ao sistema mundo moderno colonial, visto que o racismo é estruturante do pensamento e da ação; assim, a Teologia Negra na perspectiva de Caldeira (2023, p. 60) propõe uma uma leitura afrocentrada da realidade e da vida social enquanto epistemologia central para a leitura e interpretação da realidade, tendo como ponto de partida a experiência afrodiaspórica, de maneira que quando o indivíduo, exposto a essas novas possibilidades de leitura do mundo, compreende o lugar que ocupa na sociedade, na nossa percepção, adquire um novo letramento, o letramento racial, capaz de gerar empoderamento e abrir seus olhos para o enfrentamento do racismo presente nas diferentes instituições sociais das quais participa, seja família, espaços acadêmicos e igrejas.

Nesse sentido a Teologia Negra representa uma importante base teológica contemporânea que pode ser colocada em diálogo com os estudos da Teoria Crítica da Raça, além de instigar a pesquisa para a compreensão de como essa base teológica é utilizada, na prática, pelos coletivos em estudo.

Neste nosso percurso, foi necessário realizar uma segunda observação participante, que aconteceu, em 21 de julho de 2024. durante um evento virtual realizado por meio de uma *live* na rede social Instagram pelo MNE-ES. Embora este coletivo não esteja atuando presencialmente em Salvador, essa observação foi fundamental para a compreensão mais ampla das propostas, ações e eventos de letramento racial, promovidos pelo MNE no contexto nacional.

Optamos pela abordagem metodológica netnográfica aplicada a observação participante sob duas perspectivas descritas na literatura como observador *lurker* e *Insider* (Polivanov 2013, p. 04). Assim, iniciamos essa observação assumindo a postura *lurker*, que significa: aquele que fica à espreita. Dessa forma acompanhamos as postagens desse coletivo na rede social, inclusive, foi assim que tivemos acesso ao card de divulgação desse evento.

Observamos que a *live*, desde o início, abordou o tema da história da escravidão no Brasil. Uma das palestrantes, que também fazia parte da coordenação do coletivo, deu uma aula pública sobre essa temática, fazendo um paralelo sobre o posicionamento das igrejas católica e, posteriormente, evangélicas em relação a escravidão, na sequência, o tema do feminismo negro foi abordado na fala de uma outra participante, que discutiu o lugar da mulher na estrutura das igrejas evangélicas, e em especial da mulher negra, foram abordados ainda temas como colonização, a situação dos indígenas e dos negros, teoria camita<sup>25</sup>, Teologia Negra e Manifesto 13 de Maio.

Essas informações somaram-se àquelas obtidas na primeira Observação Participante, com o Cuxi, pois evidenciam que apesar das diferenças de abordagens, ambos os coletivos se dedicam a discutir e refletir sobre temáticas sociais/raciais amplas, como o feminismo negro, Teologia Negra e escravidão no Brasil. Isso reforçou a compreensão de como esses conceitos teóricos são transformados em propostas e ações concretas de letramento na dinâmica das agendas dos coletivos, ampliando a construção dos dados preliminares tão importantes para o aprofundamento das discussões e posterior análise dos achados em capítulo específico destinado a este fim no contexto deste estudo.

A segunda palestrante foi uma Pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular, de vertente pentecostal, que também exerce a profissão de Assistente Social, trouxe à discussão os atravessamentos enfrentados por mulheres negras em cargos de liderança eclesiástica. Essa abordagem evidenciou a abertura

---

<sup>25</sup> A teoria camita refere-se a uma crença antiga, com raízes na Bíblia, mais especificamente no livro do Gênesis, essa teoria associava a escravidão dos povos africanos à descendência de Cam, um dos filhos de Nôé, segundo os camitas, Cam e seus descendentes, que seriam os africanos foram condenados a escravidão por causa da sua desobediência. Essa teoria atualmente é rejeitada tanto por teólogos quanto pela comunidade científica. (Monteiro, 2023, p. 74)

do movimento para a temática de gênero em suas ações, ampliando a nossa percepção sobre as propostas temáticas do movimento.

O motivo principal do evento foi o lançamento do Manifesto "Escravidão: E a Igreja com isso?", publicado pelo MNE Brasil em São Paulo, no dia 13 de maio de 2024. O manifesto reivindica, entre outras coisas, a necessidade de um pedido de perdão ao povo negro e a abertura dos arquivos das igrejas protestantes que chegaram ao Brasil ainda no período da escravidão, ao final do século XIX, conforme o trecho abaixo:

[...] fazemos um apelo público as igrejas históricas, primeiro por um pedido de perdão oficial ao povo negro brasileiro, e segundo, solicitamos que atuem no sentido de reescrever a história da igreja não só facilitando o acesso aos registros e documentos oficiais das instituições eclesiais que já estavam no Brasil naquele período, mas trabalhando para que se estabeleça a verdade. Portanto reiteramos: Irmãs e irmãos, liberem e facilitem o acesso aos seus arquivos da época da escravidão, queremos entender melhor qual era a relação das igrejas protestantes históricas com a escravidão. Queremos saber: E a igreja com isso?<sup>26</sup>

O manifesto reivindica a abertura dos arquivos das igrejas protestantes que chegaram ao Brasil ainda no período da escravidão, ao final do século XIX, com o objetivo de trazer à luz informações que possam contribuir para a compreensão desse passado e para a construção de um futuro mais justo. Essa demanda, proposta pelo MNE-ES, é um convite à igreja protestante para uma releitura do seu passado e, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre o papel social da igreja diante do racismo. Trata-se, portanto, de uma reivindicação alinhada ao conceito de letramento racial.

O interesse em observar esse evento se deu devido à necessidade de compreender a dinâmica e características mais gerais do movimento. Tais como o perfil dos seus participantes, os temas debatidos no ambiente virtual, e sua presença no debate público digital. Assim, mapeamos que os temas debatidos na live versaram sobre a história da escravidão no Brasil e o posicionamento das igrejas evangélicas históricas em relação à questão racial, além de reflexões sobre leitura afrocentrada da Bíblia, isto é: uma interpretação do texto bíblico que leve em

---

<sup>26</sup>Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeN07XcITUWUMS98ekmtihahH6EMyS6dy\\_4MqYJIU\\_vtXR-w/viewform?fbzx=-6009282401603583736](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeN07XcITUWUMS98ekmtihahH6EMyS6dy_4MqYJIU_vtXR-w/viewform?fbzx=-6009282401603583736)>. Data de acesso: 25 de junho de 2024.

consideração as demandas da comunidade negra, a presença negra nos textos sagrados, quase sempre invisibilizada por uma tradição teológica eurocêntrica que precisa ser problematizada, desafiando as igrejas evangélicas a compreenderem a demanda de novas formas de leitura, ou seja, na perspectiva de McCaulley (2021) uma leitura negra da Bíblia. Em outro trecho do manifesto, o documento enfatiza:

Nós insistimos de maneira repetida no amor. Acreditamos firmemente que somente o caráter revolucionário do amor pode dar espaço para uma realidade de justiça plena para todas as pessoas. Neste contexto, fazemos um apelo público as igrejas históricas, primeiro por um pedido de perdão oficial ao povo negro brasileiro, e segundo, solicitamos que atuem no sentido de reescrever a história da igreja não só facilitando o acesso aos registros e documentos oficiais das instituições eclesiais que já estavam no Brasil naquele período, mas trabalhando para que se estabeleça a verdade. Portanto, reiteramos: Irmãs e irmãos, liberem e facilitem o acesso aos seus arquivos da época da escravidão, queremos entender melhor qual era a relação das igrejas protestantes históricas com a escravidão. Queremos saber: E a igreja com isso? (MANIFESTO 13 DE MAIO, 2024)<sup>27</sup>.

No trecho percebemos que as reivindicações presentes no Manifesto 13 de Maio apresenta uma dinâmica de letramento justificada na intencionalidade da busca por uma reescrita da história, ou seja, uma revisitação dos arquivos representando a rejeição a história tradicional oficial, fundamentada na narrativa ocidental eurocêntrica, que historicamente omitiu fatos históricos relacionados aos povos africanos escravizados no Brasil sob o argumento da necessidade de uma melhor compreensão dos fatos que delineiam a real trajetória do povo negro no contexto das denominações religiosas históricas e de como as igrejas se relacionaram com a escravidão, o documento desafia as igrejas evangélicas a dar uma resposta institucional ao racismo na direção do seu enfrentamento e de oportunizar aos seus fiéis uma percepção da história da igreja sob as lentes do letramento racial.

Ainda de acordo com o trecho extraído do Manifesto 13 de Maio, percebemos nuances das propostas mais gerais do MNE enquanto objeto desta pesquisa, inclusive na perspectiva política.

---

<sup>27</sup> Manifesto “Escravidão: e a Igreja com isso?” Disponível em: [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeN07XclTUUWUMS98ekmtihahH6EMyS6dy\\_4MqYJIU\\_vtXR-w/viewform?fbzx=-6009282401603583736](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeN07XclTUUWUMS98ekmtihahH6EMyS6dy_4MqYJIU_vtXR-w/viewform?fbzx=-6009282401603583736) Data de acesso: 25 de Junho de 2024.

A reivindicação de "reescrever a história da igreja" por meio da revisão de seu posicionamento em relação à escravidão chamou nossa atenção. Em nossa interpretação, e com base nos estudos de Schucman (2022), isso pode ser compreendido como uma possibilidade de letramento racial público destinado ao segmento evangélico. O documento exige um novo olhar sobre a história oficial da igreja no que diz respeito à sua postura durante a escravidão no país.

Entendemos que esse posicionamento promove um olhar crítico sobre o passado e tem o potencial de modificar realidades sociais por meio da tomada de consciência e da ação coletiva para o enfrentamento ao racismo. Isso está em conformidade com Almeida (2020) e suas três dimensões: individual, institucional e estrutural, como resultado de um processo histórico-político.

O letramento racial defendido pelo Manifesto ficou ainda mais evidente durante a transmissão ao vivo (live) observada, uma vez que o conteúdo se concentrou no debate racial. A abordagem histórica tratou da escravidão e sua relação com a fé cristã, mencionando a postura da Igreja Católica que tolerava a escravidão sob uma perspectiva teológica baseada na teoria camita.

A discussão também abrangeu a continuidade dessa postura nas igrejas evangélicas, manifestada na intolerância religiosa e na demonização da cultura africana, além de analisar as teorias raciais do século XIX e os conceitos de preconceito, discriminação e racismo. Essa forma de atuação do movimento no meio digital pode ser caracterizada como uma estratégia eficaz de letramento racial.

Na *live* analisada, a fala da pastora, permeada por sensibilidade, chamou a nossa atenção. Ela iniciou sua intervenção comparando o racismo a uma ferida aberta que não cicatriza, ressaltando a dificuldade de abordar o tema dentro das igrejas.

A pastora contextualizou essa dor mencionando a demonização da religiosidade e da cultura dos povos africanos durante a escravidão, um período em que até mesmo a humanidade das pessoas negras era questionada.

Ela apontou que, embora essa prática tenha sido inicialmente defendida pela Igreja Católica, os evangélicos acabaram seguindo a mesma linha, o que contribuiu

para a perpetuação desse pensamento. A demonização, termo que Lima (2005) define como diabolização, traduz-se na prática em desqualificação, associação com o mal, inferiorização, desrespeito e intolerância às religiões de matriz africana, a exemplo do candomblé.

Em sua análise, a pastora identificou o fundamentalismo e a intolerância religiosa como os grandes problemas atuais. Ela argumentou que essas posturas são particularmente pesadas para o povo negro, cuja religiosidade não é respeitada, o que caracteriza o racismo religioso.

A reflexão indicou que, embora no passado a Igreja Católica detivesse a hegemonia dessa prática, hoje a demonização é exercida principalmente pelos evangélicos. A pastora observou ainda que, nesse contexto, ser um ativista antirracista se torna motivo de incompreensão e até perseguições dentro das igrejas.

Para ela, a Teologia Negra é essencial para refletir sobre a realidade do povo negro (Caldeira, 2022), pois propõe uma interpretação da Bíblia que leva em consideração o sofrimento histórico e a realidade desse grupo. A ênfase é que a Bíblia, em grande medida, ainda é lida sob a ótica eurocêntrica, o que justifica a resistência de setores mais tradicionais da igreja em relação à Teologia Negra. Essa resistência evidencia os desafios teológicos enfrentados pelos ativistas do Movimento Negro Evangélico e por coletivos militantes.

No decorrer da *live*, um dos participantes, que também é coordenador do coletivo, explicitou a dimensão política da atuação do Movimento Negro Evangélico (MNE) ao ler o Manifesto 13 de Maio.

Ele destacou a pergunta central do documento: "O que a Igreja tem com isso?", que reivindica a abertura dos arquivos das igrejas evangélicas históricas do período da escravidão. Sua reflexão trouxe à tona a importância de resgatar a trajetória do povo negro e de examinar o papel histórico da igreja em relação ao racismo, defendendo a necessidade de um pedido de perdão oficial à nação brasileira por esse pecado histórico.

O coordenador refletiu sobre o potencial da igreja evangélica no enfrentamento ao racismo, dada a sua influência no campo do discurso, da mídia e

da política nacional. Ele mencionou a necessidade de compreender o passado para debater o tema no presente e citou o ativista negro estadunidense Martin Luther King. King expressava seu desapontamento com a falta de mobilização de parte da igreja em sua época, traçando um paralelo com a realidade atual.

Por fim, sua fala evidenciou a forma como o ativismo negro evangélico é percebido por setores tradicionais da igreja, sendo muitas vezes classificado como militante ou violento.

Ao final de sua intervenção, o coordenador aprofundou a reflexão sobre como o racismo se estrutura na dinâmica interna da igreja, definindo, por exemplo, quem terá acesso aos postos mais elevados na estrutura organizacional das igrejas.

Ele reiterou a dimensão política do Manifesto 13 de Maio de 2024 como um documento que exige o engajamento das igrejas evangélicas no combate ao racismo. As reivindicações do documento incluem a abertura dos arquivos, um pedido de perdão oficial, o reconhecimento de sua contribuição histórica para o racismo e o compromisso de reescrever a história eclesiástica.

O coordenador finalizou a *live* convidando os espectadores a assinar o documento (Manifesto 13 de Maio) *online*, fortalecendo as reivindicações. Ele concluiu com uma mensagem de esperança fundamentada na crença de que a igreja evangélica brasileira mudará, movida pelo amor.

Ao final do evento, assumimos o papel de observadores *insiders*, conforme proposto por Polivanov (2013). Nessa perspectiva, o pesquisador não apenas observa, mas se insere e interage com o grupo.

Nesse sentido, nos apresentamos e participamos do debate via *chat*, questionando sobre as estratégias de letramento racial propostas pelo movimento. Fomos informados sobre ações como a Escola de Justiça Racial e um curso sobre Teologia Negra oferecido pelo MNE-ES, além de outras iniciativas mobilizadas na página do movimento no Instagram. Tivemos, assim, uma percepção mais ampla sobre o caráter do debate, que se direciona tanto ao público interno quanto ao externo às igrejas.

Foi possível identificar que a própria *live* é uma ação prática de letramento racial promovida pelo movimento, na medida em que aborda publicamente temas como racismo, Teologia Negra, questões de gênero, feminismo negro e a necessidade de revisitar o passado por meio da abertura dos arquivos das igrejas históricas, conforme pleiteado pelo Manifesto.

Todas essas ações, por serem de domínio público, salvas no meio digital e, portanto, abertas a interações, comentários e compartilhamentos, são capazes de levar os seguidores a reflexões pessoais e a interagir com pensamentos de terceiros (disponíveis *online* e gratuitamente). Na nossa concepção, essas são formas de repensar a realidade com potencial de transformação e, portanto, são práticas de letramento racial capazes de enfrentar o racismo, de acordo com Schucman (2022). Desse modo, ampliamos o arcabouço de informações para a composição do *corpus* da pesquisa.

### **2.5 Aprofundando a Investigação: Entrevistas Semiestruturadas na construção de novos dados.**

O desejo de ampliar a compreensão sobre a organização do movimento e a articulação de suas propostas e ações efetivas de letramento racial nos conduziu a uma jornada virtual de observação de publicações relacionadas a coletivos negros evangélicos na rede social *Instagram*.

Essa imersão foi de singular importância porque, à medida que aprofundávamos a análise nesse vasto conjunto de informações e compreendíamos melhor a dinâmica das atividades propostas, fomos nos familiarizando com os administradores das páginas por meio de interações, curtidas e comentários.

Gradativamente, iniciamos a apresentação até identificarmos o momento adequado para fazer o primeiro contato, via *direct*, com a coordenadora de um dos coletivos mapeados.

Após esse primeiro contato, ocorrido em 08 de abril de 2023, realizamos uma entrevista semiestruturada com uma das coordenadoras do MNE-BA Salvador. Esse dispositivo metodológico possibilitou a coleta de dados referentes à forma de

organização do movimento, suas principais atividades e o desenho, ainda que esquemático, de como e onde realizam seu trabalho.

O encontro foi bastante produtivo e ampliou nossa percepção sobre as propostas e ações do coletivo para o letramento racial. Tais ações incluem: encontros promovidos ao ar livre, estratégias de trabalho sobre negritude e estudos sobre a história da África, os quais, segundo a entrevistada, contribuem pedagogicamente em conformidade com a Lei nº 10.639/03.

Nessa conversa, também tomamos conhecimento de uma importante ação de letramento racial promovida pelo coletivo: a Escola de Justiça Racial. Trata-se de uma formação que aborda diversos temas relacionados às questões étnico-raciais na perspectiva da Teologia Negra. Uma dessas formações aconteceu no dia 02 de novembro de 2023, na Igreja Presbiteriana da Aliança, localizada no bairro do Imbuí, em Salvador, conforme **Figura 13** (Card de divulgação da Escola de Justiça Racial):



**Figura 13** (Fonte: @mne\_bahia, 2024)

A Escola de Justiça Racial é um programa educativo realizado pelo MNE. Sua proposta pedagógica é conscientizar e capacitar a comunidade evangélica para o debate e a implementação de ações concretas na luta contra o racismo. Este programa visa alinhar a visão das igrejas evangélicas brasileiras sobre justiça social e igualdade racial, oferecendo conteúdos que abordam a Igreja, o Evangelho e o combate ao racismo.

Observamos que a Escola de Justiça Racial é uma ação que implica diretamente no processo de letramento racial no segmento evangélico, pois introduz a discussão sobre a questão racial em um contexto notadamente resistente a esse debate.

Além da Escola de Justiça Racial, o MNE-Bahia também realiza fóruns, como o Fórum de Justiça Racial que ocorreu na Igreja Presbiteriana da Aliança, em Salvador (BA). Na ocasião, o coletivo convidou os presentes a debaterem o racismo como um pecado presente no mundo desde os tempos remotos e que persiste na contemporaneidade. O evento levantou questionamentos sobre o que a igreja pode fazer e como manter a esperança em um tempo de tanto ódio e intolerância. As **Figuras 14 e 15** são registros desse encontro e resultam de observação netnográfica na página do *Instagram* do MNE-Bahia.



**Figura 14** (Fonte: @mne\_Bahia, 2024)



**Figura 15** (Fonte: @mne\_Bahia, 2024)

No decorrer da entrevista, ansiosos por informações para uma compreensão geral da atuação do movimento, seguimos um roteiro que propiciou a coleta de dados sobre o mapeamento, as propostas, a metodologia e a Lei nº 10.639/03.

Esse percurso ampliou nossa visão sobre a organização do movimento, suas propostas e metodologias.

A entrevista contribuiu, assim, para consolidar o mapeamento dos coletivos em atividade no município de Salvador (BA) durante o período do estudo. Até aquele momento, foram identificados dois coletivos em atividade: o Cuxi e o MNE-BA.

## 2.6 Da análise dos dados construídos no campo

Após a coleta dos dados por meio dos dispositivos netnográficos, mapeamento, observação participante e entrevistas semiestruturadas, iniciamos a fase de análise.

A técnica escolhida para guiar esse processo foi a Análise de Conteúdo, especificamente a Análise Temática ou Categorical, conforme proposta por Bardin (2011). Essa abordagem é definida como um método empírico que utiliza um conjunto de procedimentos para gerar e analisar dados, em constante aperfeiçoamento, e aplicável a discursos (conteúdos) extremamente diversificados (Bardin, 2011, p. 15). Constitui-se, portanto, como uma técnica eficiente no tratamento e na análise de pesquisas qualitativas.

Análise de Conteúdo foi escolhida devido à sua capacidade de organizar e analisar, em profundidade, dados em pesquisas qualitativas e exploratórias. Essa técnica permite identificar e interpretar padrões, significados e categorias que emergem dos depoimentos dos participantes.

Além disso, ela possibilita o cruzamento desses dados com a literatura e estudos presentes no *corpus* do referencial teórico, colocando-os em constante diálogo sobre os temas advindos da análise. Essa abordagem viabiliza a compreensão ampla das diferentes perspectivas em torno do objeto pesquisado.

Especificamente, o método categorial, em seu formato temático, foi selecionado por oportunizar uma visão abrangente sobre as percepções e experiências pessoais dos membros dos coletivos pesquisados.

Nesse sentido, a análise temática mostrou-se apropriada porque, ao adaptarmos essa proposta metodológica ao nosso estudo, foi possível organizar os dados seguindo uma sequência lógica, de acordo com as etapas julgadas oportunas para o desenvolvimento do trabalho.

Iniciamos pela pré-análise documental e leitura flutuante (ou contato inicial com os documentos). Os documentos analisados incluíram: artigos relacionados ao Movimento Negro Evangélico, publicações do MNE e seus coletivos na rede social

*Instagram*, além de, em um contexto mais amplo, livros e outras publicações sobre a temática étnico-racial. Segundo Bardin (2011), nessa etapa são elaboradas as primeiras hipóteses, a serem confirmadas ou refutadas durante a fase final da análise.

A etapa seguinte da pesquisa foi a codificação. Nossa prioridade foi codificar as ações de letramento racial, que incluíram: atividades educativas sobre raça, discussões sobre história africana e afro-brasileira, críticas ao racismo estrutural, iniciativas de conscientização da comunidade evangélica e o uso de linguagem que promove a reflexão racial articulada com os princípios da Teologia Negra.

Essa codificação temática consistiu na identificação das unidades de registro, definidas por Bardin (2011) como temas, palavras ou frases. Estruturamos a codificação com base na sua importância para responder à nossa pergunta de pesquisa. Assim, organizamos os códigos em três categorias amplas: 1) Propostas de Letramento Racial: Inclui códigos como (intenções, desejo de realizar, projetos); 2) Ações de Letramento Racial: abrange códigos relacionados a (ações efetivas de letramento racial, grupos de estudo, palestras, seminários, conscientização, história da África, entre outros) e 3) Teologia Negra: Inserimos códigos como (leitura afrocentrada, libertação dos oprimidos, entre outros).

Posteriormente, as unidades temáticas, que consistem em trechos das falas dos entrevistados e de onde emergiram ações de letramento racial e princípios da Teologia Negra. Essas unidades incluem exemplos como o I Seminário Educadores Evangélicos na Aplicabilidade da Lei nº 10.639, promovido pelo Cuxi – Coletivo Evangélico em Salvador, em 2013, nas dependências da Igreja Batista Sião, e a Escola de Justiça Racial, promovida pelo MNE-Bahia na Igreja Presbiteriana da Aliança. O objetivo, então, foi colocar esses dados em diálogo com a teoria presente no *corpus* da pesquisa. O primeiro passo nesse processo foi a criação do **Quadro 3: Quadro Temático de Codificação Referencial (QTCR)**. Este quadro organizou os conceitos, citações e referências presentes no *corpus* teórico da pesquisa.

Criado no Google Docs, o QTCR foi estruturado em três colunas: a primeira dedicada a temas/conceitos, a segunda a citações e a terceira a referências. Ele serviu como um repositório de fichamentos e citações, organizados por temas

relevantes para o referencial teórico do estudo. Além disso, funcionou como um guia para a organização das ideias e a construção do próprio referencial teórico, conforme o modelo abaixo:

### QUADRO TEMÁTICO DE CODIFICAÇÃO REFERENCIAL - QTCR

TEMA/CONCEITO	CITAÇÃO	REFERÊNCIA
<b>Letramento Racial</b>	Twini propõe que, para que haja uma real desconstrução do racismo nas identidades raciais brancas, é preciso que os sujeitos brancos se percebam racializados e adquiram o que ela irá chamar de Racial Literacy	SCHUCMAN, LIA VAINER. O Branco e a Branquitude: Letramento Racial e Formas de Desconstrução do Racismo. <b>Portuguese Literary and Cultural Studies</b> , p. 171-189, 2

**Quadro 3** (fonte: autoral, 2024)

A criação do QTCR possibilitou a praticidade da organização temática dos dados bibliográficos e documentais desde o início da pesquisa. Com esse quadro em mãos, durante a escrita do referencial teórico, bem como das outras seções da pesquisa, foi possível localizar e utilizar rapidamente informações conceituais, tanto para citações diretas quanto indiretas, e referenciá-las. Isso otimizou, assim, o tempo de busca, visto que o quadro já estava organizado por temas, como: Letramento Racial, Educação Antirracista, Racismo Estrutural e Teoria Crítica da Raça, entre outros.

A análise das entrevistas semiestruturadas consistiu em quatro etapas: agendamento, realização, transcrição e codificação temática de todo o material gravado em áudio, produzido pelos oito participantes.

A Codificação Temática é uma das possibilidades da Análise de Conteúdo. Em conformidade com Bardin (2011), os critérios de categorização e a escolha de categorias (classificação e agregação) contribuem para uma visão pormenorizada dos dados, comparável à organização de uma cômoda com várias gavetas. A

categoria, em geral, é uma maneira de organização do pensamento capaz de refletir a realidade de forma resumida em determinados momentos.

Na Análise de Conteúdo, as categorias são compreendidas como rubricas ou classes que agrupam determinados elementos com características comuns ou similares entre si.

Conforme Dos Santos (2012, p. 4), o processo de escolha de categorias consiste em adotar critérios semânticos (temas), sintáticos (verbos, adjetivos e pronomes), léxicos (sentido e significado das palavras, antônimo ou sinônimo) e expressivos (variações na linguagem e na escrita).

Este processo permite a reunião de um número significativo de informações, organizadas em duas etapas: inventário (onde se isolam os elementos comuns) e classificação (onde se dividem os elementos e se impõe uma organização).

Assim, após a codificação do conteúdo das oito entrevistas, foram criadas três categorias de análise:

- a) Propostas de Letramento Racial: Consiste na análise das intenções e dos planos dos coletivos em relação ao letramento racial (ou seja, o que eles pretendem fazer).
- b) Ações de Letramento Racial: Analisa as atividades e iniciativas concretas que o MNE já realizou para promover o letramento racial e a educação antirracista.
- c) Teologia Negra: Analisa a presença dos princípios e conceitos da Teologia Negra que fundamentam ou se articulam com essas propostas e ações.

Para facilitar a identificação dessas categorias de análise no corpo do texto, organizamos as três conforme o **Quadro 4: Quadro de Categorização**.

#### **QUADRO DE CATEGORIZAÇÃO**

<b>CATEGORIA</b>	<b>Códigos (exemplos)</b>	<b>Unidades de Registro</b>
<b>PROPOSTAS DE LETRAMENTO RACIAL</b>	<b>(P1)</b> Desejo de realizar, projetos e ações, porém ainda não concretizados	Trecho literal da fala de um dos entrevistados que exemplifica o Código dentro da Categoria Principal. Isso ancora sua análise nos dados

		concretos (aplica-se as demais categorias)
<b>AÇÕES DE LETRAMENTO RACIAL</b>	<b>(A1)</b> Projetos e ações já concretizadas e implementadas pelos coletivos	Trecho literal da fala de um dos entrevistados que exemplifica o Código dentro da Categoria Principal. Isso ancora sua análise nos dados concretos (aplica-se as demais categorias)
<b>TEOLOGIA NEGRA</b>	<b>(T1)</b> Leitura afrocentrada, libertação dos oprimidos.	

**Quadro 4** (Fonte autoral)

Cada uma das três categorias descritas no quadro acima correspondem à organização temática dos dados favorecendo a otimização das análises e discussões realizadas na em seção específica deste estudo. Assim, temos:

**Categoria 1: Propostas de Letramento:** Mostra como a entrevistada e o coletivo concebem e planejam as estratégias para educar sobre a questão racial. Isso inclui a intenção de usar a Marcha Zumbi dos Palmares, a criação do projeto sobre a Lei 10.639/03 e o foco na formação contínua, mesmo com as resistências existentes.

**Categoria 2: Ações de Letramento:** Revela a concretização dessas propostas por meio de seminários, oficinas, grupos de estudo e a utilização de redes sociais. Demonstra como a teoria e os planos se tornam realidade, impactando diferentes públicos, desde professores e líderes até mulheres e crianças nas periferias.

**Categoria 3: Teologia Negra:** Explica a base ideológica e conceitual que sustenta as propostas e ações. Detalha como a Bíblia é ressignificada a partir de uma perspectiva afrocentrada e como a Teologia Negra de James Cone é utilizada

para combater a Teologia do Domínio e dar voz às experiências de fé da população negra.

As categorias de análise presentes no quadro a cima foram colocadas em diálogo com trechos das entrevistas durante o processo de análise temática do conteúdo construído empiricamente, conforme Bardin (2011).

O **Quadro 5** Quadro de Categorias e Unidades Temáticas, exemplifica esse procedimento adotado na pesquisa:

#### QUADRO DE CATEGORIAS E UNIDADES TEMÁTICAS.

CATEGORIA	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA	CÓDIGOS	TRECHO DA ENTREVISTA
<b>PROPOSTAS DE LETRAMENTO RACIAL</b>	Mostra como o coletivo concebem e planejam as estratégias para educar sobre a questão racial. Isso inclui a intenção de criar um projeto sobre a Lei 10.639/03 e o foco na formação continuada de professores, mesmo com as resistências existentes.	<b>P1; P2</b>	<p><b>P1</b> “Então, eu escrevo o projeto Educadores Evangélicos na aplicabilidade da Lei 10.639/03, apresento ao pastor Walter Batista, que de início não dá “muita bola”. Em 2013 eu volto lá, bato na porta e digo: olha eu aqui novamente vamos botar esse projeto pra andar?”</p> <p><b>P2</b> “a proposta do Seminário foi apresentar a história e cultura da África a partir da Bíblia, a proposta foi apresentar o continente africano a partir de uma leitura bíblica afrocentrada, no sentido de mostrar historicamente o lugar da África na Bíblia.”</p>
<b>AÇÕES DE LETRAMENTO RACIAL</b>	Revela a concretização dessas propostas por meio de seminários, oficinas, grupos de estudo e a utilização de redes sociais. Demonstra como a teoria e os planos se tornam realidade, impactando diferentes públicos, desde professores e líderes até	<b>A1; A2</b>	<p>Em 2013 aconteceu o primeiro Seminário Educadores Evangélicos na aplicabilidade da Lei 10.639. Fizemos essa formação para professores e professoras e lideranças evangélicas.”</p> <p><b>A2</b> “Tivemos uma outra</p>

	mulheres e crianças nas periferias.		<i>oficina sobre Literatura afro-brasileira, ministrada pela professora MS Elba Oliveira e tivemos uma terceira oficina sobre como trabalhar a identidade e a autoestima da criança negra em sala de aula, a partir também de relatos bíblicos.</i>
<b>TEOLOGIA NEGRA</b>	Explica a base teológica e conceitual que sustenta as propostas e ações. Detalha como a Bíblia é interpretada a partir de uma perspectiva afrocentrada e como a Teologia Negra de James Cone é utilizada para dar voz às experiências de fé da população negra.	<b>T1</b>	<b>T1</b> <i>“A proposta do Seminário foi apresentar a história e cultura da África a partir da Bíblia, a proposta foi apresentar o continente africano a partir de uma leitura bíblica afrocentrada, no sentido de mostrar historicamente o lugar da África na Bíblia”.</i>

**Quadro 5** (Fonte autoral)

Com base no **Quadro 5**, a título de exemplo, a unidade temática principal que permeia todos os trechos da entrevista é o Letramento Racial no contexto Evangélico. Essa unidade temática se desdobra nas três categorias definidas a cima

Assim, a tabela não apenas lista ações e ideias, mas também ilustra o processo contínuo de construção e disseminação do conhecimento racial promovido pelos coletivos estudados dentro a comunidade evangélica.

## **2.7 Da análise dos dados do campo e benefícios da pesquisa**

Nas subseções anteriores, descrevemos as etapas iniciais do percurso metodológico sob a Análise Temática, que consistiram em pré-análise, leitura flutuante, codificação e categorização.

Essas etapas foram de fundamental relevância para a construção e organização dos dados. Agora, com os dados organizados, a análise será realizada a partir da imersão e de um olhar atento sobre as categorias e códigos que emergiram das escutas, transcrições, leituras e releituras exaustivas do material. O

objetivo é observar as sutilezas, nuances e diferentes perspectivas sobre as propostas e ações promovidas pelos coletivos mapeados na promoção do letramento racial e, conseqüentemente, da educação antirracista no segmento evangélico.

Nosso percurso segue pelas linhas sinuosas e contagiantes do processo de análise, discussões e resultados, persistindo no propósito de compreender, em profundidade, o fenômeno em estudo.

Dessa forma, cada categoria foi analisada em profundidade. Nosso objetivo era compreender as propostas, ações e metodologias dos coletivos que compõem o MNE para a promoção do letramento racial e da educação antirracista no segmento evangélico. Além disso, buscamos verificar os desafios enfrentados e o impacto dessas ações no município de Salvador (Bahia).

Nessa perspectiva, prosseguimos com a Análise Temática para o tratamento e a interpretação dos dados, ainda de acordo com Bardin (2011). Como ponto de partida, retornamos ao estudo qualitativo e interpretativo daquilo que se entende por propostas (desejos de realizar, projetos e idealizações) dos coletivos para o letramento racial, bem como às ações concretas já realizadas, tais como: seminários, grupos de estudos, rodas de conversa, *lives* na rede social *Instagram*, palestras e encontros em espaços religiosos (templos) ou ao ar livre (praças e parques da cidade).

Durante essa fase, os dados foram confrontados com os pressupostos da Teoria Crítica da Raça, do Letramento Racial e da Teologia Negra. Estas são abordagens epistemológicas e teóricas comprometidas com uma discussão racial potencialmente transformadora da sociedade e com a justiça racial.

Cientes de que essa empreitada não é simples e não se pretende conclusiva, ela abre espaço para outras discussões que podem surgir a partir da análise das categorias aqui apresentadas. Assim, o surgimento de outras possíveis categorias temáticas ou unificações de códigos pode ocorrer em estudos posteriores.

Nesta análise, porém, chegamos todo o *corpus* de dados de forma cuidadosa, concentrando-nos na interpretação e discussão de cada categoria. Por exemplo, na

categoria a) Propostas de Letramento Racial, buscamos verificar nos depoimentos e transcrições das entrevistas a confirmação, ou não, da informação concedida, colocando as unidades temáticas (trechos das entrevistas) em confronto com outras.

unidades temáticas similares às dos demais entrevistados, procedimento necessário para a validação do mapeamento e desse dado exploratório do estudo.

Na categoria b) Ações de Letramento Racial, cujo objetivo de análise se centrou em compreender se o ativismo dos coletivos também se configura em ações de letramento racial, retornamos ao referencial teórico para embasar as análises. Colocamos trechos das entrevistas em diálogo ou confronto com a literatura, a fim de dar sentido à interpretação e discutir em profundidade os conceitos que emergiram das falas dos entrevistados no campo de pesquisa. Dessa maneira, consideramos esta uma categoria-chave para responder à nossa pergunta de pesquisa, que se direciona à compreensão aprofundada sobre como os coletivos ativos em Salvador, tanto o Cuxi quanto o MNE-Bahia, articulam suas propostas e ações para a promoção do letramento racial no segmento evangélico.

Assim, no caso específico do Cuxi, quando, em 2013, organizou o I Seminário, intitulado: "Educadores Evangélicos na Aplicabilidade da Lei nº 10.639/03", propôs e realizou um evento de grande envergadura, ocorrido nas dependências da Igreja Batista Sião, uma das igrejas evangélicas mais tradicionais de Salvador, e contando com o apoio da alta liderança pastoral dessa denominação evangélica para um evento que mobilizou aproximadamente 100 participantes, em sua grande maioria profissionais da educação (pessoas evangélicas que ocupavam cargos de professores, coordenadores pedagógicos e gestores, entre outros), considerando que a programação do Seminário contava com plenárias sobre questões raciais, leitura afrocentrada da Bíblia, estética negra, contação de história, inclusive história dos orixás.

Não há dúvida de que, diante de tal ação, que um ano antes surgira como proposta e, em 2013, se consolidou na forma do I Seminário, voltado para o público docente, sobre uma lei que obriga o ensino da história e cultura dos africanos, afro-brasileiros e indígenas, fomenta uma série de reflexões pertinentes ao campo da educação e, mais especificamente, da Educação Antirracista. Isso se dá na medida

em que propõe e executa uma ação concreta que expõe a necessidade de transformação e justiça social, letrando os participantes a partir de reflexões embasadas na história da África, dos africanos e dos afro-brasileiros, dentro de uma hermenêutica teológica fundamentada na Teologia Negra. Assim, quando analisamos esta ação à luz da Teoria Crítica da Raça, do Letramento Racial e da Teologia Negra, evidencia-se que estamos diante de uma proposta e ação exemplar de Letramento Racial promovida pelo Cuxi no segmento evangélico.

De maneira semelhante, podemos exemplificar a Escola de Justiça Racial, evento desenvolvido pelo MNE-Bahia, como um projeto educativo que tem como foco principal capacitar a comunidade evangélica para a luta pela equidade racial e o combate ao racismo estrutural. Trata-se de uma ação de caráter formativo, pois oferece formação teórica e prática, visando conscientizar e empoderar as pessoas para atuarem na defesa dos direitos das populações negras e na construção de uma sociedade antirracista.

Quando fazemos um paralelo entre essas duas ações (aqui rerepresentadas e mencionadas intencionalmente pela segunda vez) e a abordagem do letramento racial presente no escopo teórico, de forma mais analítica, encontramos respaldo para o enquadramento dessas iniciativas como ações de letramento racial.

Esse respaldo está na concepção de Souza (2011) sobre letramentos, segundo a qual indivíduos pertencentes aos mais variados contextos e instituições sociais podem ser agentes de letramentos em suas comunidades e em seus raios de influência, deslocando as possibilidades de letramentos diversos das agências tradicionais como escolas e centros acadêmicos. Nessa concepção, atores dos movimentos sociais, a exemplo do Movimento Negro Evangélico, podem ser considerados, individualmente, como agentes de letramento, influenciando os contextos sociais aos quais pertencem. Em um sentido mais amplo, o próprio coletivo, na promoção de suas ações, pode ser considerado uma agência de letramento.

Dito isso, as duas ações exemplificadas nesta seção metodológica, representativas dos coletivos mapeados e iluminadas pelos estudos de Souza (2011) e Schucman (2022), são classificadas como ações de letramento racial. Isso ocorre

porque provocam a reflexão sobre o racismo, favorecendo a conscientização de seus participantes para que possam dar respostas ao racismo, tanto individual como coletivamente.

Outras ações emergiram das entrevistas, foram codificadas, categorizadas e analisadas em capítulo específico dedicado a esse fim.

A categoria c) Teologia Negra também se configura como uma categoria de caráter exploratório, pois emergiu na fase de construção dos primeiros dados, durante a netnografia, observação participante e, também, nas entrevistas de campo. Esta categoria identifica e tipifica a base teológica que ampara as propostas e ações dos coletivos mapeados no exercício de suas atividades.

No sentido de compreender os códigos oriundos dessa categoria, seguindo o método da Análise Temática, fez-se necessário estabelecer um diálogo entre os fragmentos das entrevistas relacionados à leitura bíblica afrocentrada e à Teologia Negra e o referencial teórico, interpretando a categoria à luz da literatura.

A análise e interpretação dos dados ocorreram de forma similar às demais categorias. As interpretações, de acordo com Dos Santos (2012), são pautadas em inferências, buscando o que se esconde por trás dos significados das palavras para apresentar, em profundidade, o discurso dos enunciados.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO: MOVIMENTO EVANGÉLICO NEGRO, EVANGÉLICOS NEGROS EM MOVIMENTO**

Ser negro e ser evangélico na contemporaneidade implica em atravessamentos decorrentes de questões históricas de ordem étnico-racial, presentes na sociedade como um todo. Essas questões são historicamente discutidas e enfrentadas por meio de atos individuais de resistência ou por ações coletivas de enfrentamento, protagonizadas por sujeitos que estão em evidência ou mesmo atuando no anonimato. Nos próximos parágrafos, trataremos, de forma panorâmica, da trajetória do ativismo negro evangélico contemporâneo. Cientes da impossibilidade de esgotar o assunto, contextualizaremos historicamente o

movimento de negros evangélicos e suas ações no enfrentamento ao racismo e seus desdobramentos.

O ativismo negro frente ao racismo não é recente. Nesse contexto, um exemplo marcante e precursor é o de Rosa Parks, cujo posicionamento individual ainda reverbera nos dias atuais. Durante o período de segregação racial estadunidense, conforme Piper (2012), Parks, uma mulher negra evangélica, metodista de 42 anos, considerada precursora do moderno movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos (EUA), foi presa em 1955 após recusar-se a ceder seu assento a um homem branco em um ônibus de Montgomery, no Alabama, sul dos EUA, cidade onde a segregação racial era oficial. Esse fato causou grande comoção na comunidade negra local, e sua atitude constituiu-se em uma ação individual eloquente e decisiva para uma tomada de consciência e a luta por direitos civis em seu país.

Tal posicionamento chamou a atenção de Martin Luther King Jr., pastor evangélico batista de 26 anos. Percebendo o apoio da comunidade negra da cidade quando Parks foi detida em razão de sua desobediência às leis de segregação que vigoravam no regramento dos transportes públicos, King liderou o boicote aos ônibus de Montgomery.

Na ocasião, pessoas negras eram obrigadas a se sentar nos bancos dos fundos dos veículos, mesmo havendo lugares disponíveis nos bancos da frente. Segundo Whitman (2004, p. 145), Rosa Parks, ao retornar do trabalho, cansada, e percebendo que todos os bancos reservados aos negros estavam ocupados e que os assentos destinados a pessoas brancas estavam disponíveis, ocupou um deles. Foi convidada pelo motorista a se levantar, porém recusou-se, e por esse motivo levada à delegacia, onde foi detida, sendo liberada após julgamento e pagamento de fiança.

Assim, uma atitude individual provocou um movimento coletivo liderado pelo Pastor Martin Luther King Jr. De acordo com Whitman (2004) e Piper (2012), o boicote aos transportes públicos de Montgomery foi um importante marco para o início da luta coletiva dos negros evangélicos durante o regime de segregação racial nos EUA. O movimento durou 381 dias, e essa liderança tornou Martin Luther King

uma das vozes negras evangélicas mais marcantes na luta pelos direitos civis naquele país.

Martin Luther King lutou por liberdades e direitos devidos há muito tempo. E ele o fez apelando à visão cristã histórica, com um talento retórico impressionante, sem se valer de desculpas para a violência e com um êxito duradouro e sem precedentes. (Piper, 2012, p. 25)

Consideramos a leitura dos escritos e da obra de King intransponíveis para a contextualização e o estudo da movimentação de negros evangélicos na reflexão, luta e enfrentamento ao racismo e seus desdobramentos nos Estados Unidos, com influência em outros países. Muitos dos coletivos de negros evangélicos que marcaram a história do MNE no Brasil se inspiram na liderança e militância do Pastor King, a exemplo do Grupo de Reflexão Martin Luther King, que, conforme Oliveira (2021), esteve presente no cenário do ativismo negro evangélico brasileiro no início dos anos 2000, inclusive participando do II Congresso Brasileiro de Evangelização.

O ativismo de Luther King, inspirado nos princípios da não violência, acabou por levá-lo à morte aos 39 anos, de acordo com Piper (2012, p. 23). Segundo registros de Whitman (2004), Martin Luther King Jr. foi assassinado em abril de 1968, com um tiro de rifle que atingiu parte da sua cabeça e pescoço. Mesmo assim, sua voz ainda ressoa por meio da sua história e dos seus escritos.

Piper (2012) faz uma reflexão sobre a "Carta da Prisão de Birmingham", um documento importante por apresentar, de forma panorâmica, a condição em que viviam os negros em meados do século XX nos Estados Unidos e de como sua voz chegava às lideranças das igrejas evangélicas dessa época. Birmingham, localizada no sul dos EUA, era, conforme Piper (2012), uma das cidades mais violentas e segregadas daquele país, onde a violência contra pessoas negras costumava ser recorrente.

[...] como na maioria das cidades sulistas daquele tempo (incluindo a cidade em que cresci, a 570 quilômetros dali), havia assentos separados para negros nos ônibus; as escolas, os parques, as lanchonetes, os banheiros, os bebedouros - praticamente tudo era separado. Alguns diziam que Birmingham era a cidade mais racista do país. Graças a episódios em que igrejas e casas de negros foram bombardeadas e incendiadas, a cidade ficou conhecida como "Bombinghan" e também era chamada "a Johnnesburgo do Sul" (Piper, 2012, p. 25).

Num dos trechos da carta de Birmingham, quando Luther King foi preso por organizar um movimento de manifestação pacífica, e as lideranças evangélicas brancas pediram para que ele tivesse paciência e não fizesse manifestações públicas, sua resposta foi:

[...] quando você é atormentado de dia e assombrado à noite pelo fato de ser um negro, e vive sempre pisando em ovos, e nunca sabe bem o que o espera a seguir, vive atormentado por medos internos e ressentimento externo; quando luta constantemente contra uma sensação degradante de que "não é ninguém" - somente então poderá entender por que achamos difícil esperar. Chega um momento em que o cálice da tolerância transborda, e os homens não mais se dispõem a ser atirados no abismo do desespero. Por isso, senhores, espero que possam compreender nossa legítima impaciência. (Piper, 2012, p. 27).

O trecho acima nos dá uma dimensão da realidade de segregação racial estadunidense, da percepção, do senso de urgência e do posicionamento dos ativistas pelos direitos civis durante os anos 1960. John Piper (2012), assim, apresenta a dimensão histórica de dois negros em movimento: Rosa Parks e Martin Luther King Jr. Juntos, iniciaram um movimento organizado que teve um papel fundamental na mudança de leis racistas nos EUA, influenciando outros negros a se movimentarem ao redor do mundo.

A resposta de King às lideranças eclesiais na "Carta de Birmingham", em outra perspectiva, evidencia o posicionamento histórico de pouco envolvimento de parte das igrejas evangélicas dos EUA em relação às questões étnico-raciais, sociais e ao enfrentamento ao racismo.

Lima (2005) ressalta que a igreja evangélica brasileira sofreu e sofre influência dos Estados Unidos, devido ao fato de sua origem estar ligada aos missionários que chegaram ao nosso país para iniciar os trabalhos de evangelização e fundar igrejas; estes missionários vieram do sul dos EUA, onde a segregação racial era uma realidade presente nas relações raciais. A esse respeito, Lima (2005, p. 159) afirma:

As igrejas evangélicas no Brasil possuem suas raízes na cultura americana e até hoje continuam mantendo uma estrutura de culto e certos comportamentos que, embora aceitos como postura viável, nada tem a ver com a realidade brasileira. Alguns pastores mais esclarecidos e preocupados de fato em passar uma informação mais clara e objetiva para

o povo, tentaram mudar isso, implementando nas igrejas uma forma de interpretação da bíblia pelas vias sociais, mas não conseguiram sucesso.

Voltando ao contexto estadunidense, outras vozes negras evangélicas que conviveram com a segregação racial e a violência contra os corpos negros, inspiradas pelo ativismo de King, também se fizeram ouvir. No campo intelectual podemos citar o Teólogo e Doutor em Filosofia James H. Cone, professor do Union Theological Seminary, sendo o primeiro professor negro dessa importante instituição teológica. Cone também cresceu em meio a forte segregação racial nos Estados, isso influenciou seu modo de pensar, como afirma no seu livro Teologia Negra.

Crescer nos Estados Unidos é uma experiência absurda para pessoas negras. Em um primeiro momento, eles não sabem o que está acontecendo e não conseguem descobrir o que fizeram para merecer o tratamento que recebem. No entanto, percebem que a brutalidade branca não está relacionada especificamente às suas ações. É a forma da sociedade branca dizer que eles não são pessoas. Só que precisam tomar uma decisão: ou aceitam o seu lugar ou se revoltam contra o mundo da forma como ele é. (Cone, 2020, p. 173)

James Cone foi um dos teólogos mais notáveis da Teologia Negra, com uma produção longa, que vai da década de 1960 até os anos 2000. Teve projeção entre outros intelectuais evangélicos contemporâneos, pelas suas credenciais e reconhecimento acadêmico ao ponto de influenciar intelectualmente a movimentação evangélica da sua época e das décadas seguintes. Cone faleceu em 2018, aos 79 anos, deixando grandes contribuições no campo da Teologia. Cone, enquanto negro evangélico movimentou-se academicamente, escrevendo livros e sistematizando a Teologia Negra, uma das três mais importantes das chamadas teologias contemporâneas, que na sua perspectiva,

A teologia negra acredita que essas pessoas sejam a única chave capaz de abrir a porta para a revelação divina. Portanto, nenhuma teologia estadunidense é capaz de tender em direção da teologia cristã sem aceitar as pessoas de pele negra dos Estados Unidos. [...] a negritude é um símbolo ontológico para quem participa da libertação da opressão. Esta é a observação universal da teologia negra. Ela crê que todos os seres humanos foram criados para a liberdade, e Deus sempre fica com os oprimidos e contra os opressores. (Cone, 2020, p. 63)

Tem-se, assim, uma abordagem teológica que não só denuncia a opressão do povo negro como reivindica a sua libertação e provoca a igreja a se posicionar nesse sentido. A Teologia Negra aponta o racismo como um pecado, e reinterpreta doutrinas fundamentais da Bíblia, considerando a negritude e a situação social de

desigualdade que pesa sobre o povo negro. No entanto, tais interpretações chocam-se com a ortodoxia cristã que caracterizava a época e ainda hoje faz parte da cosmovisão cristã das igrejas tradicionais.

Dessa forma, a Teologia Negra, sistematizada por Cone, apresenta pontos de tensão com a teologia cristã tradicionalmente aceita entre o protestantismo histórico. Uma das suas principais e mais conhecidas obras é o livro *Teologia Negra*, com versão em português publicada no Brasil em 2020. Nesta obra, Cone apresenta as bases da sua teologia, que tem um olhar prioritário sobre a imanência de Deus, mais do que para a sua transcendência. Isto é, Deus, nessa abordagem teológica, é percebido no seu envolvimento com os seres humanos e com as questões sociais de opressão, com foco na libertação do povo oprimido, no caso, o povo negro que sofre historicamente a violência do racismo e seus desdobramentos.

Cone (2020) propõe uma teologia radical para a transformação da realidade social. Em sua obra, ele reinterpreta questões teológicas basilares, como a fonte da Teologia, que, em seu ponto de vista, é plural. O autor entende que a Bíblia não se constitui na fonte primária da revelação de Deus: "É certo que a Bíblia não é a revelação de Deus; Jesus é" (Cone, 2020, p. 90). Nesse ponto, há uma dificuldade de aceitação da Teologia Negra por teólogos tradicionais conservadores.

Entretanto, Cone considera que a vida e obra de Cristo, aliadas à tradição cristã negra e à narrativa bíblica de libertação registrada no Êxodo, são fontes interligadas para uma teologia que não só denuncia a opressão, mas trabalha pela libertação dos oprimidos. Por outro lado, a abordagem teológica de Cone é desafiadora no sentido de que questiona:

[...] o que é estranho, embora até compreensível, é o silêncio da teologia estadunidense sobre a revelação de Deus e os oprimidos da terra. Por que a ideia de libertação (inseparável da visão bíblica a respeito da revelação) é visivelmente excluída das discussões teológicas a respeito do conhecimento sobre Deus? Nenhum religioso sensível se empenhou em relacionar a manifestação contemporânea da revelação de Deus com a situação da humanidade negra. (Cone, 2020, p. 107)

Há outros aspectos da Teologia Negra, como a sua cristologia (que reflete sobre a negritude de Jesus) e questões escatológicas, que, por ora, fogem ao foco deste estudo. Contudo, evidencia-se que a Teologia Negra inspira teologicamente o

Movimento Negro Evangélico brasileiro. Além dos teóricos ligados a essa abordagem teológica, o MNE é aderente a diversos pensadores contemporâneos que pesquisam as questões étnico-raciais e participam do debate público nacional e internacional, utilizando-os como fontes para a compreensão da realidade social brasileira.

De acordo com Munanga (2024), antropólogo e estudioso das relações raciais, a compreensão da condição do negro no Brasil passa pelo estudo de conceitos como racismo, preconceito, discriminação e ações afirmativas. O autor apresenta este último como necessário para a emancipação de indivíduos pertencentes a grupos historicamente discriminados.

Consideramos que o contexto religioso evangélico não está descolado da vida cotidiana partilhada na sociedade como um todo. Portanto, reflete em seu interior as marcas de uma vida social caracterizada por interações e atravessamentos de natureza racial. Tais marcas podem ser melhor estudadas e compreendidas a partir das experiências e percepções próprias desse contexto, relacionadas às atividades propostas e realizadas pelos coletivos que compõem o MNE.

Neste sentido, o saber-se e perceber-se coerentemente dentro de um contexto social no qual o indivíduo possa assumir uma postura crítica e emancipadora se relaciona com o conhecimento de conceitos que, por estarem imbricados no processo histórico, dão ao sujeito a possibilidade de reflexão e posicionamentos significativos para assumirem o protagonismo da sua história de vida, tornando-se aptos para desconstruir práticas racistas e preconceituosas que foram naturalizadas.

No contexto evangélico brasileiro, o debate em torno das questões sociais/raciais ficou por muito tempo deixado em segundo plano e ainda carece de espaço. A este respeito, Lima (2005) argumenta que:

[...] a igreja Evangélica, por muito tempo, ficou engajada num discurso antissocial, espiritualizando e sublimando tudo o que podia: a fome, a sede, a dor, a miséria, a opressão, a doença e até mesmo a morte; negando todo tempo a realidade, não conseguindo unir o espiritual ao histórico. Isso se tornou um tremendo desastre para a igreja, que acabou perdendo espaço social (Lima, 2005, p. 88).

Estudos sobre a identidade do negro no contexto do segmento evangélico mostram a manutenção de um sistema que ainda mantém o negro longe das esferas de decisão, reproduzindo-se, com frequência, nas estruturas das igrejas, o preconceito ao qual as suas lideranças afirmam se opor (Oliveira, 2004).

A histórica postura da Igreja Evangélica brasileira em relação às questões étnico-raciais se relaciona à visão desta sobre a cultura africana. Segundo Oliveira (2021), entre as décadas de 1970 e 1980, foram observadas duas posturas distintas face às heranças culturais africanas no Brasil: a postura combativa e a postura da indiferença.

Na primeira, o movimento era de diabolização de tudo o que se referia à cultura africana, principalmente no contexto das igrejas pentecostais, inclusive os elementos ligados a ícones constitutivos da identidade nacional, como o samba, a capoeira e o carnaval. Essa postura contribuiu para o fortalecimento do racismo e diversos cenários de violência e intolerância religiosa.

Para Lima (2005), a diabolização é a mais perversa forma de intolerância. Nesse sentido, o autor define, reflete e aconselha:

A diabolização é possível num micro ou macro situação. É um recurso extremamente execrável que, aplicado a alguém ou qualquer cultura, deixa marcas inapagáveis. Portanto, que nunca mais venhamos a colocar sobre os ombros de alguma cultura, raça ou alguém a marca diabólico, pois isto nos remeteria a um passado que ainda estamos tentando esquecer. (Lima, 2005, p. 129)

Enquanto essa postura combativa, amparada pela diabolização, reforça estereótipos e potencializa a prática do racismo religioso, a indiferença observada no contexto das igrejas protestantes históricas em relação às questões étnico-raciais resultava na desvalorização dos aspectos da cultura e história dos afro-brasileiros, mesmo frente a um discurso de salvação que enfatiza o pertencimento de fiéis de todos os povos, línguas e nações. Consequentemente, temas como racismo, preconceito e discriminação recebiam pouca ou nenhuma atenção.

Da Silva (2011) problematiza essa postura das igrejas brasileiras frente ao racismo, considerando as particularidades do segmento evangélico protestante. O autor classifica as denominações em conformidade com a classificação adotada

posteriormente por Oliveira (2004) e Mariano (2016), protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais, analisando o posicionamento de cada uma dessas correntes dentro do espectro religioso. Assim, nota-se que cada uma das vertentes historicamente assumiu uma postura diante das questões raciais relacionada às suas origens, abordagens teológicas e à missão a que se propuseram realizar em terras brasileiras. De acordo com Silva (2011, p. 19):

[...] a vinda de pastores do Sul dos EUA, decorrente dos desdobramentos da Guerra da Secessão (1866-1870) trouxe para o Brasil uma igreja envolvida com a escravidão negra. Na sua maioria eram os missionários que vieram do Sul dos Estados Unidos, ainda com ressentimentos da derrota da Guerra da Secessão contra o Norte dos Estados Unidos pela libertação dos escravos. Esses missionários sulistas tinham a escravidão como instituída por Deus, baseando-se em argumentos teológicos de que o povo negro era da descendência de Cam filho de Noé, amaldiçoado para serem escravos dos escravos.

Assim, muitos desses missionários não chegaram a assumir publicamente uma postura de apoio à escravidão no Brasil, mas também não se posicionaram no sentido contrário. Houve ainda aqueles que se posicionaram de forma mais explícita.

Para Silva, H.F. (2011), a posição adotada por parte de muitos ministros e missionários pode ser listada em atitudes manifestas por três grupos distintos: os defensores, os omissos e os abolicionistas.

Parte dos defensores era formada por missionários e pastores que chegaram ao Brasil vindos do sul dos EUA e que nutriam algum ressentimento decorrente da Guerra Civil Americana (ou de Secessão). A maioria, no entanto, assumia uma posição de omissão, defendendo que a igreja não deveria se envolver com as questões relacionadas ao Estado, e preferiam manter-se afastados das discussões sobre a escravidão e o racismo. Quanto aos abolicionistas,

[...] estes tiveram presentes em quase todas as denominações históricas. Eram em sua maioria missionários do Norte dos Estados Unidos, europeus e alguns convertidos brasileiros. Eram em número muito pequeno. Um dos exemplos mais notáveis foi o pastor abolicionista presbiteriano Eduardo Carlos Pereira, que publicou em 1886 um folheto criticando duramente os defensores da escravidão nas igrejas. No final da sua publicação ele pede aos crentes para libertar os seus escravos. Além de Pereira, houve também um fato importante, o congregacional Robert Kalley que expulsou um membro da sua igreja por não ter libertado os seus escravos (Da Silva, H.F. 2011, p. 19)

O que demonstra a postura dos líderes evangélicos, tanto os vindos do Norte dos Estados Unidos como os convertidos em solo brasileiro, desde o início das primeiras missões e organizações evangélicas tradicionais.

De acordo com Rocha (1941, p. 33), o casal Robert e Sarah Kalley chegou a iniciar um trabalho evangelístico que ficou conhecido como Missão Kalleyana, incluindo uma ação destinada a crianças negras em uma classe de Escola Bíblica Dominical em Petrópolis no ano de 1855, postura atípica para a época.

Sobre o posicionamento dos pentecostais, apesar de ser o grupo denominacional de maior capilaridade e composto por uma grande maioria de pessoas negras, conforme Oliveira (2015), constitui-se na vertente que menos se ocupa da discussão sobre a temática racial, no sentido de enfrentamento ao racismo. Na verdade, quando o tema aparece, é sob a ótica da diabolização (Lima, 2005). Os pentecostais são reconhecidos pela pouca dedicação aos temas sociais contemporâneos, dando preferência às questões espirituais, ou "às coisas lá de cima".

Quando o Movimento Pentecostal chegou no Brasil (assim como os evangélicos históricos), juntamente com o Evangelho trouxeram a cultura ocidental com seus valores e costumes. Também as doutrinas racistas introduzidas nas igrejas norte americanas. Até pouco tempo eram totalmente alheios a qualquer assunto que não fosse das "coisas lá de cima", "os valores e a cultura ocidental são divinos modelos para todos os povos e as outras culturas não são de Deus, são do diabo, como a cultura afro". Toda essa didática da igreja juntamente com a ideologia do branqueamento na sociedade, faz com que o negro pentecostal se afaste a cada dia de qualquer coisa que lembre seu povo e sua cultura, se distanciando cada vez mais da sua identidade. (Da Silva, H.F, 2011, p. 23)

Essa postura em relação a influência dos missionários fundadores que, a semelhança dos protestantes históricos, imersos nos valores da cultura ocidental e adeptos das doutrinas racistas no norte dos Estados Unidos tinham uma percepção preconceituosa sobre a cultura negra e, conseqüentemente aos temas relacionados a questão do negro no Brasil contemporâneo.

A posição dos neopentecostais acompanha as do grupo anterior. Da Silva, H.F (2011) destaca a influência das abordagens teológicas da maldição hereditária e da Batalha Espiritual. A primeira considera que há um conjunto de maldições que se relacionam com os ancestrais de cada pessoa, e que mesmo diante da

conversão essas maldições acompanham o crente, assim dentro desse contexto, a cultura negra é considerada maldita e de caráter demoníaco, o que pode favorecer o fortalecimento os estereótipos e a intolerância religiosa entre os fiéis. Já a segunda, no caso, a Teologia da Batalha Espiritual, apresenta um forte apelo maniqueísta, onde há uma batalha constante enfrentada pelos cristãos no campo espiritual. Frequentemente, de acordo com interpretações dessa abordagem teológica a cultura negra está associada ao mal e precisa ser enfrentada. Há ainda a Teologia da prosperidade muito difundida entre os neopentecostais, nesse sentido a pobreza é associada ao pecado de um povo e relaciona a situação de pobreza com sua ancestralidade.

Na Doutrina da Prosperidade se mede o crente abençoado por seus bens, onde de uma maneira simplista se faz um diagnóstico da situação do povo negro: “é pobre porque é pecador e é oriundo de um continente idólatra e praticante da bruxaria” (Da Silva, H.F, 2011, p. 25).

É em meio a todas essas abordagens denominacionais e teológicas que o Movimento Negro Evangélico se articula por meio de seus atores — ou seja, negros evangélicos em movimento, como classifica Oliveira (2021). Esses membros, oriundos de diversas igrejas e tradições teológicas espalhadas pelo Brasil, têm como objetivo implementar sua agenda de luta e enfrentamento ao racismo no interior dessas denominações. No entanto, dada a sua natureza inclusiva, que acolhe qualquer pessoa evangélica interessada na discussão étnico-racial, é praticamente impossível identificar nominalmente todas as denominações representadas no movimento. Embora a pesquisa tenha mapeado, em sua maioria, membros pertencentes a igrejas evangélicas tradicionais (como batistas e presbiterianos), não é viável, no âmbito deste estudo, quantificar ou listar todas as denominações participantes.

Estudos anteriores fornecem as bases para a compreensão das propostas e ações do MNE ao longo das últimas décadas. Autores como John Burdick (2005), Oliveira (2021) e Medeiros (2022) têm pesquisado a trajetória do MNE, mapeando seus coletivos e as atividades desenvolvidas pelo movimento. Eles apontam as características do ativismo do MNE, bem como os avanços e as dificuldades enfrentadas na criação de uma agenda comum, visto que seus militantes são tão diversos quanto a miríade de igrejas evangélicas espalhadas pelo país (Mariano, 2016).

Para Oliveira (2021), o Movimento Negro Evangélico pode ser compreendido não como uma entidade completamente consolidada, mas em constante construção, formado pelo conjunto das ações produzidas por coletivos evangélicos negros com o objetivo de enfrentar o racismo tanto nas igrejas quanto na sociedade.

Pode-se falar em Movimento Negro evangélico (MNE), por um lado, na medida em que se tem como referencial um conjunto de ações produzidas por grupos consolidados ou em construção, cujos agentes são pessoas que se auto classificam como “evangélicas” e negras (pretas ou pardas, de acordo com a nomenclatura adotada pelo IBGE). Por outro, deve-se considerar que, em geral, os destinatários dessas atividades são também pessoas negras que participam de alguma igreja classificada como “evangélica”. O combate ao racismo no interior das igrejas, em particular, e na sociedade em geral, pode ser tomado como o elemento central a partir do qual se organizam as diversas iniciativas com temática racial empreendidas por esses grupos. (Ferreira, 2021, p. 170)

Medeiros (2022, p. 137) acrescenta outras características importantes para a compreensão do que venha a ser o MNE, considerando algumas fragilidades do movimento. Segundo o autor:

[...] o movimento negro evangélico é pouco institucionalizado, composto por grupos cujos formatos organizativos são mais fluidos e propensos à vinculação mais frouxa dos membros, além de dotados de poucos recursos materiais. São essas figuras as responsáveis pela representação pública dos grupos, formação de alianças, prospecção de oportunidades.

Podemos destacar que, entre as fragilidades descritas, estão as de ordem material ou financeira, além de uma composição institucional menos rígida, que pode ser atribuída à maciça participação de jovens nos diversos coletivos que compõem o MNE. De maneira mais ampla, o movimento é composto por um grande contingente de jovens negros e negras, muitos deles oriundos de igrejas periféricas. Embora com poucos recursos financeiros, esses jovens estão comprometidos com o fomento da discussão racial em suas igrejas e comunidades.

Alguns fatores podem contribuir para esse engajamento da juventude negra com as questões sociais contemporâneas. Um deles é o ingresso da juventude negra periférica na universidade, ocasionado pelas políticas educacionais de ações afirmativas, que permitem o acesso e a permanência desses jovens no ambiente acadêmico. Assim, em contato com as pautas sociais circulantes nesses contextos, sentem-se atraídos e encorajados a levar esse debate para o interior de suas

denominações religiosas, onde frequentemente a temática encontra pouca ressonância.

A crescente afluência de indivíduos de estratos médios às igrejas; o recente ingresso massivo de jovens de camadas populares às universidades; os vários descompassos geracionais em termos de visão de mundo e comportamento; e a própria sensibilização identitária geral quanto aos marcadores sociais da diferença, podem resultar numa maior permeabilidade dos segmentos juvenis evangélicos aos discursos seculares a que estão cada vez mais expostos. Esses indivíduos passam a demandar de suas tradições e comunidades religiosas, respostas às suas experiências cada vez mais politizadas. Indagam-se a si mesmos e aos seus pastores sobre o que a fé evangélica tem a dizer sobre dilemas e questões sociais como o próprio racismo, por exemplo (Medeiros, p. 151, 2021).

Assim, segundo Medeiros (2021), há uma demanda reprimida e crescente pela discussão étnico-racial no segmento evangélico, principalmente entre os jovens. Isso se acentua com o aumento da adesão à fé cristã de tradição evangélica, pois diariamente mais pessoas, incluindo um grande número de jovens, seja das classes média e alta (principalmente das igrejas protestantes tradicionais) ou das classes populares (mais presentes em denominações pentecostais e neopentecostais), aderem à fé.

Essa juventude, que, além dos espaços religiosos, está cada vez mais frequentando as universidades por meio do acesso ao ensino superior, de acordo com Trevison (2016), tem vivenciado outras experiências e sensibilizações identitárias e epistemológicas. Eles têm tido contato com diversas teorias, muitas delas conflitantes com a visão de mundo desenvolvida em suas comunidades de fé (igrejas). Com isso, demandam respostas e questionam sobre o que a igreja tem a dizer sobre o racismo e outras questões sociais que marcam a contemporaneidade. Como essas respostas não chegam, eles se articulam ou aderem a organizações e coletivos militantes pulverizados pelo país, fora das igrejas. Tais ações são, muitas vezes, anônimas, o que dificulta a reconstrução da sua história.

Para Oliveira (2021), a reconstrução da história do Movimento Negro Evangélico é uma tarefa complexa. A dificuldade em mapear a trajetória do MNE reside no fato de este ser um movimento em construção, mesmo que seus agentes estejam atuando no segmento evangélico há décadas. O que se entende como MNE é, na verdade, um conjunto de ações de coletivos consolidados ou em construção.

Na prática, o MNE é composto por várias organizações que lutam em defesa das ações afirmativas, da igualdade racial e do combate ao racismo e seus desdobramentos.

Para Silva (2011, p. 26), as principais reivindicações do MNE historicamente apresentadas (pautadas em eventos como reuniões e seminários das diversas organizações) são: combate ao racismo, políticas de ações afirmativas, reparações e tolerância religiosa. Além disso, há ações afirmativas no sentido teológico e material (releitura bíblica, cotas para negros e fomento de bolsas de estudos em colégios e universidades protestantes e reparações teológicas).

Essas são as propostas mais gerais que funcionam como um fio condutor do ativismo negro evangélico brasileiro, composto por diversas organizações espalhadas pelo país. De acordo com Da Silva (2011, p. 26):

O Movimento Negro Evangélico Contemporâneo começa a se formar na década de 70 e 80, onde surgem pessoas e organizações com o propósito trabalhar a questão racial negra nas igrejas evangélicas. Em 1973 é criada a Comissão Nacional de Combate ao Racismo por iniciativa de um grupo de negros e negras metodistas de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Em 1985 a Igreja Metodista oficializa a Comissão Nacional de Combate ao Racismo e cria a Pastoral de Combate ao Racismo.

Dentre essas organizações no cenário nacional, podemos citar a Sociedade Cultural Missão Quilombo, a Associação Evangélica Palmares, o Ministério Azusa, a Pastoral de Combate ao Racismo da Igreja Metodista e o Grupo de Reflexão Martin Luther King.

Esses coletivos, mesmo diante das múltiplas abordagens teológicas e de cosmovisão das denominações, buscaram, a princípio, trabalhar em parceria com as igrejas. A década de 1980 foi um período marcado pelo surgimento de várias iniciativas promovidas por evangélicos negros, no sentido de trabalhar a temática racial e fomentar o debate étnico-racial em uma perspectiva cristã evangélica e até ecumênica, como foi o caso da criação da Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo (CENACORA).

Em 1985 a Igreja Metodista oficializa a Comissão Nacional de Combate ao Racismo e cria a Pastoral de Combate ao Racismo. Em seguida é criada a Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo – CENACORA, com várias igrejas históricas. Neste mesmo ano, o pastor Rubens dos Santos, cria a Comunidade Martin Luther King, em 1986 o pastor Rubens implanta a

Igreja de Deus em Cristo no Brasil, a maior igreja pentecostal negra norte-americana. Nessa década surgem várias outras organizações: a Associação Evangélica Palmares (1987), o Grupo Evangélico Afro-Brasileiro (1988), o Coral de Resistência de Negros Evangélicos (1988), a Sociedade Cultural Missões Quilombo (1988), Capoeiristas de Cristo, Negros Evangélicos de Londrina, entre outros. ( Da Silva, 2011, p. 13)

Segundo Silva (2011), o MNE é como uma rede que interconecta atores, instituições e ações, a exemplo da Sociedade Cultural Missão Quilombo, fundada em 1991, que tem como foco principal de suas ações modificar a visão que as igrejas têm da cultura negra.

Para Oliveira (2021), a pluralidade denominacional e de ações dificulta o estabelecimento de organismos que concentrem todas as atividades e agentes do Movimento Negro Evangélico. Contudo, ao longo da história do MNE, têm ocorrido iniciativas para reunir seus militantes, não com a perspectiva de formar um único coletivo que congregue todas as pessoas, mas com a intenção de desenvolver uma agenda comum. Assim,

[...] o grande desafio do momento é a sua unidade na diversidade. Apesar de já estar sendo bem articulado a sua atuação apresenta indícios de que pode evoluir bastante. Isto fica bem nítido quando vemos o surgimento de novos grupos em várias parte do Brasil. E nestes grupos de acordo com a opinião de militantes e lideranças negras das igrejas entrevistados, percebe-se um sentimento muito grande de unidade. Contudo, a integração será certamente uma etapa importante para a consolidação do Movimento Negro Evangélico (MNE). É através dela que poderá criar uma agenda comum que estejam sintonizadas com as massas negras evangélicas e não evangélicas. (Da Silva, , 2011, p. 43)

Conforme exposto, a unificação dos diversos coletivos e organizações de negros evangélicos ainda é um desafio para o MNE, além disso é difícil estabelecer unidade na diversidade, contudo, na visão de lideranças como Hernane Francisco, citado no trecho acima, percebe-se um certo otimismo nesse sentido.

Outro desafio que marca a história recente do MNE está relacionado a questões de alinhamento/desalinhamento político-ideológico. Mariano (2016) analisa e situa historicamente o crescimento do alinhamento ideológico mais explícito do progressismo em parte do segmento evangélico, o que ocorreu, inclusive entre lideranças conhecidas na cena evangélica, principalmente entre o período eleitoral de 2018, por ocasião da eleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, mais

alinhado ao conservadorismo de direita e apoiado pela maioria dos cristãos evangélicos, principalmente de vertente pentecostal e neopentecostal.

Esse contexto gerou forte polarização político-ideológica Medeiros (2022) pontua que o crescimento do MNE nos últimos anos coincidiu com esse contexto, ocasionando dificuldades de trânsito dos seus atores e a exposição de suas ideias nos espaços religiosos, pois, tais ideias esbarravam frontalmente com o as orientações pastorais conservadoras. Assim pautas sociais como o racismo, e outros direitos humanos foram evitadas por grande parte das lideranças pastorais. Muitas dessas interdições foram mantidas sob a argumentação de preservação da unidade eclesial e da prevenção contra a fragmentação e conflitos entre os membros. Assim,

Hoje a sensibilidade à questão racial submete-se a outras urgências, espelhando a polarização política mais ampla do país. O debate racial não é diretamente interditado, por si, mas é constrangido e fendido pelas disputas políticas em voga no país. Sem sombra de dúvida, a polarização político-ideológica vigente é um dos principais, senão o principal, fatores condicionantes da inserção do ativismo negro evangélico nas igrejas e tem contribuído para reduzir espaços e possibilidades de diálogo sobre quaisquer noções e assuntos que envolvam direitos, especialmente os de minorias como negros, mulheres, população LGBT, mas também os direitos sociais, políticos e os "Direitos Humanos" em geral. (Medeiros, 2022, p. 139)

A redução do espaço para a discussão da questão racial dentro das igrejas historicamente tem sido um desafio para o MNE. Sempre existiram resistências, porém, na história recente do movimento, com o acirramento da polarização política, há uma dificuldade maior, pois qualquer ação direcionada à defesa de direitos de minorias, como, por exemplo, a questão racial, acaba sendo classificada pelos grupos mais conservadores como "pauta de esquerda". Nesse caso, a interdição é praticamente garantida.

Isso tem levado a militância negra evangélica a se movimentar para além das paredes das igrejas, buscando outras frentes e tangenciando as barreiras físicas por meio de programas como *lives*, rodas de conversa, seminários, *podcasts*, artigos e entrevistas, veiculados virtualmente na internet. Tais iniciativas alcançam, simultaneamente, o público evangélico e a sociedade como um todo (Medeiros, 2022).

Assim, o MNE vem contornando as adversidades enfrentadas, potencializando seu ativismo e ampliando as possibilidades de comunicação das suas propostas.

### **3.1 Do passado ao presente: os precursores.**

Nos últimos anos, o MNE tem tido uma notória participação nas comunidades virtuais, reunindo evangélicos de várias denominações e vertentes teológicas protestantes, sejam tradicionais históricas reformadas, pentecostais ou neopentecostais. Mais recentemente, têm-se evidenciado ações desenvolvidas em páginas e perfis na rede social *Instagram*; entre as mais conhecidas nessa plataforma estão: @MNE-RJ, @MNE-SP e @MNE-BA, entre outros.

Em Salvador, essas ações têm ocorrido recentemente nas igrejas Batista Sião e Igreja Batista de Cajazeiras, por meio do Cuxi (Coletivo Negro Evangélico) e do MNE-BA. Eles registram eventos em igrejas, espaços abertos e virtuais pela internet, a exemplo das páginas @coletivonegroevangélico e @mnebahia, ambas na rede social *Instagram*.

Há ainda uma presença marcante do MNE no debate público por meio da página Afrokut, criada como o braço virtual da Sociedade Cultural Missões Quilombo. Ela desenvolve uma série de projetos organizacionais com o objetivo de discutir temas relacionados à questão racial, como: branquitude, negritude, indigenidade e, mais recentemente, o conceito de Afrohumanidade. A rede Afrokut tem como foco principal de suas ações a criação de conteúdos sobre o Movimento Negro Evangélico, a mobilização de cristãos negros evangélicos para o enfrentamento ao racismo, a luta por políticas de ações afirmativas, o enfrentamento às desigualdades, ao racismo institucional e ao extermínio da juventude negra.

Até aqui foram apresentadas de forma panorâmica algumas das entidades que compõem o MNE. Percebe-se que o movimento é composto por uma associação de grupos com propósitos similares. Abrimos esta seção para fazermos uma pequena digressão e registramos as ações de notáveis precursores, homens e mulheres negras que se movimentaram em seus espaços de influência em prol do enfrentamento às injustiças sociais e raciais, pavimentando assim o terreno para que

outros atores e coletivos se constituíssem e se consolidassem na luta antirracista no segmento evangélico brasileiro.

Para Hernani Francisco, um dos precursores do MNE, tal como o conhecemos hoje, e figura notável na história do movimento nas últimas décadas, o registro das primeiras ações realizadas por atores individuais e coletivos está em seu livro *O Movimento Negro Evangélico: um mover do Espírito Santo*, em uma tentativa inicial de mapeamento das ações do ativismo do MNE no Brasil. As raízes do ativismo negro evangélico estão fincadas desde meados do século XIX, presentes nas pregações de "Mãe Maria", mulher africana de origem nagô, nascida na África por volta de 1825.

De acordo com Da Silva (2011), ela foi escravizada pela família do pastor Voges em 1846, quando teve a oportunidade de ser alfabetizada e aprendeu alemão com sua senhora, D. Elisabetha. Além de Maria, que costumava pregar para escravizados e libertos a partir de uma perspectiva protestante, por influência dos seus senhores na sua conversão, protagonizaram como pioneiros simbólicos membros de igrejas protestantes, como João Candido (Igreja Metodista de São João de Meriti, uma das lideranças da Revolta da Chibata, no Rio de Janeiro, em 1910); Joao Pedro Teixeira (Igreja Evangélica Presbiteriana; Solano Trindade, diácono na Igreja Presbiteriana, que, movido pela decepção com a postura da igreja em relação as questões sociais e raciais, resolveu deixar a igreja, tornando-se o que se classifica hoje, em conformidade com desigrejados ou evangélicos não determinados<sup>28</sup>. Fundamentando sua decisão no texto de João 4.20<sup>29</sup> (Da Silva, 2011).

Mas, o ano de 1841 pode ser considerado como marco do início do ativismo negro evangélico no Brasil, isso porque neste ano, há registros de um movimento considerado por pesquisadores como o início do protestantismo no Brasil (Da Silva, 2011, p. 8), quando um homem negro chamado Agostinho José Pereira iniciou um trabalho evangelístico, de característica não católica, no Recife-PE, e, conseguiu

---

<sup>28</sup> DA SILVA NEPOMUCENO, Samuel. **Desigrejados: A desinstitucionalização religiosa evangélica brasileira a luz do conceito de hipermodernidade e suas implicações para o ensino religioso**. 2020. Dissertação de Mestrado. Faculdade Unida de Vitória (Brasil).

<sup>29</sup> Se alguém afirmar: 'Eu amo a Deus', mas odiar seu irmão, é mentiroso, pois quem não ama seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê" é um trecho da Bíblia, 1 João 4:20

arrastar consigo cerca de 300 pessoas, esse grupo ficou conhecido como a Igreja do Divino Mestre, numa época em que ainda não havia igrejas protestantes no país e a mensagem pregada por Agostinho ia de encontro ao catolicismo.

Nas suas pregações, dava ênfase especial as passagens bíblicas do Antigo Testamento da Bíblia e as usava para reivindicar a liberdade dos escravizados nas ruas do Recife. Além das pregações, ensinava o fiéis a ler e escrever, visto que a maioria era analfabeta, Agostinho foi preso em 1846 e, graças a sua prisão, há farta documentação sobre a sua vida e obra, incluindo versos poéticos sobre fé e liberdade. Segundo o historiador Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, professor na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), a documentação sobre Agostinho é oriunda tanto dos relatos policiais quanto da repercussão na imprensa, principalmente por ocasião do seu encarceramento. E, apesar de não ser tão farta, é rica em significados.<sup>30</sup>

Há registros de que Agostinho participou da Revolução Praieira, ocorrida entre 1848 e 1850, mas depois disso, não há mais informações a seu respeito. De acordo com a historiadora Maria Helena Pereira Toledo Machado, professora na USP (Universidade de São Paulo), “Ele vagava pela cidade discursando de forma revolucionária”, ficou conhecido como o “Lutero Negro” (Da Silva, 2011, p. 8). Na seita liderada por ele, defendia-se a ideia de que Deus não era branco e pregava-se a liberdade. Percebe-se que o discurso de Agostinho Pereira dialoga com as ideias defendidas pelo MNE contemporâneo.

Oliveira (2021) apresenta um panorama da historiografia do Movimento Negro Evangélico, no qual também enquadra Agostinho José Pereira entre os pioneiros do movimento negro no Brasil, ao lado de outros agentes intransponíveis que merecem destaque no ativismo negro brasileiro. Nomes como o do paraibano Hernani Francisco da Silva, originalmente de família católica, posteriormente convertido à fé cristã evangélica aos 15 anos, tornando-se membro da Igreja Congregacional e, posteriormente, da Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo.

---

<sup>30</sup><https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2024/11/24/consciencia-negra-conheca-divino-mestre-o-lutero-negro-do-brasil.htm?cmpid=copiaecola>

Hernani dedicou-se ao empreendedorismo social no campo dos direitos humanos. Em 1991, fundou a Sociedade Cultural Missões Quilombo (Da Silva, 2011, p. 45), organização interdenominacional que tem entre seus participantes membros de diferentes vertentes evangélicas. Foi de Hernani, em parceria com o antropólogo estadunidense John Burdick, a realização do primeiro mapeamento de iniciativas desenvolvidas por evangélicos no enfrentamento ao racismo. Segundo Oliveira (2021), Burdick foi responsável por uma série de pesquisas no Brasil, interseccionando religião no contexto das práticas religiosas de origem pentecostal, e também pode ser considerado um importante nome na construção do ativismo do MNE.

A parceria entre Hernani e Burdick<sup>31</sup> foi de grande relevância para a militância, uma vez que favorecia o contato entre as atividades desenvolvidas e as abordagens teóricas advindas das pesquisas científicas na área das ciências humanas em relação ao contexto evangélico e ao enfrentamento ao racismo, transitavam por críticas à teologia evangélica (vista como omissa em relação às questões raciais), reivindicações no sentido de resgatar as raízes africanas na história do cristianismo, além de outras ações que tinham como alvo os interesses da população negra. Isso culminou na criação da rede Afrokut, idealizada por Hernani Francisco em 2008 (Oliveira, 2021) e relevante na história do Movimento Negro Evangélico.

Na tentativa de mapeamento das ações desenvolvidas por coletivos negros evangélicos, Da Silva (2011) chega à conclusão de que a principal marca do MNE é a descentralização, a qual segue o padrão da pluralidade denominacional que caracteriza o ambiente religioso mais amplo no país (Mariano, 2016). Essa percepção também é endossada por Leitão Pinheiro (2023, p. 7).

Dessa forma, ao longo da história recente do movimento, foram surgindo ações pulverizadas, provenientes de atores de diversas denominações e de

---

<sup>31</sup> John Burdick foi um antropólogo cultural e professor universitário nos Estados Unidos, amplamente reconhecido por sua pesquisa aprofundada sobre as intersecções de raça, religião e justiça social no Brasil, com foco especial na comunidade cristã.

Ele é considerado um dos principais acadêmicos a mapear e analisar o surgimento e o desenvolvimento do Movimento Negro Evangélico (MNE) no Brasil.

diferentes correntes teológicas em vários lugares. Essa característica do MNE, seu caráter descentralizado, segue a lógica que configura o campo evangélico protestante como um todo, marcado pela pluralidade de denominações e especificidades eclesiais, litúrgicas e comportamentais em diferentes contextos (Oliveira, 2021).

A exemplo dessa diversidade de ações e organizações que construíram a história do MNE, é preciso destacar, na galeria dos pioneiros, a atuação de evangélicos como João Cândido, líder da Revolta da Chibata (Nascimento, 2012, p. 21). Esse importante levante armado ocorreu em 1910 na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Da Silva (2011, p. 10-11), Cândido era protestante, membro da Igreja Metodista de São João de Meriti e, à sua época e dentro do seu espaço de influência, posicionou-se contra os maus-tratos sofridos pelos marinheiros negros.

Durante as décadas de 1970 e 1980, outros pioneiros aparecem na literatura, como o Rev. Sant'Ana, da Comissão Nacional de Combate ao Racismo da Igreja Metodista (Da Silva, 2011). Iniciativas irromperam em várias igrejas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Há registros de atividades em denominações como Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e O Brasil Para Cristo.

Nos anos de 1990, no Nordeste, destaca-se a importante liderança do Pr. Walter Passos, fundador da Igreja da Revelação Ancestral na Bahia (IRA). Ele organizou e participou de diversas atividades voltadas para a discussão do racismo entre os evangélicos e na sociedade como um todo, tornando-se uma referência no MNE na região.

Nos anos 2000, houve uma ampliação das reflexões sobre as questões étnico-raciais no segmento evangélico. Em 2002, por ocasião do II Congresso Brasileiro de Evangelização, que contou com mais de 1.000 pessoas, lideranças do movimento, como Hernani Silva, Marco Davi de Oliveira (que, inclusive, teve a oportunidade de discursar em uma das plenárias) e Nilza Valéria, apresentaram um manifesto formulado por José Carlos Barbosa, à época Coordenador do Centro de Pesquisa Metodista.

Embora o evento não tivesse como pauta central o debate racial (pois era dedicado à atuação missionária das instituições religiosas protestantes), o documento defendia o consenso da maioria dos evangélicos (Oliveira, 2021) no que dizia respeito às propostas e percepções dos coletivos sobre a necessidade de alinhamento no combate ao racismo, na integração entre negros e brancos na defesa da brasilidade e da efetiva democracia racial. O manifesto também defendia a abordagem da Teologia Negra na dinâmica de suas iniciativas.

Em 2003, incentivado pelos amigos Pr. Ariovaldo Ramos e José Olímpio (fundador da CENACORA), Marco Davi lançou o livro *A Religião Mais Negra do Brasil* (Oliveira, 2004). Em seguida, ao lado de Hernani Francisco, ele criou o Fórum de Lideranças Negras Evangélicas (posteriormente renomeado para Simeão Niger e, mais tarde, transformado na ANNEB - Aliança de Negros Evangélicos). Entre 2004 e 2005, Marco Davi fundou o primeiro núcleo do MNE; contudo, apesar de adotar essa nomenclatura, tratava-se apenas de um coletivo entre muitos outros espalhados pelo país.

Diante do crescimento do movimento por meio de várias ações desenvolvidas por diversos coletivos, surgiu a necessidade da realização de um encontro nacional. Para isso, foi criado o Conselho Nacional de Negras e Negros Cristãos (CNNC), com a coordenação de Walter Passos (Oliveira, 2021). A missão de Passos era organizar o 1º Encontro Nacional de Negras e Negros Evangélicos, com o objetivo de aprofundar o debate teológico e alinhar os rumos do movimento no âmbito nacional.

Assim, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Negras e Negros Evangélicos. Porém, a percepção de Passos sobre o movimento numa perspectiva nacional era divergente em relação a outras lideranças, principalmente do Sul e Sudeste do país. Assim, o CNNC.

[...] em vez de aprofundar o debate teológico-pastoral referendando a perspectiva da diversidade racial e superação do racismo, o Conselho defende a proposição de uma igreja protestante afrocentrada tendo o pan-africanismo como referência. (Oliveira, 2021, p.180)

O CNNC assumiu uma linha mais radical em relação aos demais coletivos, que tinham como proposta inicial a mobilização das igrejas e da sociedade para o enfrentamento ao racismo e à desigualdade racial. Já o CNNC, com Walter Passos

na coordenação, defendia a posição de que os rumos do movimento deveriam se alinhar ao Pan-africanismo, sustentando, por exemplo, a não aceitação de relações interraciais. Nesse encontro, segundo Oliveira (2021), houve o que pode ser considerada a primeira ruptura na tentativa de unificar a militância do Movimento Negro Evangélico. Assim, o CNNC restringiu sua atuação ao estado da Bahia, enquanto os demais coletivos alinharam-se às propostas do grupo do Sudeste, principalmente do Rio de Janeiro.

Nos anos seguintes, Passos direcionou a sua militância e ativismo, inclusive fundando, em 2008, a COPTAZION, uma igreja preta denominada Comunidade Pan-Africanista de Tzion. Inspirada em uma tradição africana de reelaboração da fé ancestral, a comunidade denunciava o Cristianismo (tanto católico quanto protestante) por omitir a verdade histórica das primeiras comunidades africanas cristãs (Da Silva, 2011). Walter Passos faleceu em 2023, deixando um importante legado para a história do Movimento Negro Evangélico.

Para documentar a trajetória dos pioneiros do MNE, dada a pluralidade das suas ações e coletivos independentes e não subordinados a uma única coordenação, optamos por seguir uma ordem que, embora apresente certa coerência cronológica baseada na literatura disponível, não se pretende exata.

Nesse sentido, durante os anos posteriores a 2007, considerado por Oliveira (2021, p. 11) como sendo "o primeiro cisma no MNE", a militância e o ativismo seguiram com suas propostas e ações. Nos anos que se seguiram, o ativismo continuou alternando entre períodos de mais e menos intensidade. Outros coletivos foram criados sob a liderança de Marco Davi, principalmente nas regiões Sul e Sudeste e em Pernambuco, entre os anos de 2007 e 2016, quando ele se notabilizou como um dos articuladores do MNE, inclusive assumindo a coordenação nacional do movimento, utilizando a sigla MNE Brasil. Segundo o próprio Marco Davi, sob sua coordenação foram criados dez coletivos em dez capitais do Brasil.

Assim, de acordo com a literatura, esses foram os principais nomes que figuram como pioneiros do ativismo negro evangélico no país.

### 3.2 Letramento Racial e Teoria Crítica da Raça

A base conceitual desta pesquisa se sustenta na tríade Movimento Negro Evangélico, Letramento Racial e Educação Antirracista. Essa abordagem permite mapear e analisar os dados sobre o MNE sob uma perspectiva contemporânea e epistemológica ligada aos estudos em Educação. Seguindo a reflexão de Brandão (1981) na defesa de que a aprendizagem ocorre em diversos contextos sociais, compreendemos que a igreja, como espaço de relações interpessoais interativas, constitui-se num ambiente potente de aprendizagem e educação.

Nessa concepção, a educação pode ocorrer onde não há escola e, por toda parte, pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração para outra, mesmo onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. A evolução e a subjetividade da cultura conduziram o homem à transmissão do conhecimento, inserido na prática social (Brandão, 1981).

Partindo desses pressupostos teóricos, e concebendo a educação como um fenômeno plural e de múltiplos letramentos que pode contribuir para o debate étnico-racial no segmento evangélico, na busca de compreender como o MNE concebe e desenvolve o letramento racial, este trabalho tem ancoragem teórica, além das referências já citadas, em autores que fazem reflexões fundamentais para compreender a contemporaneidade, a dinâmica dos movimentos sociais e, especificamente, o conceito de letramento racial. Autoras como Kleiman (2010), Soares (1998) e Rojo (2022, 2009) são essenciais para a compreensão do letramento em suas múltiplas dimensões, pois elas expandem a ideia de letramento para além da simples descodificação de códigos linguísticos, próprios dos processos de alfabetização escolar, tratando da possibilidade de múltiplos letramentos inseridos nos diversos contextos sociais e culturais, o que é relevante para entendermos o letramento racial como uma prática social de leitura do mundo e, conseqüentemente das relações raciais.

Numa outra perspectiva, esta pesquisa ancora-se em autores como Caldeira (2023), Oliveira (2021) e Gomes (2022), que são de extrema importância enquanto intelectuais contemporâneos. Eles estão engajados em discussões recentes e

profundas sobre racismo, desigualdade e intolerância no contexto religioso evangélico, Teologia Negra e movimentos sociais, conectando esses conceitos com a educação antirracista. Autores como Hall (2003), crucial para entender a contemporaneidade como um período de tensões identitárias, fundamentalismos e a necessidade de negociações entre diferentes subjetividades, iluminam nosso entendimento sobre a dinâmica dos coletivos mapeados (Cuxi e MNE-Bahia) enquanto movimentos sociais que surgem para reivindicar espaço e reconhecimento em um cenário de identidades fluidas e não hegemônicas.

Este trabalho debruça-se, ainda, sobre autores como Bauman (2001), fundamental para caracterizar a contemporaneidade como uma modernidade líquida, onde as relações sociais, as identidades e as instituições são marcadas pela fluidez, inconstância e instabilidade. Esse pensamento nos ajuda a contextualizar por que as tradições são questionadas e por que novos movimentos sociais emergem em busca de reconhecimento e transformação da sociedade.

Por fim, Gohn (2012) é essencial para a compreensão do caráter educativo dos movimentos sociais. Essa autora mostra que a educação não se restringe aos espaços formais, ocorrendo também no interior das organizações populares de forma dinâmica durante o cotidiano das suas ações. Desse modo, ela atua na formação da consciência crítica e na promoção de transformações sociais, formando, ao mesmo tempo, tanto seus agentes militantes quanto os indivíduos e as instituições que interagem, direta ou indiretamente, com o seu ativismo.

Na medida em que o diálogo entre essas concepções teóricas e o objeto de estudo é realizado, ele possibilita a ampliação da compreensão das propostas e ações do MNE para o letramento racial no segmento evangélico de Salvador.

A tradução da palavra inglesa *literacy* (letramento) para o português tem como significado "ser letrado", definindo aqueles indivíduos que, no seu processo formativo, já possuem o domínio da leitura e da escrita enquanto habilidades e, assim, são capazes de usá-las nas diversas ocasiões em que são requisitadas em suas interações sociais e comunicativas. O termo está em evidência e, atualmente, é popular no meio acadêmico e na sociedade. No Brasil, a palavra letramento começou a ser utilizada nos idos de 1980, sendo introduzida por Mary Kato, no seu

livro *No mundo da Escrita: uma perspectiva psicolinguística* (1986). Posteriormente, diversos autores passaram a adotá-lo, dentre eles Kleiman (2010), Soares (1998) e Rojo (2022).

Algumas considerações sobre a compreensão do Letramento Racial nos levam a refletir sobre o conceito de letramento de uma maneira mais ampla, inclusive considerando que seria apropriada a utilização da palavra "letramentos", no plural, dada a complexidade de possibilidades de ler, dar sentido e compreender as realidades sociais. Para Rojo (2009), letrar extrapola o ato de alfabetizar, pois constitui-se na condução de um processo de ensino contextualizado onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida dos estudantes, dentro e fora do ambiente escolar. Para Soares (2009), buscar uma definição única para o termo letramento parece ser uma tarefa difícil, uma vez que se trata de um conceito complexo.

As dificuldades e impossibilidades devem-se ao fato de que o letramento cobre uma vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais; o conceito de letramento envolve, portanto, sutilezas e complexidades difíceis de serem contempladas em uma única definição (Soares, 2009, p. 65).

Diante da complexidade do tema, para clarificar a compreensão, optamos pelo conceito de letramento racial, conforme defendido por Schucman (2022). Nesse sentido, o estudo busca analisar como o letramento racial pode ser uma ferramenta para combater o racismo e construir um futuro social mais justo (Cope & Kalantzis, 2020), promovendo respostas, tanto individual quanto coletivamente, na ressignificação das práticas atuais e na criação de novas abordagens de enfrentamento, baseadas nos pressupostos da Teoria Crítica da Raça (TCR) (Delgado e Stefancic, 2021).

Letramento é um conceito crítico/reflexivo que potencializa o posicionamento teórico e prático. A leitura e a escrita são práticas sociais que extrapolam a compreensão de uma língua e seu funcionamento. É mais do que decodificar códigos linguísticos; possibilita ao sujeito letrado a compreensão e uma cosmovisão que lhe permite ler e compreender o mundo à sua volta, assumindo uma postura reflexiva e crítica dentro do contexto social no qual está inserido, interagindo,

propondo, posicionando-se, transformando e sendo transformado pelos diferentes contextos sociais e institucionais dos quais participa.

Para aprofundar a discussão sobre letramento numa perspectiva transformadora e conectá-lo com o conceito de letramento racial, podemos pensar sob duas perspectivas e relacioná-las aos estudos da TCR. Primeiramente, trazemos o conceito de letramento a partir dos estudos de Kalantzis e Cope (2020), que analisam o processo de construção de significados por meio da teoria do design. Segundo esses autores, os sujeitos se apropriam dos recursos disponíveis para dar significado e compreender o mundo à sua volta, projetando novos significados a partir das informações existentes em seu entorno, sejam elas presentes, no contexto da família, escola, espaços religiosos, como igrejas, por exemplo, clubes, associações, partidos políticos ou qualquer outro complexo social capaz de moldar o comportamento daqueles que dele participam. Isso é o que se define, de maneira geral, por instituições sociais (Almeida, 2020).

De acordo com Schucman (2022), em seus estudos sobre branquitude e a ideia de raça e seus significados, com foco nas possíveis formas de desconstrução do racismo, o letramento racial pode ser compreendido como uma resposta individual ao racismo.

Para a autora, que tem as bases dos seus estudos enraizadas na psicologia, as pessoas não nascem racistas: elas aprendem e se tornam racistas durante sucessivos processos de construção da sua subjetividade em interação com o meio social no qual estão inseridas. Tais interações influenciam na construção de sentidos e são capazes de formatar a percepção sobre raça e as desiguais formas de tratamento em uma sociedade racializada, atribuindo valores distintos às pessoas de acordo com a sua cor de pele.

Isto, conseqüentemente, influencia na maneira como os sujeitos leem o mundo e se movimentam nele, podendo reforçar a discriminação sistemática das pessoas a partir da sua raça, cultura e etnia, segundo a concepção de racismo defendida por Almeida (2020). Ainda nessa perspectiva, Lia Schucman argumenta:

[...] sobre as características demarcadoras entre brancos e não brancos, compreendi que os indivíduos, querendo ou não, são classificados

racialmente logo ao nascerem: àqueles classificados socialmente como brancos recaem atributos e significados positivos ligados à identidade racial a que pertencem, tais como inteligência, beleza, educação, progresso, moralidade etc. Este traço de falsa superioridade contido na construção social da branquitude produz significados compartilhados, dos quais os sujeitos se apropriam, singularizam, produzem sentidos e sobre os quais atuam, de alguma forma, reproduzindo-os. Assim, os conteúdos racistas de nossa linguagem, bem como a ideia de superioridade racial, são ainda apropriados pelos sujeitos. (Schucman, 2022, p. 175-176)

Assim, os processos de interação e a apreensão de significados dentro de um contexto racializado potencializam a prática e a reprodução do racismo. Em outras palavras: os sujeitos aprendem a ser racistas. Sendo assim, se é possível aprender a ser racista, também é possível aprender a deixar de sê-lo.

Quando o sujeito é inserido em diferentes contextos sociais onde é possível a reflexão sobre as questões e os atravessamentos inerentes ao racismo, a exemplo dos coletivos que compõem o MNE, é possível uma tomada de consciência e um reposicionamento no sentido do enfrentamento, da resposta individual ou coletiva ao racismo. É exatamente essa tomada de consciência e disposição para enfrentar o problema, agindo no cotidiano para a desconstrução do racismo e seus desdobramentos, que Schucman (2022, p. 181), em consonância com os estudos de Winddance Twine (2004, 2006, 2007), chama de letramento racial.

Originalmente, o termo *Racial Literacy*, cunhado por Twine, tinha por significado "alfabetização racial". Schucman (2022) o traduziu para letramento racial a fim de ampliar o conceito para outras possibilidades, por compreender que a ideia de letramento se relaciona melhor com a ideia de conhecimento do saber e da cultura envolvida. Além disso, a autora considera que o termo seria melhor caracterizado como um conjunto de práticas ou uma "prática de leitura", uma forma de perceber e responder individualmente às tensões das hierarquias raciais da estrutura social. Entre as contribuições de Schucman (2022, p. 182), temos a tradução dos seis pilares do letramento racial, a partir da concepção de Twine (2006, p. 344).

[...] um reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude; (2) a definição do racismo como um problema social atual, em vez de um legado histórico; (3) um entendimento de que as identidades raciais são aprendidas e um resultado de práticas sociais; (4) a posse de gramática e um vocabulário racial que facilita a discussão de raça, racismo e antirracismo; (5) a capacidade de traduzir e interpretar os códigos e práticas racializadas de

nossa sociedade e (6) uma análise das formas em que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade.

Assim, de acordo com a literatura, indivíduos racialmente letrados, ou que adquirem letramento racial por meio de interações sociais que os levem a reconhecer o racismo como uma questão social atual e apreendida socialmente, são capazes de, a partir do acesso ao conhecimento e da exposição a outras formas de ler o mundo, compreender que as hierarquias raciais construídas ao longo do processo histórico potencializam as desigualdades. Dessa forma, o sujeito amplia a sua percepção no que diz respeito à naturalização de práticas sociais racistas, aprendendo a identificá-las e enfrentá-las na medida em que se apresentam no cotidiano.

Se o sujeito está inserido dentro de um contexto social marcado pelo racismo, pelo preconceito, pela discriminação e pelas multifacetadas formas de violência, possuindo letramento racial, há a possibilidade da percepção e de um posicionamento crítico na direção do enfrentamento. O sujeito racialmente letrado torna-se capaz de perceber realidades ideológicas, reprodução de poder, construção de estereótipos relacionados ao outro e dominação simbólica nos diversos contextos institucionais dos quais participa, direta ou indiretamente. Os princípios do Letramento Racial dialogam com a Teoria Crítica da Raça, pois ambos têm como objetivo combater o racismo, as formas de violência simbólica e promover a igualdade racial por meio da educação.

O letramento racial é uma abordagem educacional que busca desenvolver o conhecimento, a consciência e as habilidades relacionadas à compreensão da história, cultura e lutas da população negra. Tem como objetivo fornecer bases teóricas para que os sujeitos se tornem capazes de identificar e reconhecer as manifestações práticas e simbólicas do racismo, habilidades importantes para a desconstrução de estereótipos que prejudicam a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Letramento Racial encontra-se em consonância com os pressupostos básicos da Teoria Crítica da Raça (TCR). Na perspectiva de Delgado e Steffancic (2021), a TCR compreende que o racismo não é uma exceção, mas sim uma regra,

pois está naturalizado na estrutura das relações, dificultando seu enfrentamento, a compreensão da raça como categoria socialmente construída e a convergência de interesses da elite branca, interessada em se manter em posição de dominação. Ambas as abordagens buscam questionar os discursos dominantes sobre raça, combater o racismo e promover a valorização da diversidade racial, apresentando como objetivo conscientizar as pessoas sobre o impacto do racismo e capacitá-las a agir de forma antirracista.

Posto isso, os estudos sobre letramento racial encontram na Teoria Crítica da Raça um embasamento sobre a importância do conhecimento e da consciência racial na luta contra o racismo. A teoria crítica oferece uma ampla estrutura analítica e conceitual para entender as dinâmicas de poder, as estruturas sociais e culturais e a forma como o racismo se manifesta nas diferentes esferas da sociedade. Dessa forma, o Letramento Racial e a Teoria Crítica da Raça estão alinhados em seus objetivos e abordagens para combater o racismo e promover a igualdade racial, destacando a importância da conscientização, do conhecimento e da ação para criar uma sociedade mais justa e antirracista.

### **3.3 A contemporaneidade e a influência dos Movimentos Sociais e Religiosos para a educação e o letramento racial.**

Na contemporaneidade, os movimentos sociais se destacam como importante força em um período dinâmico, caracterizado por transformações contínuas, tanto nas formas de pensar quanto de agir na sociedade. Essas mudanças atravessam diversas instituições, como a família, a escola e a igreja. Essa época, marcada por tensões e pela constante demanda por construção e reconstrução de identidades, testemunha o surgimento de movimentos que reivindicam espaço, direitos e representatividade.

Os choques de interesse, a busca por reconhecimento e a conquista de espaço são traços marcantes da contemporaneidade. Em consonância com Hall (2003), essa dinâmica impõe uma necessidade constante de diálogo entre sujeitos e subjetividades plurais, demandando negociações contínuas.

O Movimento Negro Evangélico (MNE), representado em Salvador pelo Cuxi e pelo MNE-Bahia, é um exemplo de movimento social contemporâneo que pauta essa negociação por reconhecimento e valorização da identidade negra. Ele propõe um novo olhar da igreja contemporânea em relação às questões étnico-raciais e fomenta o debate em torno desse tema no segmento evangélico, contribuindo, assim, para o letramento racial e o enfrentamento ao racismo, tanto nas igrejas quanto na sociedade como um todo. Esse dado será analisado em capítulo específico dedicado à análise e discussão dos achados da pesquisa. Por ora, apresentamos o panorama geral no qual se inserem os movimentos sociais contemporâneos, dos quais o MNE, num sentido mais amplo, constitui-se em um dos exemplos relacionados à educação e ao letramento racial, assim como os coletivos ativos em Salvador.

A contemporaneidade tem sido estudada por diversos autores, sobretudo a partir de meados do século XX até os dias atuais. Pensadores como Bauman (2001) a definem como uma época onde as relações são fluidas e inconsistentes, em constantes tensões que questionam as tradições, um tempo em que as relações se tornam cada vez menos sólidas e consistentes. Referindo-se à contemporaneidade, Berman (2001) usou a expressão "tudo que é sólido desmancha no ar" para caracterizar as constantes mudanças, tanto de mentalidade quanto de comportamentos.

Neste contexto de movimento, instabilidade e liquidez, as identidades vão se formando e se modificando dentro de uma lógica que já não se encaixa nos padrões tradicionais de comportamento. Os indivíduos passam a ser mais questionadores, menos passivos, outras identidades vão sendo construídas e, com elas, novas demandas vão surgindo (Hall, 2003). Dessa forma, os movimentos sociais vão se organizando, propondo novas reflexões, no sentido de organizar suas agendas e pautas de reivindicações diante das tensões contemporâneas.

Os conceitos de instabilidade e liquidez, presentes nas reflexões de Bauman (2001), dialogam com as propostas e ações dos coletivos negros evangélicos na medida em que o contexto religioso evangélico contemporâneo, tradicionalmente marcado pela rigidez e pela solidez da tradição, vê-se diante de pontos de tensões e demandas contemporâneas caracterizadas pela flexibilidade e liquidez. Isso pode ser traduzido nas reivindicações de mudanças e transformações, por exemplo, na

abordagem de temas que tradicionalmente não fazem parte dos debates, pregações ou aulas de Escolas Bíblicas Dominicais.

Agora, pelas ações e articulações de movimentos sociais, a exemplo do MNE, muitas igrejas e lideranças se veem diante de tensões e, confrontadas por membros participantes de coletivos negros, são desafiadas a abrirem-se para discussões que antes sequer eram pautadas. Demonstrando, a esse respeito, em consonância com Monteiro (2023, p. 40), uma postura de desconexão das igrejas evangélicas com a realidade do mundo, optando por uma realidade paralela à discussão racial. Na percepção da autora, essa é uma teologia "templista", ou seja, voltada para dentro do templo, que evita o desconforto de tocar em certos temas sociais e, assim, nas tensões inerentes a tais temáticas, como a racial.

Neste contexto de tensões e emergência de novas identidades, as reflexões de Hall (2003) sobre fundamentalismos existentes nesta era destacam uma tendência à intolerância, ao desrespeito e à deslegitimação de identidades não hegemônicas em detrimento das conhecidas e já legitimadas. Aqui, cabe um olhar para os movimentos identitários que reivindicam suas demandas, a exemplo do Movimento Negro Evangélico (MNE), que milita contra o racismo e, por conseguinte, contra a intolerância e a negação de direitos, demandas identitárias relacionadas aos afrodescendentes no contexto desse segmento religioso e fora dele.

Cabe-nos a reflexão sobre o caráter educativo do MNE, partindo do geral para o específico: primeiramente, é válido abordar a relação entre os movimentos sociais como um todo e a educação, para, posteriormente, pensar, de forma mais detalhada e específica, o caráter educativo do MNE, tendo como interface a abordagem teórica do letramento racial e as propostas e ações do movimento para a educação antirracista no segmento evangélico; daqui em diante, seguiremos nessa direção.

Gohn (2012), em seu livro *Movimentos Sociais e Educação*, trabalha as principais formas de organização popular no Brasil, apresentando um breve histórico das primeiras associações brasileiras de caráter identitário e relacionando tais movimentos com a educação.

Assim, tem-se uma trilha que nos ajuda a compreender a trajetória dos movimentos sociais, como a Associação de Moradores e Sociedade de Amigos do Bairro em São Paulo (SABs), ligadas aos partidos de direita e igrejas protestantes, que tiveram relações importantes na urbanização e saneamento em bairros periféricos de São Paulo na década de 1960. Outros exemplos são as Associações das Favelas e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), atuantes nas favelas no final da década de 1970, estas vinculadas às igrejas católicas, pastorais (Teologia da Libertação) e partidos de esquerda, além das formas mais recentes de associações e movimentos comunitários.

Os estudos de Gohn (2012, p. 21-24) nos ajudam a compreender o caráter educativo dos movimentos sociais. Para a autora, existe um processo educativo no interior dos movimentos sociais que se desenvolve fora dos canais institucionais escolares. O pressuposto básico é que a concepção de educação não se restringe ao aprendizado específico transmitido através de técnicas e conteúdos pedagógicos. Compreender o caráter educativo das ações e propostas do MNE para o letramento racial é de fundamental importância para que tenhamos a percepção de como o debate contemporâneo em torno da questão social do racismo tem ocorrido neste segmento religioso.

Historicamente, a discussão em torno do racismo, do preconceito e da discriminação acabou tendo pouca aderência no contexto das várias denominações evangélicas brasileiras. Dessa forma, para Lima (2005), as igrejas ficaram mais preocupadas com a interioridade e terminaram se descuidando de sua responsabilidade social e da denúncia ao desequilíbrio social, à opressão, à escravidão e suas consequências.

Todavia, têm ocorrido mudanças nesse sentido, pois o debate tem chegado ao segmento evangélico por meio das ações do MNE e suas propostas para o letramento racial e a educação antirracista. Essa movimentação já é sentida no contexto evangélico contemporâneo.

### 3.4 Movimentos Sociais, educação e cidadania

Na contemporaneidade, podemos pensar a relação entre os movimentos sociais e a educação para a cidadania, mas não a cidadania liberal, na qual a ideia de propriedade estava imbricada em sua concepção. Isso ocorria porque a garantia dessa cidadania exigia sujeitos instruídos e educados o suficiente para poderem escolher seus representantes políticos e, conseqüentemente, defenderem sua propriedade. Esse era o pensamento do século XVIII. Numa sociedade pós-Revolução Francesa, dividida entre os detentores de propriedade e os não proprietários, este segundo grupo não carecia de educação para a cidadania, pois, sem propriedade, sequer era considerado cidadão. Senão vejamos:

[...] eles seriam, segundo Locke, incapazes de governar suas vidas por princípios de ordem moral, raramente elevariam seus pensamentos acima de sua substância. Suas ações são desordeiras e ameaçariam a ordem. Por isso eles não poderiam saber, apenas precisavam acreditar. A educação para a cidadania não faria parte do universo da classe trabalhadora porque ela não seria cidadã. A igualdade natural inata entre os homens seria desfeita no plano da sociedade real, pela desigualdade entre os cidadãos-proprietários e o cidadão não proprietário (Gohn, 2012, p. 18).

Dessa forma, os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, pilares da Declaração Universal dos Direitos Humanos, permaneceram, historicamente, circunscritos a uma parcela privilegiada da sociedade, marcada pelo poder econômico, pela branquitude e pela instrução formal. No século XIX, a educação desempenhou um papel ambivalente: por um lado, serviu à burguesia branca, educada e ilustrada. Por outro lado, serviu à formação das classes populares, promovendo a formação de indivíduos minimamente educados dentro de uma perspectiva conservadora, onde lhes era ensinado o básico para que se submetessem à lógica capitalista. Aprendia-se a ler, escrever e contar, além de uma educação mínima suficiente para a garantia da ordem na sociedade civilizada.

Contudo, o cenário do século XXI apresenta uma inflexão significativa nessa perspectiva. O descontentamento com as promessas não cumpridas do capitalismo e uma concepção mais coletiva de cidadania, gerada pelo desapontamento diante das desigualdades sociais, revelam a face perversa do sistema capitalista. Na

perspectiva de Santos (2023), a fábula da globalização é descortinada, exibindo a sua perversidade.

Nesse contexto, surge um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças: os movimentos sociais, profundamente discutidos por Gohn (2012). A autora defende que o cidadão que atua nos movimentos sociais possui um senso de coletividade, pois a militância, embora ancorada em identidades e reivindicações específicas, assume um caráter coletivo. Desse modo, a luta por representatividade, equidade e melhores condições de vida torna-se a tônica da atuação desses diversos coletivos com suas propostas e ações para a transformação do tecido social contemporâneo. Assim,

[...] encontramos demandas advindas de grupos não tão explorados no plano da produção ou dos direitos humanos, vida saúde, educação e moradia, mas igualmente explorados no plano de seus direitos civis de liberdade, igualdade, justiça e legislação. Temos assim os grupos que lutam pelo exercício da cidadania dos negros, homossexuais, mulheres, pela paz, em defesa da ecologia etc. (Gohn, 2012, p 20)

A cidadania é, portanto, coletiva e está imbricada em diversos processos educativos. A educação no contexto dos movimentos sociais ocorre por meio de múltiplos eventos, aos quais os indivíduos são submetidos durante a preparação, execução e avaliação das agendas de luta. Assim, o caráter educativo dos movimentos sociais é, de certa forma, orgânico: acontece no processo, fora dos sistemas oficiais (onde a escola é a principal agência), significando e dando significado às ações.

Falar da existência de um processo educativo no interior de um processo que se desenvolve fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico. Na prática, como se constrói este caráter educativo? De várias formas, será uma resposta em vários planos e dimensões que se articulam e não determinam nenhum grau de prioridade. (Gohn, 2012, p 21)

A reflexão que se faz é que cada situação ou experiência vivida pelos indivíduos participantes de movimentos sociais, como, por exemplo, reuniões, manifestações, assembleias, seminários, formações e a própria interação entre os

membros e seus interlocutores sociais, funciona como eventos de letramentos. Estes podem ser compreendidos como as diversas situações de aprendizagem a que uma pessoa é submetida ao longo da vida por meio das interações sociais, conforme Silva e Araújo (2012). Tais eventos são capazes de formar os indivíduos nas dimensões da organização política, da cultura e na dimensão espacial-temporal, possibilitando o conhecimento do passado, do presente e de suas perspectivas para o futuro, horizonte de suas demandas, sejam elas identitárias, raciais ou, em conformidade com Löwy (2004), ligadas às questões ambientais, ecológicas ou sociais.

Esses letramentos são potencializados na atualidade com o avanço das tecnologias digitais que caracterizam a contemporaneidade, na perspectiva de Castells (2005), como uma sociedade em rede. Pode-se dizer que se trata de um evento histórico da mesma grandeza da revolução industrial do século XVIII, induzindo um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura. Diferente de qualquer outra revolução, o centro da transformação que estamos vivendo na revolução atual refere-se às tecnologias da informação, processamento e comunicação, mudando completa e, talvez, irreversivelmente, as formas de nos relacionarmos e de nos comunicarmos, pois a contemporaneidade está imersa na cultura digital.

Assim, diferentemente de épocas passadas, onde a comunicação e a disseminação das ideias eram realizadas mais lentamente, com as redes sociais os eventos de letramentos se tornam multimodais e caminham para além das tradicionais manifestações em jornais e folhetins, cartazes, passeatas, boicotes e outras formas de mobilização.

Os movimentos sociais contemporâneos fazem uso das tecnologias da informação, tais como blogs, páginas eletrônicas, *sites* e as redes sociais, ampliando as possibilidades de disseminar suas ideias e manifestar seus pleitos, sejam eles trabalhistas, políticos, ou ligados às questões étnico-raciais, de gênero, de sexualidade ou meio ambiente.

Assim, as ações dos diversos movimentos sociais estão cada vez mais presentes no meio digital, espaço cuja presença e atuação requerem e/ou

contribuem para algum tipo de letramento dos seus participantes. São esses letramentos que garantem tanto a participação quanto a criação de conteúdos, como: *lives*, cursos de formação *online*, *cards* eletrônicos, *podcasts*, entrevistas, vídeos educativos em diversas plataformas, além da participação e criação de videoconferências para formar e articular os rumos de suas agendas, ampliando, assim, o caráter educativo e o alcance comunicacional dos movimentos sociais contemporâneos.

A esse respeito, percebe-se uma forte movimentação do MNE, enquanto movimento social, nas plataformas digitais, redes sociais virtuais e reuniões presenciais, tais como encontros, grupos de estudos, seminários, palestras, rodas de conversa e outras atividades de caráter formativo e educativo que oferecem bases conceituais para o fomento dos diálogos e negociações entre os diferentes atores sociais.

Todavia, precisamos refletir que a cidadania nunca foi dada ou oferecida gratuitamente aos cidadãos ao longo do processo histórico. De acordo com Pinsky (2012), a cidadania não é um conceito estático nem passivo. Pelo comentário, o que se entende por cidadania tem a ver com a conquista de direitos sociais e civis que deveriam ser igualmente desfrutados pela totalidade da população. Desde os períodos mais remotos da história humana, a cidadania é um processo marcado por lutas e tensões entre setores e organizações ligados às classes populares e às elites dominantes. Os movimentos sociais, em geral, atuam como uma das muitas vozes que ecoam na defesa de reconhecimento, representatividade e melhores condições de existência na sociedade e coexistência entre os cidadãos.

Tais movimentos concretizam suas ações em atos públicos, promovendo debates, reuniões, protestos, congressos, seminários, assembleias e uma diversidade de atos sobre temáticas amplas como desigualdades sociais, diversidade, feminismo, questões de gênero, intolerância religiosa, pobreza e racismo. Tais ações caracterizam o processo de construção da cidadania.

Os movimentos em defesa da cidadania são multifacetados, pois, além de propor e tencionar por transformações sociais, também estão em constante transformação e avaliação das suas agendas.

A título de exemplo, temos o Movimento Negro Evangélico (MNE) que, de um modo geral, apesar de se apresentar como um movimento que propõe a discussão étnico-racial no contexto do segmento evangélico por meio de uma agenda comum, tem suas particularidades. Isso se deve ao fato de que ele não é constituído por uma organização unificada, e sim por diversos coletivos espalhados pelo Brasil, com dinâmicas próprias, a exemplo do MNE-Bahia e do Cuxi. No geral, esses coletivos defendem uma agenda semelhante no tocante ao letramento racial, combate ao racismo, desigualdade e à intolerância religiosa, mas possuem particularidades e autonomia, tanto nas suas propostas quanto na metodologia e ações.

Entretanto, o ativismo desses movimentos sociais e dos demais, em geral, promove um tensionamento em defesa da cidadania, pois suas ações — seja por meio da presença física dos seus atores, seja por meio virtual nas redes sociais — têm o potencial de gerar mudanças e transformações sociais através da educação e do letramento.

#### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS: CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO EVANGÉLICO PARA O LETRAMENTO RACIAL EM SALVADOR**

O Movimento Negro Evangélico (MNE) é um dos diversos movimentos sociais contemporâneos. Para Oliveira (2021), o MNE pode ser compreendido não como uma entidade única, com endereço ou CNPJ, mas sim, como sendo constituído por diversas ações desenvolvidas por coletivos evangélicos negros com o objetivo de enfrentar o racismo, tanto nas igrejas quanto na sociedade. Esta pesquisa investiga suas estratégias de letramento racial e promoção de uma educação antirracista.

Racismo, preconceito, discriminação e ações afirmativas são conceitos frequentemente estudados e discutidos no âmbito das ações do MNE. Tais estudos e discussões ocorrem por meio de eventos de letramentos que, em conformidade com Souza (2011), podem ser compreendidos como atividades que envolvem situações de aprendizagem como seminários, debates, *lives*, videoconferências e criação de conteúdos digitais direcionados ao público evangélico e à sociedade

como um todo e, potencialmente, contribuem para o letramento racial de indivíduos pertencentes a grupos historicamente discriminados, a exemplo da população negra.

Isto posto, passamos a discutir as ações desenvolvidas pelo Movimento Negro Evangélico, seja de forma presencial (participando ou organizando eventos e formações), seja nos meios virtuais (através das suas diversas páginas eletrônicas), que evidenciam e exemplificam o caráter educativo deste movimento, notadamente nas propostas e ações para o letramento racial promovidas pelos coletivos ativos em Salvador.

A educação antirracista e o letramento racial fazem parte do rol das abordagens do MNE. Sabendo-se que no segmento religioso evangélico esse diálogo tem sido feito a partir de suas propostas e ações, busca-se compreender detalhadamente quais são essas propostas e se tais propostas e ações estão relacionadas com os pressupostos teóricos e metodológicos ora apresentados neste estudo e, assim, discutir e analisar em profundidade de que maneiras o MNE tem contribuído efetivamente na promoção do letramento racial e educação antirracista na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Para compreender essa questão central, a pesquisa se propôs a: mapear os coletivos que compõem o Movimento Negro Evangélico em Salvador; identificar e analisar o arcabouço de propostas, ações e metodologias utilizadas pelos coletivos mapeados; e, por fim, compreender as implicações sociais e educacionais dessas ações no contexto do segmento evangélico.

Assim, a pesquisa debruçou-se em investigar como esse movimento social específico está atuando para conscientizar e educar sobre questões raciais, tanto dentro das igrejas quanto na sociedade em geral, na busca de entender o que é e quem compõe o movimento, o que tem proposto, onde e como tem realizado o seu trabalho no que diz respeito ao combate ao racismo e ao desenvolvimento da capacidade de leitura crítica sobre raça (letramento racial) entre os evangélicos da cidade, partindo de uma abordagem qualitativa, exploratória e de inspiração netnográfica, complementada por observação participante e entrevistas para aprofundar a compreensão desse fenômeno complexo e multifacetado.

Durante a análise, recorreu-se aos parâmetros temáticos estabelecidos no Quadro 4 (Quadro de Categorização), apresentado na seção "Percurso Metodológico", a partir das três categorias criadas e organizadas de maneira a favorecer a análise temática dos dados, em conformidade com Bardin (2011). Assim, as categorias criadas e intituladas como: a) Propostas de Letramento Racial, b) Ações de Letramento Racial e, c) Teologia Negra, foram organizadas intencionalmente para favorecer a progressão e organização das seções, embora não haja a necessidade de prosseguir com a análise na sequência em que são apresentadas.

Para facilitar a compreensão do objeto em estudo, iniciamos com o mapeamento e caracterização dos coletivos ativos e, em seguida, a fim de conhecer a história, as características, as áreas de concentração e o foco das atividades de cada um dos coletivos mapeados, procedemos às análises tendo como ponto de partida cada uma das categorias separadamente.

#### **4.1 Mapeamento e caracterização dos coletivos ativos do Movimento Negro Evangélico em Salvador-BA.**

A tarefa de mapear os coletivos ativos em Salvador constituiu a primeira atividade da pesquisa, concomitantemente com a análise documental e bibliográfica. Considerando a dimensão exploratória da pesquisa, fez-se necessário localizar os coletivos em atividade, o que foi facilitado pela escolha da abordagem netnográfica como um dos dispositivos para a construção dos primeiros dados, visto que ainda não se tinha a noção exata de dados atualizados que atestassem a existência de entidades ou organizações em efetivo exercício na fase inicial deste estudo.

Nesse sentido, duas estratégias se mostraram eficientes: a investigação e observação das páginas dos coletivos na rede social Instagram e a observação participante nas *lives* promovidas por essas organizações. Foram mapeados dois coletivos em atividade: o CUXI (Coletivo Negro Evangélico em Salvador) e o MNE/Bahia.

Esses dois coletivos não são interdependentes, embora um saiba da existência e atuação do outro e possuam referências em comum de militância e ativismo. Uma característica interessante é que eles não se reconhecem como pioneiros do ativismo negro em Salvador, e sim como herdeiros e continuadores de uma tradição, de um legado deixado por seus antecessores e precursores que se dedicaram à causa do enfrentamento ao racismo no contexto religioso evangélico, a exemplo de Walter Passos (em Salvador), Marco Davi de Oliveira (no Rio de Janeiro) e Hernane Francisco da Silva, importantes lideranças do ativismo negro evangélico brasileiro desde o início dos anos 2000.

Isto fica evidente na fala da entrevistada E3 (57a, Mestre em Educação), idealizadora do Cuxi (Coletivo Negro Evangélico em Salvador): “[...] eu acho que a gente tem que respeitar quem veio antes. Eu me lembro que eu falei de Walter Passos; ele já falava de um evangelho de matriz africana. Eu reverencio Walter Passos, um pastor presbiteriano. Ele deixou um legado”.

Já o MNE-Bahia tem suas bases firmadas nas ações do MNE-Brasil, que anos antes vinha atuando no enfrentamento ao racismo entre os evangélicos. Contudo, de acordo com o depoimento da entrevistada E6 (33a, Professora de História), uma das coordenadoras do MNE-Bahia, referindo-se ao seu coletivo, ela esclarece que:

[...] surgiu de forma oficial, mais estruturada lá em 2003, então houveram grupos aqui, mas se desfizeram. Então quando chegou ali em 2017, ele começa a ser retomado em Camaçari, de forma mais forte, não foi nem em Salvador, e aí em julho de 2018 é que tem uma reunião oficial, que é pra convocar quem quer fazer parte mesmo, assim da coordenação, quem quer trocar o grupo estruturado, em julho de 2018 teve uma reunião no espaço da Igreja Luterana em Salvador, e é onde a gente, de fato, estruturado, retoma as atividades. Nessa época quem estava na liderança era o Pr. Marco Davi.

Essas informações introdutórias são de fundamental importância para compreendermos a dimensão histórica e a estrutura dos coletivos ativos em Salvador durante o período de realização deste estudo, considerando a percepção de suas lideranças quanto ao legado histórico de seus antecessores e a consciência de que, em conformidade com Oliveira (2021), numa abordagem mais ampla, o que entendemos por MNE tem suas raízes fincadas em ações de diversos coletivos e lideranças atuantes em vários estados brasileiros ao longo da história do ativismo negro evangélico no país.

Porém, como nosso objetivo é analisar as propostas e ações dos dois coletivos ativos mapeados em Salvador, precisamos concentrar nossos esforços no Cuxi e no MNE-Bahia. Assim, este trabalho identificou que essas duas organizações possuem estratégias e metodologias próprias, atuando de forma independente, mas comungando da proposta de conectar cristãos evangélicos interessados no combate ao racismo, à intolerância religiosa e às desigualdades sociais evidenciadas na igreja e na sociedade como um todo, por meio de ações de letramento racial. Tais ações ocorrem em eventos virtuais nas suas páginas eletrônicas ou em encontros formativos presenciais realizados em templos, auditórios e até mesmo ao ar livre, como reuniões em praças e parques da cidade de Salvador. Para uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo, consideramos relevante caracterizar, separadamente, os dois coletivos mapeados.

Embora não seja por questões hierárquicas ou por grau de importância, pois este estudo não se propõe a fazer tal juízo de valor, nem nenhum outro, iniciaremos a caracterização dos coletivos em atividade pelo CUXI (Coletivo Negro Evangélico em Salvador), tendo como única razão o fato de ter sido o primeiro mapeado na fase inicial de construção de dados (fase netnográfica da pesquisa).

#### **4.2 História e Caracterização das propostas e ações de letramento racial do CUXI (Coletivo Negro Evangélico em Salvador)**

A história do CUXI está irmanada com o trabalho e ativismo da historiadora e teóloga Gicélia Gruz, mulher negra, evangélica de tradição batista tradicional, Mestre em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), à época membro da Igreja Batista Sião, uma das mais tradicionais da cidade de Salvador-BA. A esse respeito, o entrevistado E4 (56a, Teólogo e Professor) relata que o CUXI:

[...] surge a partir da experiência que a Gicélia teve com a questão racial e por ser uma mulher negra de uma Igreja Batista de classe média alta, Igreja Batista Sião. A experiência de ser uma mulher negra numa igreja de branco de classe média. E diante do silêncio nas igrejas em relação a essas questões, mesmo em meio a uma efervescência do debate racial, na música dos anos 80 e 90 de movimentos em Salvador, de muitos blocos, e movimentos, mas na igreja você não via isso. Então ela assume, estrategicamente, ela fez um trabalho de pedagogia do cupim, um trabalho de base.

O relato de E4 descreve o perfil da Igreja Batista Sião no final dos anos 1990 e início dos anos 2000: uma igreja de classe média e média alta, composta por uma maioria de pessoas brancas e que, em conformidade com Lima (2005), seguia a postura geral da maioria das igrejas evangélicas brasileiras de não se ocupar com a discussão racial. Essa percepção se evidencia na frase: “diante do silêncio nas igrejas em relação a essas questões”. Essa fala é duplamente potente para a nossa análise, pois destaca a militância de Gicélia Gruz enquanto mulher negra e caracteriza as atividades desenvolvidas pelo CUXI como um trabalho de caráter estrategicamente pedagógico, e, ao mesmo tempo, caracteriza a postura geral das igrejas em relação à temática étnico-racial, da qual a Igreja Batista Sião não fugia a esse padrão.

A expressão “pedagogia do cupim” indica uma militância de dentro para fora, enquanto um trabalho iniciado dentro do contexto de uma importante denominação evangélica da cidade de Salvador, cidade que, na ocasião, estava vivendo uma dinâmica social marcada pelo surgimento e consolidação de diversos movimentos sociais, muitos deles ligados a religiões de matriz africana, a exemplo de blocos carnavalescos que reivindicavam igualdade, respeito e protestavam contra as desigualdades sociais. Contudo, na igreja, essa discussão não era comum.

Assim, a militância de Gicélia Gruz se notabilizou no debate público a partir do ano de 2012, por ocasião da Marcha Zumbi dos Palmares, conforme a entrevistada E3 (57a, Mestre em Educação):

[...] o CUXI surge em 2012 a partir de uma convocação que eu fiz com algumas pessoas provocando a participação do negro evangélico na Marcha Zumbi dos Palmares, que acontece no dia 20 de novembro, então a partir de 2012 a gente começa a chamar pessoas, até para trazer esse letramento o racial.

Assim, por ocasião desse evento organizado por entidades ligadas ao Movimento Negro Unificado (MNU), um grupo de pessoas evangélicas, liderado por Gicélia Gruz, foi mobilizado para participar da marcha. A partir daí, formou-se um grupo inicial. Assim nasceu o Coletivo Negro Evangélico em Salvador (CUXI). Nesse período, Gicélia escreveu um projeto intitulado *Educadores Evangélicos na Aplicabilidade da Lei 10.639* que, apresentado ao ministério da sua igreja, não teve apoio imediato.

Persistente, no ano seguinte, ela apresentou o projeto pela segunda vez e contou com o apoio do Pr. Walter Batista, à época presidente da Igreja Batista Sião. Sabendo da abertura de um Edital, Gicélia inscreveu seu projeto, venceu o edital e, assim, conseguiu a verba necessária para montar a estrutura e concretizar suas ideias em um evento marcante na história do movimento em Salvador: o 1º Seminário de Educadores Evangélicos na Aplicabilidade da Lei 10.639, realizado em novembro de 2013, reunindo cerca de 100 pessoas em um auditório anexo às dependências do templo da Igreja Batista Sião. Este projeto marca oficialmente o início da história das ações do CUXI enquanto coletivo negro evangélico em Salvador. A entrevistada E3 (57a, Mestre em Educação) comenta:

[...] aí o nosso projeto foi selecionado, houve uma verba ali, que a gente conseguiu montar uma estrutura incrível... Fiz esse projeto e convidei pessoas para a gente colocar esse projeto em prática, então o CUXI, ele surge com esse projeto, mas só foi realizado em 2013, em novembro de 2013. A gente se reúne na Igreja Batista Sião, o CUXI surge na igreja Batista Sião em 2012, em 2013 acontece o primeiro Seminário Educadores Evangélicos na aplicabilidade da Lei 10.639. (E3, 57a, Ma. em Educação)

A respeito do 1º Seminário, do ativismo de Gicélia Gruz e das ações do CUXI, encontramos respaldo na fala da entrevistada E1 (58a, Pedagoga): “Quando eu conheci o CUXI com a divulgação do primeiro seminário, entrei em contato com Gicélia e terminei fazendo parte da equipe organizadora.”

Aqui, podemos inferir que o surgimento do CUXI e a composição de seus membros e primeiras lideranças ocorreram no contexto da organização do seu 1º seminário. Isso evidencia uma característica do coletivo em relação ao caráter educativo dos movimentos sociais que, de acordo com Gohn (2012), acontece na própria dinâmica de suas ações, de forma orgânica, durante o planejamento, organização e implementação de cada evento, onde o sujeito aprende, como que forjado para o combate durante o próprio combate. A esse respeito, a fala de E1, que apresenta em tom de surpresa “entrei em contato e terminei fazendo parte da equipe organizadora”, evidencia o caráter acolhedor do coletivo e seu pronto potencial de engajar pessoas para sua equipe.

Ainda em relação ao caráter educativo, mais especificamente relacionado ao letramento racial, a fala da entrevistada E2 (54a, Psicóloga), membro do CUXI, indica a importância do coletivo na conscientização de seus membros:

[...] eu conheci Gicélia, Gicélia pra mim foi um presente, um presente de Deus, porque eu tenho aprendido muito com ela[...]e daí eu conheci o CUXI, através dela, mais voltado para as questões do povo negro. (E2, 54a, Psicóloga).

A fala de E2 nos permite perceber a especificidade do trabalho realizado pelo coletivo em relação ao ensino sobre as questões raciais relacionadas ao povo negro e, conseqüentemente, ao letramento racial. A afirmação presente na frase “eu tenho aprendido muito com ela” destaca e caracteriza o trabalho pedagógico, a importância e o impacto das ações educativas promovidas pelo coletivo. Essa é uma condição crucial para a aquisição do letramento racial, capaz de instrumentalizar as pessoas expostas a reflexões sobre a temática racial, para uma resposta individual ao racismo, de acordo com Schucman (2022). Nisto consiste o letramento racial.

Uma das características do CUXI é a sua articulação com os educadores, como destaca E4 (56a, Teólogo e Professor) a respeito de como o coletivo articula suas ações de letramento racial embasado na Teologia Negra, na Lei 10.639/03 e em temáticas contemporâneas como o feminismo negro. Assim, o CUXI desenvolveu-se:

A partir de um trabalho com a educação, isso vai produzir ali, o próprio letramento racial dela e vai produzir também o letramento de mulheres, pois é um grupo basicamente de mulheres negras de igrejas batistas e de outras igrejas e buscando uma hermenêutica negra, da Teologia Negra. Mas ainda tateando, porque a formação do Seminário não dava a ela esse conhecimento, então ela foi mesmo tateando essas discussões, uma coisa linda, fazendo os eventos, participando de eventos. Em contrapartida a sua experiência de mulher negra, foi fazendo essas discussões, acompanhando o debate da Lei 10.639/03, acompanhando as discussões sobre o lugar da mulher na sociedade, além da temática do feminismo negro, e ela vai se aproximando de autores e autoras. (E4, 56a, Teólogo e Professor)

Esse trecho da entrevista aprofunda a caracterização do Coletivo, destacando o ativismo de sua idealizadora, além da característica educativa de suas propostas e ações de letramento racial, não só na comunidade que o coletivo pretende alcançar, mas também nos seus próprios agentes. Reforça-se, assim, a percepção que tivemos ao analisar a fala da entrevistada E1 (58a, Pedagoga) no tocante a os

membros também serem letrados racialmente, pois, na medida em que trabalham e debatem sobre a temática racial, ocorre concomitantemente a organização e realização de eventos como o I Seminário, ocorrido em 2013.

A proposta do Seminário era discutir a relação entre professoras e professores cristãos e a aplicabilidade da Lei 10.639/03, que obriga o ensino de História e cultura africana, afro-brasileira e indígena em todo o sistema de ensino no âmbito da educação básica. De acordo com a fala do entrevistado E4:

Gicélia ganha protagonismo, pois, percebendo que esse debate na sociedade ganhava contorno, ela sentiu essa necessidade de fazer esse letramento racial dentro da igreja e, especificamente, a partir da educação, tentando influenciar educadoras e educadores cristãos para o letramento racial [...] ela pegou esse filão. Ela fazia esse trabalho de Escola Dominical, com os professores de Escola dominical nas igrejas, depois ela percebeu que ela tinha que ampliar isso para professores da Educação Básica de Salvador. (E4,56a, Teólogo e Professor)

Assim, com Gicélia Gruz à frente do CUXI, o coletivo enxergou uma demanda por letramento racial, na medida em que muitos educadores cristãos evangélicos se opunham à discussão racial nas escolas. De acordo com a fala da entrevistada E3 (57a, Mestre em Educação): “os evangélicos sempre foram tidos como aqueles que impediam a aplicabilidade da lei 10.639.” Podemos inferir que essa postura se dá devido à intolerância religiosa e, na perspectiva de Caldeira (2022), a uma visão enviesada sobre a cultura africana.

Desde a sua fundação, o CUXI tem como proposta ações de articulação entre professoras e professores cristãos e a aplicabilidade dessa Lei, que obriga o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena em todo o sistema de ensino no âmbito da educação básica. Podemos perceber que o coletivo enxergou uma demanda por letramento racial (Schucman, 2022) e conclamou a igreja a abrir as portas para fazer essa discussão.

A metodologia adotada pelo CUXI durante o seu primeiro seminário envolveu palestras, mesas-redondas, oficinas e uma base bíblica afrocentrada, destinada ao efetivo letramento racial dos participantes. Na sua grande maioria, eram professoras, cerca de 80%, mas o evento contou com a participação de pessoas de outras pertencas religiosas e da comunidade em geral. Outro fato que merece destaque, pelo seu simbolismo, é o evento ter sido realizado nas dependências da Igreja

Batista Sião, conhecida como o berço do tradicionalismo em Salvador. Ao abrir suas portas para a temática racial, a igreja contribuiu muito para o avanço das ações tanto do CUXI quanto de outros coletivos.

Em 2014, o CUXI realizou o seu 2º Seminário, conforme este trecho da entrevista de E3 (57a, Mestre em Educação), idealizadora e coordenadora do coletivo:

Em 2014 fizemos o segundo Seminário com um número menor de pessoas, mas também de uma questão que eu vou chamar de intelectualidade, já veio gente da Região Metropolitana, já veio gente de Candeias para poder participar, gestor de escola, sabe? [...] a galera disse: quem são essas pessoas aí?

O trecho evidencia o impacto das ações do coletivo no segmento evangélico de Salvador, notadamente entre pessoas maior nível intelectual, a exemplo de profissionais da educação, inclusive gestores escolares. Chama a atenção o fato de que durante esse segundo seminário a própria coordenadora percebe que o trabalho desenvolvido pelo coletivo já estava tomando corpo e adquirindo notoriedade entre os cristãos evangélicos de outros municípios da Região Metropolitana de Salvador, dado que emerge da expressão “a galera disse: quem são essas pessoas aí?”, exclamou E3 em tom de admiração e certa carga de emoção. Ainda sobre o II Seminário, continuou a entrevistada:

Já veio gente a presença de um Dr. Guineense, Jaílson Carlos, um africano de Guiné Bissau, e foi importante pois ele trouxe a fala de um africano, nós já havíamos adquirido mais maturidade e dizemos assim: nada sobre a África sem um africano, ele era da Assembleia de Deus e trouxe uma fala potente com relação a presença dos missionários brancos no continente africano. Nesse seminário tivemos um número menor de pessoas, mas com um nível intelectual mais elevado, com mestrado, doutorado. (E3, 57a, Ma. em Educação)

Aqui, há o reforço da caracterização do perfil intelectual dos participantes, além da ampliação da visibilidade e do alcance denominacional das ações do coletivo, pois contou com a participação de um palestrante internacional, Dr. Jaílson Carlos, pertencente à Igreja Assembleia de Deus, denominação até então não mencionada nas ações do CUXI. Mas o que podemos destacar na fala de E3 é o diálogo existente entre a proposta do seminário e os pressupostos do letramento racial, que, de acordo com Twine (2004) e Schucman (2022), levam em

consideração a descolonização do conhecimento e a valorização dos saberes da agência da cultura africana.

Ao afirmar “nada sobre a África sem um africano” (E3, Mestre em Educação), para além da maturidade alcançada pelo CUXI, esta narrativa expressa uma ação ativa de rompimento com a perspectiva eurocêntrica e colonial na construção do conhecimento sobre o continente africano e sua multiplicidade cultural. O letramento racial não se limita a reconhecer a existência do racismo, mas também a se desprender de narrativas distorcidas e buscar vozes autênticas capazes de promover a desconstrução de padrões hegemônicos de pensamento.

A fala de E3 enfatiza a presença de um Doutor guineense que, segundo a entrevistada, trouxe “uma fala potente com relação à presença dos missionários brancos no continente africano”. Isso exemplifica como o CUXI busca fazer uma reflexão que conteste a hegemonia do pensamento eurocêntrico ocidental, muitas vezes presente inclusive em contextos religiosos. Esse pressuposto é fundamental para o letramento racial, na medida em que promove uma compreensão mais precisa e respeitosa da história e da identidade negra. A fala de E3 apresenta a importância do reconhecimento da complexidade e da diversidade da experiência africana diante da colonização, a partir do ângulo de um intelectual evangélico africano.

A esse respeito, Monteiro (2023, p. 69), em sua análise sobre a relação da igreja com a colonização, destaca: “Aprender com os erros para não mais repeti-los é próprio da maturidade”. Considerando que durante o longo processo de colonização do continente africano, a presença dos missionários brancos deixou profundas marcas que precisam ser revisitadas a partir de narrativas não hegemônicas, necessárias para uma melhor compreensão da complexa experiência africana com o colonizador. O CUXI demonstra propor uma abordagem mais profunda do letramento racial, que abrange as intersecções de raça, nacionalidade e fé.

Esse trecho da entrevista de E3 é revelador de que o CUXI não apenas reconheceu a importância de incluir uma voz africana no evento, mas o fez com intencionalidade pedagógica, numa evidente demonstração de ação política (Lima,

2005). A afirmação “nada sobre a África sem um africano” representa aqui mais do que a utilização de um *slogan* comumente propagado no contexto dos movimentos sociais negros, mas demonstra o reconhecimento do protagonismo epistemológico africano, frequentemente negligenciado pela tradicional postura eurocêntrica acadêmica. Ao convidar o Dr. Jailson Carlos, o CUXI se posiciona ativamente contra a hegemonia de narrativas externas à África, que são historicamente construídas a partir do olhar do colonizador.

A análise do trecho nos faz pensar em uma prática de letramento aliançada com os princípios do letramento racial crítico, em conformidade com De Jesus Ferreira (2014), pois faz a crítica e oferece uma revisão da história a partir do olhar do colonizado. Isso ressoa diretamente com a perspectiva de Monteiro (2023), que fala sobre a maturidade de “aprender com os erros”, ou seja, é um convite à revisitação da história e da experiência cristã negra sob novas perspectivas, ampliando o letramento racial evangélico de forma interseccional. Essa ação de convidar o africano evangélico negro para palestrar no II Seminário representa um movimento estratégico para desafiar padrões epistêmicos hegemônicos de dentro para fora, promovendo a decolonização do pensamento teológico, caracterizando uma prática de letramento racial.

A observação feita por E3 de que o seminário teve um “nível intelectual mais elevado, com mestrado, doutorado” também sugere que as propostas e ações de letramento racial promovidas pelo coletivo não são superficiais, mas buscam aprofundamento crítico e acadêmico robusto e eficiente em relação às questões raciais.

O evento contou com a presença de lideranças eclesiais, do governo do Estado e da sociedade civil, além da participação de Hernani Francisco, escritor e palestrante de representação nacional no Movimento Negro Evangélico.

O II Seminário ocupou muitos espaços físicos da estrutura do prédio da Igreja Batista São. Além do santuário, foram utilizadas salas anexas. A abertura do evento aconteceu numa sexta-feira à noite no santuário (auditório principal), enquanto outras dependências do prédio abrigaram atividades do evento, como as oficinas, por exemplo. Esse segundo seminário atraiu pessoas evangélicas de nível

intelectual mais elevado e interessadas na questão étnico-racial, seguindo as propostas descritas em dois trechos da fala da entrevistada E3 (57a, Mestre em Educação):

[...] então, a proposta do Seminário foi apresentar a história e cultura da África a partir da Bíblia, a proposta foi apresentar o continente africano a partir de uma leitura bíblica afrocentrada, no sentido de mostrar historicamente o lugar da África na Bíblia. Então realizamos três oficinas, onde falamos sobre como mostrar os aspectos bíblicos do Antigo e Novo Testamento, mostrando a presença do continente africano nos relatos bíblicos.

Tais propostas dialogam com os princípios defendidos pela Teologia Negra e a afrocentricidade, em conformidade com Caldeira (2023), que defende uma interpretação bíblica não hegemônica, a partir de uma hermenêutica que traga no seu discurso uma mensagem positiva e libertária, capaz de fortalecer a identidade do povo negro e contribuir para o enfrentamento ao racismo e a todas as formas de opressão contra seus corpos numa perspectiva afrocêntrica, que leva em consideração a interpretação dos textos bíblicos descarregados de pressupostos racializados e etnocêntricos.

Essa afrocentricidade apresentada na narrativa de E3, transcrita abaixo, constitui-se em uma mudança de olhar em relação aos textos e narrativas bíblicas, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento, buscando evidenciar, historicamente, a importância da África e dos personagens africanos na narrativa bíblica, o que contribui seguramente para o letramento racial no segmento evangélico. O segundo trecho da entrevista destaca a proposta metodológica, o *como fazer* desse debate no contexto da igreja:

[...] tivemos uma outra oficina sobre Literatura afro-brasileira, ministrada pela professora MS Elba Oliveira e tivemos uma terceira oficina sobre como trabalhar a identidade e a autoestima da criança negra em sala de aula, a partir também de relatos bíblicos. fizemos essa formação para professores e professoras e lideranças evangélicas.(E3,57a, Ma. em Educação)

Aqui é evidente a estratégia de trabalho formativo por meio de oficinas, objetivando o fortalecimento da autoestima e da identidade, reflexão presente nos estudos de Hall (2003), que caracteriza a contemporaneidade como uma temporalidade marcada pela necessidade de diálogos e negociações constantes

entre as diversas identidades presentes no tecido social. Assim, o trabalho desenvolvido pelo CUXI com os professores, professoras e lideranças evangélicas, através das oficinas, é um exemplo de ação educativa antirracista contemporânea e letramento racial.

Isso fica evidenciado quando fazemos um paralelo entre os pressupostos da Teologia Negra e da afrocentricidade, conforme Caldeira (2023), e os do letramento racial, na perspectiva de Twine (2006) e Schucman (2022). Percebemos que ambas as abordagens surgem na contemporaneidade como formas de resistência ao pensamento eurocêntrico das relações e do conhecimento, promovendo a centralidade da experiência negra, questionando o conhecimento de raiz eurocêntrica, apresentando uma perspectiva de libertação, estimulando a produção de conhecimentos direcionados a responder às demandas da população negra, reconhecendo o racismo como um fenômeno atual e não apenas como um legado histórico, e posicionando-se de forma contrária ao racismo e a outras formas de opressão na busca de sua superação.

Desde 2014, o CUXI vem se apresentando como uma voz ativa no cenário evangélico e social de Salvador, defendendo uma agenda que versa sobre o enfrentamento ao racismo, às desigualdades sociais, à intolerância religiosa e a leitura afrocentrada da Bíblia como instrumento de fortalecimento da autoestima, valorização do povo negro e promoção da justiça social. Além disso, desenvolve ações e eventos de letramento (Souza, 2018) regulares relacionadas à formação de professores evangélicos e não evangélicos.

Em 2015, o Seminário “Lideranças Evangélicas dialogam sobre a Lei 10.639” ocorreu num tradicional teatro de Salvador, o Espaço Xisto Bahia, no bairro dos Barris. Entre os convidados, estavam algumas lideranças religiosas evangélicas e não evangélicas e também “gente de terreiro” (pessoas que praticam o candomblé), conforme anunciou a coordenadora e idealizadora do coletivo.

Ainda em 2015, o coletivo realizou um evento no dia 25 de maio, que é o Dia da África e da Diáspora. Foi também um evento muito potente, que aconteceu no

Sindicato dos Metalúrgicos. Segundo Gicélia Gruz, o movimento entra numa fase itinerante. Em 2016, realizou um seminário na Faculdade Batista Brasileira, que reuniu pessoas de Salvador e Região Metropolitana, tendo como um dos palestrantes o teólogo afro-estadunidense Dr. Allen Dwight Callahan (PhD em Teologia) e Jorge Nery, também teólogo e professor do Seminário Batista do Nordeste.

Seguindo uma militância marcada pela regularidade de ações, o CUXI participou do 1º Encontro de Mulheres Negras Evangélicas, evento promovido em parceria com a Igreja Universal, que contou com a presença de aproximadamente 500 mulheres no Hotel Fiesta, em Salvador.

Em 2021, o coletivo criou um Grupo de Estudos no WhatsApp durante a Pandemia de COVID-19, na modalidade *online*. Para esta ação, conseguiu trazer Doutores e Pós-Doutores, a exemplo da Dr<sup>a</sup> Valdenice e Raimundo [sic] e da Dr<sup>a</sup> Patrícia Rufino da Universidade Católica de Pernambuco, para falar sobre Frantz Fanon na perspectiva do segmento evangélico, discutindo sobre como o negro evangélico pode ser visto a partir do livro *Pele Negra Máscaras Brancas*, como relata a entrevistada E3:

[...] o CUXI teve, por exemplo, em 2021, nós tivemos o nosso Grupo de Estudos. Surgiu durante a Pandemia, na modalidade online e a gente conseguiu trazer doutores e pós doutores para falar de Frantz Fanon na perspectiva do segmento evangélico, Como o Negro Evangélico ele pode ser visto aa partir do livro pele Negra, Máscaras Brancas de Frantz Fanon. (E3,57a, Ma. em Educação)

A iniciativa do coletivo em criar um grupo para estudar a obra seminal de Frantz Fanon, texto de grande relevância para a compreensão dos efeitos psicológicos do racismo em diversos contextos institucionais, demonstra sua intencionalidade. A análise sobre como o colonialismo marcou a vida e a autoestima da população negra nos diversos países que sofreram com o processo de colonização, deixando como consequência uma visão distorcida da autoimagem do negro com reverberações em diversos aspectos, seja psicológicos, nos relacionamentos e até mesmo na sexualidade e afetos, sendo a raiz do que Fanon (2008) classificou como uma espécie de psicopatologia capaz de alienar os

indivíduos negros, provocando a autorrejeição tanto da sua imagem quanto das suas origens e tradições culturais.

Essa autorrejeição faz com que as pessoas negras das sociedades que sofreram processos de colonização valorizem e adotem padrões culturais e estéticos dos colonizadores, exemplificado pela metáfora da "máscara branca", usada por Fanon para explicar o fenômeno no qual os negros, muitas vezes inconscientemente, desejam se tornar brancos para que possam ser aceitos em determinados complexos sociais.

Ao trazer essa temática para o grupo de estudos, o CUXI promove um letramento que vai de encontro a uma cultura eclesial normalmente alinhada com os valores culturais e estéticos eurocêntricos, provocando, assim, a possibilidade de ruptura, de um novo olhar para as questões raciais, a partir de um prisma histórico com consequências psicológicas. Essa visão só é possível a partir do estudo aprofundado das relações étnicas e raciais. A ação do CUXI demonstra uma clara intencionalidade no aprofundamento e na disseminação do conhecimento e da educação antirracista entre seus membros, utilizando diversos espaços de influência, como grupos no WhatsApp, conforme Pinheiro (2023, p. 146).

Outra ação interessante promovida pelo coletivo durante a Pandemia foi o que a entrevistada E3 classificou como o "braço social do CUXI":

[...] então em 2020 a gente começa a distribuir cestas básicas em Salvador, várias pessoas depositando dinheiro, inclusive o CUXI foi indicado para receber uma verba que vinha da Austrália, eles estavam procurando um grupo responsável, sério e indicaram o CUXI, essa verba nós recebemos quase 8 mil Reais. Aí, fechando essa questão da Pandemia, foram 120 famílias que foram sustentadas com cestas básicas, brinquedos para crianças. (E3,57a, Ma. em Educação)

Esta ação voltada para a população mais vulnerável durante a crise sanitária que assolou o país e o mundo, embora não se constitua numa proposta de caráter educativo formal, é relevante para a história do coletivo, na medida em que dialoga com as demandas do povo negro, parcela mais sensível às desigualdades sociais e mais fragilizada pela pobreza. Assim, entendemos que a mobilização do CUXI na

direção de dar uma resposta às necessidades de famílias durante a pandemia relaciona-se reflexivamente com a percepção das desigualdades sociais adquirida durante o processo de letramento racial, fomentado e adquirido por seus membros.

Após o período pandêmico, em que as atividades presenciais estavam suspensas por força de lei, o coletivo retomou suas atividades presenciais no ano de 2023, com um evento em comemoração aos seus 10 anos de existência. O encontro ocorreu num dos auditórios da Igreja Batista Sião, igreja onde o coletivo nasceu. Neste encontro, estivemos presentes enquanto observadores participantes, o que foi uma oportunidade importante para estreitar e fazer novos contatos com possíveis colaboradores para a pesquisa.

Esse breve histórico e caracterização das propostas e ações do CUXI permitem-nos observar que estas se concentram, fundamentalmente, em eventos de formação de professores, principalmente cristãos evangélicos, e de pessoas interessadas na temática étnico-racial e em questões relacionadas à intolerância religiosa. Seu diferencial é a sua abordagem: partindo da Lei 10.639/03, o coletivo enxergou uma demanda real (a dificuldade de professores evangélicos lidarem com a história e cultura afro-brasileira) e, diante disso, posicionou-se oferecendo formação específica, através de uma metodologia própria, que extrapola o debate e a militância verbal, propondo eventos de formação e letramento racial amparados na história e cultura afro-brasileira e na leitura afrocentrada da Bíblia, abordagem que encontra respaldo na Teologia Negra (Cone, 2020).

Em suma, o CUXI é um coletivo negro evangélico que atua desde 2013 com a "Pedagogia do Cupim". O grupo organiza eventos como seminários, rodas de conversa, grupos de estudo e *lives* no Instagram para discutir questões étnico-raciais em um contexto religioso que tradicionalmente tem pouca abertura para o tema. Ao longo de mais de uma década, suas ações têm influenciado o debate étnico-racial tanto no segmento evangélico de Salvador quanto na sociedade em geral.

Além de estar atento às demandas sociais relacionadas à população negra de Salvador, a exemplo de sua notável atuação na distribuição de cestas básicas e auxílio a famílias durante a Pandemia de COVID-19, seu singular trabalho na formação de educadores cristãos negros para a aplicabilidade da Lei 10.639 merece

destaque, dada a sua contribuição para a educação dentro e fora do contexto religioso. Seu ativismo embasado nos princípios da Teologia Negra contribui para uma leitura dos textos bíblicos a partir de uma perspectiva afrocentrada, mostrando que é possível romper com estruturas do conhecimento enraizadas no eurocentrismo, apontando-nos caminhos para uma sociedade estruturada em bases mais próximas da realidade afro-brasileira e potentes para projetar futuros sociais a partir de múltiplos letramentos (Kalantzis e Cope, 2020), a exemplo do letramento racial.

#### **4.3 História e Caracterização das propostas e ações de letramento racial do MNE-Bahia**

Antes de analisar as propostas e ações de letramento racial promovidas por este coletivo, consideramos relevante localizá-lo historicamente. O MNE-Bahia pode ser compreendido como a continuidade do movimento iniciado pelo ativismo direto de seus precursores: Marco Davi de Oliveira (RJ), Hernane Francisco (SP) e Walter Passos (BA). Os três possuíam grande projeção nacional no início da década de 2000; os dois primeiros se destacaram, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e em Recife, enquanto Walter Passos desenvolvia seu protagonismo e militância no estado da Bahia.

Num contexto mais amplo, a origem do movimento tem como referência o ano de 2003 e o II Congresso Brasileiro de Evangelização, de acordo com a fala do entrevistado E8 (57a, Pastor), um dos fundadores da sigla MNE-Brasil enquanto coletivo nacional:

[...] enquanto movimento, nós tivemos o Congresso Brasileiro de Evangelização II em 2003 e, nós levamos para esse congresso, quando eu digo nós, quero dizer eu e o Hernane Francisco, que era um jovem senhor que falava das questões raciais de São Paulo, eu sempre observando, mas não estava ligado a ele. Aí, um dia a gente se encontrou e a gente então fez um manifesto às igrejas evangélicas históricas, pedindo que elas fizessem uma celebração, um culto pedindo perdão pela omissão e pelo apoio à escravização no Brasil, desse manifesto, a única que atendeu ao pedido foi a Igreja Anglicana, que fez uma cerimônia e documentou mesmo um pedido de perdão.

De acordo com a fala de E8, com o objetivo de fomentar a discussão étnico-racial nacionalmente no contexto evangélico, inicia-se a organização identificada pela sigla MNE-Brasil, que nasce da percepção da postura omissa das igrejas

evangélicas históricas em relação à escravidão e seus desdobramentos no tecido social, percepção que encontra respaldo em Lima (2005) e reforço nos estudos de Piper (2012). Assim, por meio da mobilização de lideranças na busca por fomentar a discussão étnico-racial no segmento evangélico, tem início uma organização nacional, identificada pela sigla MNE-Brasil, com o objetivo de colocar os evangélicos no centro dessa temática contemporânea. Assim:

[...] a ideia era que o movimento fosse um instrumento ministerial, até um instrumento de Deus para o letramento racial evangélico. No início a ideia era que o Movimento Negro fosse um movimento paralelo, mas que fosse direcionar-se para a igreja para ajudar a igreja ser antirracista. Não necessariamente sendo um braço da igreja, não iria tirar a autonomia da igreja, mas a intenção era fazer com que as igrejas que a gente conseguisse se aproximar fosse um lugar em que a gente conseguisse fazer crescer nessa área.(E8,57a, Pastor)

A fala de E8 evidencia que, desde o início das suas atividades, o movimento tinha como proposta principal promover o "letramento racial evangélico" nas igrejas a partir de uma liderança nacional. Assim:

[...] a ideia era criar um Movimento Negro Evangélico (MNE-Brasil), que funcionasse enquanto guarda-chuva dos outros, só que eu percebi muitos melindres entre nós, muita dificuldade em unificar, então a gente continuou criando vários Movimentos Negros Evangélicos nos Estados. Recife foi o primeiro, depois em São Paulo, Salvador, depois foi criado. Nós criamos os núcleos e as coordenações, e eram interdependentes, aí depois a gente criou as coordenações dos Estados, dois representantes de cada Estado, aí se criou uma coordenação nacional. Eu estava criando a sua coordenação, mas era mais um coordenador entre eles. (E8, 57a, Pastor)

Desse trecho emerge a dificuldade em se criar um movimento unificado. Isso se deve ao caráter historicamente descentralizado do MNE num sentido mais amplo, respaldado por Oliveira (2021), na medida em que a dificuldade de unificação gera a coexistência de diversos coletivos ativos espalhados pelo território nacional, independentes entre si, com dinâmicas e metodologias próprias, porém compartilhando das mesmas inquietações em relação à temática racial. Ainda assim, em meio à dificuldade de unificar as ações, o MNE-Brasil, de acordo com este trecho da fala do entrevistado E8 (57a, Pastor): “Durante o tempo em que eu estava criamos 10 núcleos do MNE-Brasil”, entre eles o MNE-Bahia:

[...] No Brasil são 10 coletivos que compõem o MNE Brasil, sendo, na região Nordeste, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Bahia, e Sergipe, sendo o mais novo em fase de estruturação. No Sudeste, a gente tem em todos os Estados do Sudeste, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo e no Sul, nós temos no Paraná, então ao todo nós somos 10 núcleos.

Os trechos das entrevistas evidenciam que o MNE-Brasil não se consolidou enquanto entidade "guarda-chuva" que agregasse o conjunto dos demais coletivos ativos no Brasil. De acordo com Oliveira (2021), ocorreram dissidências entre as lideranças do Sul e Sudeste, e o ativismo negro evangélico na Bahia acabou ficando sob a liderança de Walter Passos, por meio do CNNC (Conselho Nacional de Negras e Negros Cristãos), o que ocasionou a descontinuidade da atuação do MNE no estado da Bahia por aproximadamente nove anos.

Durante esse período, Hernane Francisco direcionou seus interesses para outros projetos, consolidando seu ativismo na Rede Afrokut. Walter Passos, por sua vez, continuou sua atividade e militância voltadas para o Panafricanismo.

Em 2017 o MNE-Brasil, liderado por Marco Davi de Oliveira, que se propôs a reorganizar a sigla, fortalecendo as coordenações já existentes, ampliando suas atuações no cenário evangélico e fomentando a criação de outros coletivos<sup>32</sup>. Foi nesse contexto que o MNE-Brasil retomou suas atividades no estado da Bahia, reconfigurando o MNE-Bahia, enquanto coletivo em atividade com expressão nos municípios de Camaçari e Salvador.

Por razões ligadas ao recorte e ao objeto desta pesquisa, que reside em analisar as ações dos coletivos em atividade em Salvador no que respeita às práticas de letramento, não trataremos das ações realizadas pelo coletivo de Camaçari. A partir deste ponto, passaremos a caracterizar o MNE-Bahia no contexto de suas atividades no município de Salvador. Para facilitar a análise, não mais utilizaremos o termo genérico Movimento Negro Evangélico (MNE), e sim a sigla MNE-BA para nos referirmos às propostas e ações de letramento racial promovidas por este coletivo.

---

<sup>32</sup> Marco Davi, já não mais atua diretamente no MNE-Brasil. Atualmente, dedica-se a um outro movimento: a Frente de Evangélicos Pelo Estado de Direito (FEED).

Feita essa breve contextualização histórica, passaremos a caracterizar e analisar as propostas e ações de letramento racial do MNE-Bahia.

De acordo com a entrevistada E6 (33a, Professora de História), uma das coordenadoras do MNE-Bahia, o coletivo constitui-se num núcleo do MNE-Brasil no estado da Bahia, atuando principalmente nas cidades de Salvador e Camaçari. Fundado em 2003 e oficialmente retomado e reestruturado em julho de 2018 (após um período de menor atividade na cidade). Assim:

[...] quando chegou ali em 2017, ele começa a ser retomado em Camaçari, de forma mais forte, não foi nem em Salvador, e aí em julho de 2018 é que tem uma reunião oficial, que é para convocar quem quer fazer parte mesmo, assim da coordenação, em julho de 2018 teve uma reunião no espaço da Igreja Luterana em Salvador, e é onde a gente, de fato, estruturado retoma as atividades. (E6, 33a, Professora de História).

O coletivo opera subordinado a uma liderança horizontal e colegiada, diferente do modelo inicial que era mais, mais centralizado,

[...] nós não funcionamos mais nesse modelo de uma pessoa só liderar, como era com o Pr. Marco Davi. Hoje nós somos uma horizontalidade, a liderança é horizontal, a liderança é colegiada, todos os núcleos têm representação e todos eles têm o mesmo voto, a mesma voz, é a maioria mais nas decisões, então nós coordenamos assim. (E6, 33a, Professora de História).

Do ponto de vista organizacional, o MNE-Bahia, que já teve uma liderança centralizada, atualmente é uma organização que segue um modelo de liderança colegiada e, apesar de vinculado ao MNE-Brasil, possui uma coordenação local e com autonomia para desenvolver suas atividades e demandas próprias em diálogo com a agenda nacional do movimento, conforme destacado na fala da entrevistada E7 (34 anos, Design Gráfico), uma das coordenadoras do núcleo:

A gente segue a coordenação Brasil, mas cada um, a partir da demanda, né? Se algumas pessoas que acompanham as atividades do MNE, demandam uma atividade nossa, ou demandam um movimento assim de grupo, como um grupo de estudos... depende da demanda, mas a gente busca estar em ambientes de política aqui em Salvador e também tem grupos da comunidade negra aqui de Salvador. A gente teve a demanda de necessidade de grupo de estudos, as pessoas queriam saber mais, então a gente vai fazendo isso, então foi muito de demanda. Mas também seguimos as orientações do MNE Brasil.

Assim, o núcleo atua fomentando o letramento racial tanto dentro quanto fora das igrejas por meio de diversas atividades relacionadas com as demandas locais da comunidade negra de Salvador. Suas principais atividades incluem a participação em debates políticos, a formação de grupos de estudos e a criação de eventos em parceria com igrejas, como a Presbiteriana da Aliança, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a temática racial dentro e fora do ambiente religioso.

Como estratégia de alavancar recursos para a implementação de suas propostas e ações, o MNE-Bahia participa do projeto Martin Luther King que, de acordo com E7 (34a, Design Gráfico), integrante da coordenação do MNE-Bahia, em entrevista, explica:

[...] é um projeto que busca arrecadar fundos para a realização das atividades do movimento, para que a gente tenha pessoas que trabalhem para o Movimento Negro Evangélico. Então as pessoas que coordenam os núcleos estaduais, elas também coordenam esse projeto. É um projeto que basicamente busca a arrecadação, organiza a participação em editais, patrocínio, para que a gente tenha pessoas dedicadas a trabalhar com o movimento. O projeto busca fazer parcerias com outras instituições, como ONGs etc.

Com financiamentos advindos do projeto, o núcleo desenvolve atividades de enfrentamento ao racismo, ao preconceito, à discriminação, à intolerância religiosa e à reprodução de teologias eurocêntricas, firmando suas bases na Teologia Negra, que interpreta os personagens bíblicos como não brancos e que, em conformidade com teólogos negros como Cone (1985), posiciona Jesus ao lado dos oprimidos e necessitados. Essa base teológica é expressa na fala das entrevistadas E6 (33a, Professora de História) e E7 (34a, Design Gráfico), ambas coordenadoras do coletivo, quando questionadas sobre a linha teológica seguida pelo MNE-Bahia na realização das suas propostas e ações:

Foi com base teológica que eu acabei citando lá no começo alguns, como James Cone, Ronilson Pacheco, Gicélia Cruz, Donizete Bueno, Cleusa Caldeira, Pr<sup>a</sup> Cacá, da Igreja Metodista. Então, são esses que são mais velhos e que tem um caminho nessa Teologia Negra para que hoje a gente possa estar acessando bases teológicas e também sociológica, a gente tem também os clássicos como Fanon, Sueli Carneiro, Lia Vainer, então a gente tem essa base filosófica e também teológica e dialogamos com eles. (E6, 33 anos, Professora de História)

Os pressupostos da Teologia Negra, quando colocados em diálogo com os princípios da Teoria Crítica da Raça (TCR) e do Letramento Racial, ajudam-nos a

compreender as bases conceituais que norteiam a dinâmica de atuação no que diz respeito às propostas e ações do MNE-Bahia na sua militância contra o racismo a partir dessas epistemes.

Dessa forma, há, nas propostas e ações do coletivo, uma forte presença dos princípios norteadores do letramento racial, que encontram respaldo na perspectiva de Twine (2004) e Schucman (2022). Estes definem esse conceito como uma possibilidade de resposta individual ao racismo a partir do acesso a conhecimentos que proporcionam aos indivíduos a percepção de novas formas de ver e interpretar realidades sociais marcadas pelas consequências de um sistema de opressão racial que não ficou no passado, mas faz parte da nossa história cotidiana.

Esses princípios encontram-se em consonância com os pressupostos básicos da Teoria Crítica da Raça (TCR) que, na concepção de Delgado e Steffancic (2021), compreende a ideia de que o racismo não é uma exceção, mas sim uma regra, pois está naturalizado na estrutura das relações, dificultando o seu enfrentamento, a compreensão da raça como categoria socialmente construída e a convergência de interesses da elite branca, interessada em se manter em posição de dominação.

Ambas as abordagens buscam questionar os discursos dominantes sobre raça, combater o racismo e promover a valorização da diversidade racial. Partem dos fundamentos hermenêuticos da Teologia Negra baseada nos estudos de Cone (1985), que foca a reflexão sobre a experiência religiosa protestante a partir de sua agência na direção dos oprimidos, do enfrentamento das injustiças e do combate ao racismo no interior das igrejas. Apresentam como objetivo conscientizar as pessoas sobre o impacto do racismo e capacitá-las a agir de forma antirracista.

Assim, a análise da fala de E6 (33a, Professora de História): “a gente tem também os clássicos como Fanon, Sueli Carneiro, Lia Vainer, então a gente tem essa base filosófica e também teológica e dialogamos com eles” além de demonstrar esse diálogo conceitual com a teoria, justifica a prática do letramento

racial nas propostas e ações promovidas pelo coletivo. Isso fica evidente quando voltamos nosso olhar para os autores citados espontaneamente pela entrevistada. Dessa forma, podemos afirmar que o arcabouço teórico norteador das ações do

MNE-Bahia ampara a formatação metodológica das suas propostas e ações de letramento racial. Isto posto, a partir daqui, passaremos a analisar especificamente as principais propostas e ações de letramento racial promovidas pelo coletivo.

As primeiras ações mapeadas a partir das entrevistas foram as reuniões e encontros (presenciais e *online*) que incluem momentos de oração, reflexão bíblica com perspectiva afrocentrada e discussões sobre temas como o genocídio da população negra e racismo ambiental. No tocante ao racismo ambiental, vemos uma pauta que encontra respaldo nos estudos de Löwy (2004) sobre a importância de discussões contemporâneas relacionadas às questões ambientais, ecológicas e sociais.

A temática ambiental constitui-se numa das possibilidades de fazer os evangélicos refletirem sobre as questões climáticas sob uma perspectiva política, considerando que a população negra, que mora principalmente nos bairros periféricos dos grandes centros, é a que mais sofre com enchentes e outras catástrofes ambientais. E6 (33a, Professora de História) argumenta que: "A pauta climática ainda não foi cooptada, não se tornou ainda, assim, ponto de discórdia para a igreja, ainda é algo que as igrejas ainda se preocupa com a criação." Essa fala indica a dificuldade de se discutir determinadas temáticas sociais nas igrejas evangélicas e aponta que a pauta ambiental ainda não foi cooptada por concepções políticas e ideológicas, como a temática racial, por exemplo.

O que a torna, estrategicamente, uma temática eficiente para a aproximação do coletivo com as igrejas e, a partir daí, fomentar a discussão sobre outras temáticas sociais, principalmente as raciais. Isto posto, passamos a analisar esta ação descrita pela entrevistada E6 (33a, Professora de História):

[...] a gente faz um evento num local público aqui de Salvador, como, Parque da Cidade e Cristo da Barra, geralmente lugares que tenha um verde, a natureza para que a gente possa tá ocupando aquele espaço de maneira que a gente possa pensar na criação, refletir, tá ali juntos. A gente já teve na Escola Dominical da Igreja Presbiteriana Unida e na Igreja Presbiteriana da Aliança, que é a que eu congrego, para falar da temática, para falar de racismo ambiental, então assim, depende da demanda que chega pra gente, da igreja ou de algum grupo.

Vemos neste trecho que o MNE-Bahia desenvolveu ações ligadas à Escola Bíblica Dominical nas igrejas Presbiteriana Unida e Presbiteriana da Aliança, demonstrando que o racismo ambiental é um tema com boa aderência nessas denominações e que pode funcionar como porta de entrada para outras discussões sociais no interior desta e de outras igrejas potencialmente atendidas pelo núcleo na cidade de Salvador.

Numa outra direção, podemos pensar, ainda a partir da fala de E6, sobre as dificuldades enfrentadas pelo coletivo devido a questões ligadas ao alinhamento político e ideológico que historicamente envolve o segmento evangélico, pois tais alinhamentos acabam por rotular determinadas pautas como sendo debates militantes e ideológicos de esquerda. Esse pensamento é reforçado pela fala do entrevistado E5 (39a, Pastor):

Majoritariamente as igrejas têm uma tendência mais alinhada à direita, principalmente suas lideranças. E, aí já cola que se você está pautando a questão racial você já é tachado de comunista." Essa é uma das principais dificuldades em articular fé evangélica com a luta antirracista.

Assim, ao abordar o racismo ambiental, temática mais palatável ao segmento evangélico, na sua maioria, ligado política e ideologicamente, inclusive, a partidos direita, mostra-se uma estratégia eficiente como porta de entrada para outras reflexões sociais. Pois, um dos desafios do enfrentamento ao racismo nas igrejas é exatamente o seu discurso, na maioria das vezes interpretados por pastores e lideranças evangélicas mais conservadoras, como mera militância política progressista ou de esquerda, interpretação esta, que contraria a visão de Monteiro (2023), para quem o racismo deve ser tratado entre os evangélicos como um grave pecado que fere os dois grandes mandamentos de Cristo.<sup>33</sup>

Isto quer dizer que para além de questões ideológicas ou políticas o enfrentamento ao racismo é uma questão de justiça social, porém esse debate acaba sendo interpretado e reduzido a mera questão de militância política e ideológica, gerando resistência às propostas e ações do movimento negro evangélico como um todo, o que dificulta a penetração dos coletivos em

---

<sup>33</sup> Mateus 22:37-39 Respondeu-lhe Jesus: Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo.

determinadas comunidades religiosas e igrejas, cujo as lideranças são mais conservadoras.

Para enfrentar o desafio de tornar o debate racial mais aderente ao segmento evangélico mais ortodoxo e conservador E5 (39a, Pastor) sugere mudanças na metodologia dos coletivos na promoção de suas propostas e ações, principalmente na linguagem, e argumenta:

[...] é difícil você mobilizar alguém que diz que tem a verdade, né? Do lado oposto também é a mesma coisa. Mas, o que a gente chama de ortodoxia, mas que talvez possa haver lá fundamentalismo, nesse caso não tende a escutar, mas um caminho talvez seja cuidar da linguagem, a gente precisa ter o desafio de transpor a linguagem para que a gente se aproxime.

Diante do exposto, a análise que se faz é de que a estratégia de trabalhar temáticas como o racismo ambiental contribui para o letramento racial, pois contextualiza o debate com a cosmovisão bíblica a partir da narrativa da criação<sup>34</sup>, essa estratégia ficou evidente na intencionalidade metodológica descrita na fala de E6 (33a, Professora de História) ao explicar a realização de eventos em espaços públicos ao ar livre, a exemplo do Parque da Cidade *“ocupando aquele espaço de maneira que a gente possa pensar na criação, refletir, tá ali juntos”* Essa reflexão ambiental abre espaço para o debate sobre o racismo ambiental e suas consequências para a população negra, que compõe a maioria dos membros nas igrejas evangélicas (Oliveira, 2015), configurando-se, portanto, como uma ação de letramento racial.

Além disso ao mesmo tempo que se mostra estrategicamente eficiente e mais aderente ao segmento religioso evangélico por apresentar uma linguagem menos carregada ideologicamente, conforme sugere a fala de E5 (39a, Pastor) *“do ponto de vista estratégico mesmo, a gente vai precisar de humildade e vai precisar de uma nova gramática para que a gente encontre esses pontos de convergências.”*

Interpretamos tais pontos de convergências sinalizados por E5 como pontes para a possibilidade do debate racial entre o coletivo e o seu público alvo: cristãos evangélicos e igrejas. Pois, a importância da atuação evangélica para a superação das injustiças sociais é de grande relevância, haja vista o seu crescimento no país

---

<sup>34</sup> A Criação, refere-se ao relato bíblico registrado no livro de Gênesis, Cap. 1

(passaram de 21,7% da população em 2010 para 26,9% em 2022)<sup>35</sup> Esse crescimento amplia a necessidade de ações de letramento racial, por parte dos coletivos, de modo que encontrar caminhos para um diálogo mais amistoso e a convergência de ideias constitui-se num desafio que pode ser enfrentado com estratégias e ações formativas, a exemplo da Escola de Justiça Racial.

De acordo com a fala de E6 (33ª, professora de História):

[...] a Escola de Justiça Racial faz parte do Projeto Martin Luther King, teve de forma online, a princípio, aí depois teve presencial nos Estados do Rio de Janeiro, capital e em Pernambuco, que foi em Recife. E aí nós quisemos trazer para cá, aí teve aqui em Salvador, em João Pessoa, na Paraíba, teve em Vitória de Espírito Santo. Esse curso começou virtual, mas depois passou a ser presencial e já teve em quase todos os núcleos, aqui em Salvador foi em novembro de 2023, ano passado e tiveram, em média 50 participantes, foi na Igreja Presbiteriana da Aliança.

Essa é uma das ações que compõem a agenda nacional do MNE-Brasil e que o núcleo tem realizado em Salvador. Trata-se de um evento formativo realizado nos 10 núcleos espalhados pelo país. Em Salvador ocorreu em novembro de 2023 na Igreja Presbiteriana da Aliança e contou com a participação de 50 pessoas.

A Escola de justiça Racial proporciona o letramento racial entre seus participantes, pois reúne pessoas durante encontros específicos, que podem ocorrer presencial ou remotamente (online), para trabalhar, educativamente e gratuitamente, temas relacionados a intolerância religiosa, racismo estrutural, teologia negra, justiça social entre outros.

Esta iniciativa tem como objetivo articular a as demandas da comunidade negra com a fé cristã, capacitando os participantes a se tornarem agentes de transformação e enfrentamento ao racismo nas suas comunidades. Esse potencial transformador é uma das características da abordagem do letramento racial de acordo com Twine (2004), para quem pessoas que adquiriram letramento racial, são capacitadas a posicionarem-se frente ao racismo e seu enfrentamento, tornando-se agentes de transformação social.

A iniciativa encontra respaldo nos estudos de Souza (2011) quando explicita que os letramentos singulares praticados por determinados grupos, no caso da sua

---

<sup>35</sup> UOL, Estadão- SP. Disponível em:<

pesquisa, grupos de hip-hop, permitem aos participantes o redimensionamento de suas identidades e a ressignificação dos papéis sociais impostos por uma sociedade desigual tanto social quanto racialmente falando. Nessa concepção sujeitos submetidos ao letramento racial tornam-se agentes de letramento, enquanto o movimento do qual fazem parte funciona como agência de letramento. Assim, analisamos a Escola de Justiça Racial, dada as suas características quando colocada em diálogo com a literatura, como uma efetiva ação de letramento racial.

Tomando como referencia, trechos da entrevista de campo e os dados da fase netnográfica, por meio do mapeamento das ações publicadas pelo núcleo na rede social Instagram, podemos analisar outras propostas e ações de letramento racial promovidas pelo MNE-Bahia, tais como o projeto orando pela Justiça, segundo E6 (Vanessa Santos, 33a, Professora de História):

[...] o Orando pela Justiça, que a gente fez duas vezes ano passado, uma no primeiro semestre na Igreja Batista Adonai em Cajazeiras, onde a gente pode se apresentar para a igreja enquanto MNE, apresentar o MNE para a igreja, tivemos uma palavra sobre nós enquanto povo negro. A outra foi na Igreja Batista Filadélfia, que fica no Engenho Velho da Federação, que não aconteceu como a gente queria de ter esse momento mais longo, como foi na Igreja Batista Adonai, por conta da violência no bairro mesmo, por ter sido à noite, enfim, e a gente tinha essa predileção, que fosse em igrejas que ficam em bairros periféricos, onde a população negra está mais presente.

Essa fala é importante pois indica a inserção do núcleo presencialmente em mais duas denominações: a Igreja Batista Filadélfia e Igreja Batista Adonai, ambas localizadas em bairros periféricos de Salvador, como Cajazeiras e Federação o que indica a preferência do coletivo por atuar nos bairros com maior incidência da população negra. O projeto Orando pela Justiça é uma ação “presencial, em uma igreja, onde nós nos reunimos e fazemos um culto, onde tem oração, tem um momento de palavra, um momento de comunhão” (E6, Vanessa Santos, 33a, Professora de História)

A reunião presencial em igrejas constitui-se numa oportunidade para a reflexão sobre as demandas da comunidade negra soteropolitana e a questão racial. Nesse tipo de reunião é possível haver uma tomada de consciência a partir das falas e testemunhos durante a condução do culto, fazendo com que esta também se configure como uma ação de letramento racial na igreja.

A frequência e o conteúdo abordado nas reuniões realizadas no cotidiano das atividades no núcleo estão caracterizadas na fala de E6.

Nós costumamos fazer reuniões espaçadas, a gente não tem essa coisa de, assim, a cada quinze dias, a cada mês, nós fazemos reuniões espaçadas ou alternadas, por exemplo: um mês a gente faz encontros online e focamos só na oração, na devocional mesmo, na reflexão do texto bíblico, de orar, ouvir pedidos de oração, orar por questões da população negra em geral, o genocídio da população negra gerado pela violência policial, tráfico, educação e tudo aquilo que atinge a população negra é a mais atingida, a gente se debruça a esse tempo de oração. (E6, Vanessa Santos, 33a, Professora de História)

Reunir-se periodicamente é uma das estratégias metodológicas do coletivo, tais reuniões acontecem tanto presencialmente quanto de forma remota e, geralmente abordam temas relacionados com as demandas da população negra. Dessa fala emerge um caráter litúrgico, que inclui reflexões embasadas em textos bíblicos, orações e acolhimento dos participantes. Ao abordar o genocídio da população negra, principalmente da juventude, em decorrência do tráfico de drogas e pela violência policial e orar por esses motivos, o núcleo contribui para a ampliação da percepção dos participantes, permitindo-lhes, de acordo com Freire (1989) outras leituras de mundo, portanto, outros letramentos. Em suma, esta fala destaca uma abordagem espiritual e reflexiva como um pilar da sua proposta de letramento, conectando a fé às questões sociais e raciais as quais a população negra está exposta.

Outra ação que merece destaque e que também está presente na fala da entrevistada E6, é o “Projeto Acácias” Uma iniciativa fomentada pelo Projeto Martin Luther King que visa a formação de multiplicadores, capacitando lideranças negras evangélicas para atuarem em pastorais ambientais e raciais nas suas comunidades de fé. De acordo com a fala de E7(Carolina Barreto, 34ª, Design Gráfico), “a formação já alcançou 14 pessoas de diferentes cidades do Brasil. Esse edital foi lançado pela coordenação nacional do MNE Brasil”.

Esta fala reforça a articulação entre o núcleo MNE-Bahia e as ações do MNE-Brasil no tocante ao financiamento de algumas ações locais, a exemplo do Projeto Acácias, que, na nossa análise caracteriza uma ação de letramento racial. Pois, tem

um caráter formativo preocupado com a continuidade das reflexões sobre as questões ambientais e raciais voltadas para as lideranças das pastorais.<sup>36</sup>

Entendemos que a formação proposta pelo Projeto Acácias contribui para o letramento racial e a educação antirracista das lideranças contempladas, tornando-as capazes de posicionarem-se nas suas comunidades, pois, de acordo com Pinheiro (2023) “um educador antirracista é, acima de tudo, uma pessoa consciente de si dentro dos sistemas de opressão que estruturam a nossa sociedade” e que a saída consiste na luta para a superação do racismo e, conseqüentemente a transformação social. Esses, também, são pilares do letramento racial na perspectiva de Schucman (2022).

A própria história do MNE-Bahia, enquanto núcleo do MNE-Brasil, demonstra o potencial de adaptação do coletivo ao longo da sua militância em prol das questões raciais. Após ter passado por um período de pouca atividade em Salvador, o núcleo se reestruturou, inclusive modificando sua dinâmica organizacional com uma liderança horizontalizada, isto é menos centralizada, composta por uma coordenação local, que embora subordinada a um coletivo nacional possui certa autonomia para atender as demandas da sua região de atuação. Assim, o núcleo tem desenvolvido diversos projetos desde 2018, seja em parceria com igrejas, ou em eventos ao ar livre, como reuniões de oração, rodas de conversa e encontros online.

Como principais ações desenvolvidas podemos pontuar o projeto Martin Luther King, de extrema importância, pois é voltado para a captação de recursos, o que demonstra uma metodologia moderna e eficiente para a sustentabilidade e execução das ações do núcleo. Outra ação que vai nessa direção é o Projeto Acácias, pois tem como principal finalidade formar lideranças para as pastorais ambientais e raciais, essas lideranças, uma vez formadas, atuam como multiplicadores e poderão dar continuidade às propostas e ações do movimento.

O MNE-Bahia tem uma especificidade interessante: propõe, entre outras ações, uma abordagem ambiental, o que contribui para que o debate em torno de

---

<sup>36</sup> No contexto das igrejas evangélicas tradicionais históricas, as pastorais são um conjunto de ações e serviços organizados pela igreja que têm como objetivo evangelizar e promover a dignidade humana contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

questões sociais contemporâneas aconteça de maneira mais leve e desvinculada das pautas ideológicas que acabam por distanciar as igrejas ainda mais dos temas sociais contemporâneos. Isso gera mais engajamento e diminui possíveis interdições a determinadas discussões sociais no contexto do segmento evangélico.

Essa abordagem ambiental transporta as questões sociais para o campo reflexivo sobre a justiça, a exemplo do projeto Escola de Justiça Racial e do debate sobre Racismo Ambiental, que, de acordo com as entrevistas de E6 (33a, Professora de História) e E7 (34a, Design Gráfico), tem relativa aderência, inclusive em igrejas locais.

A abordagem teológica pautada na Teologia Negra (Cone, 1985), presente também nas ações do CUXI e de outros coletivos negros espalhados pelo país, contribui para o letramento racial entre os evangélicos na medida em que fomenta a leitura e interpretação bíblica a partir da experiência do povo negro e das opressões vividas ao longo do processo histórico, valorizando aspectos culturais e a identidade do povo negro, inclusive voltando o seu olhar para os personagens e narrativas bíblicas como fontes hermenêuticas.

Na perspectiva de McCaulley (2021), a Teologia Negra é a base para uma leitura negra da Bíblia capaz de, não apenas constatar as desigualdades e opressões que marcaram e marcam a existência do povo negro na contemporaneidade, mas de trazer uma mensagem de esperança para essa população. Isso dialoga com os princípios do letramento racial e com a Teoria Crítica da Raça em conformidade com Delgado e Stefancic (2021), enquanto chave epistemológica para a compreensão da realidade e superação das desigualdades sociais. Assim, as propostas e ações do MNE-Bahia, a exemplo do ativismo do CUXI, contribuem para o letramento racial no segmento evangélico de Salvador.

#### **4.4 Impacto do letramento racial promovido pelos coletivos mapeados na experiência dos seus membros.**

Até aqui, nos dedicamos a analisar as propostas e ações de letramento racial promovidas pelos coletivos mapeados e suas contribuições para o fomento do debate e reflexões sobre as questões étnico-raciais no segmento evangélico como

um todo. Todavia, compreendemos que movimentos sociais, a exemplo do MNE-Bahia e do CUXI - Coletivo Negro Evangélico em Salvador, são entidades compostas por pessoas, com histórias de vida concretas, repletas de experiências construídas por situações que as atravessam cotidianamente enquanto pessoas negras. Assim, fez-se necessário debruçarmo-nos sobre trechos das entrevistas semiestruturadas dos quais emergiram experiências no que tange à aquisição do letramento racial e seu impacto na vida prática dos entrevistados. Separamos dois (2) casos que, estudados e analisados em diálogo com a teoria, ilustram satisfatoriamente esse impacto.

Nossa intenção é demonstrar que o letramento racial não é apenas um conceito teórico ou uma série de eventos organizados, mas algo que transforma a experiência pessoal dos membros do movimento, tornando-os capazes, de acordo com Schucman (2022), de dar respostas individuais ao racismo. Assim, decidimos analisar, em sequência, trechos das entrevistas de E1 (58a, Pedagoga) e E2 (54a, Psicóloga).

Esse trecho da entrevista de E1 (58a, Pedagoga) revela um momento crucial na sua jornada de letramento racial e um importante ponto de virada na sua leitura do mundo, a partir do momento em que ela passou a fazer parte do coletivo. Isto proporcionou um novo olhar sobre a realidade, a descoberta da identidade e do racismo no cotidiano social da entrevistada: “eu me descobri negra e a partir da lei 10.639/03 eu descobri a minha história, descobri que existia o racismo. Ele é tão estrutural, ele é tão, sei lá maligno que você nem percebe que ele está atuando”. (E1, 58a, Pedagoga).

Aqui, a entrevistada (E1) descreve a aquisição do seu letramento racial tendo como principal gatilho o conhecimento da Lei 10639/03, que a fez perceber a realidade social marcada pelo racismo, muitas das vezes dissimulado e camuflado como o funcionamento normal da sociedade, exatamente pelo seu caráter estrutural. Deste modo, argumenta (E1): “Ele é tão estrutural, ele é tão maligno, que você nem percebe que ele está atuando”. O letramento adquirido por E1, reflete a transição de uma visão ingênua para uma crítica sobre a sua própria identidade e sociedade. Em outro trecho (E1) faz uma crítica à negação histórica:

A nossa história veio como uma coisa errada, como uma coisa que Deus não gosta, que é proibido, que é pecado, então a igreja católica também tem essa... E até hoje não aceitam. [...] É a gente vai conhecer a nossa história, a gente vai tirar o verniz que tem na Bíblia, conhecendo a nossa história, a gente vai perceber o que nos negaram, que a própria religião fez isso, então a religião evangélica ou católica fez isso, de nos negar a nossa história, de nos escravizar também e perceber até que ponto a Bíblia é usada para nos escravizar. Eu nunca enxerguei o Egito como África, eu não sabia que o Egito ficava na África, porque parece que o Egito é um lugar lá em outro mundo, não é na África, gente. E você vê lá em Gênesis começa lá em Gênesis isso, então a gente tem que trazer isso aí, essa leitura transversal africana. (E1, 58a, Pedagoga)

Aqui, há algumas camadas que, quando discutidas e analisadas à luz do letramento racial e da Teologia Negra, nos dão uma dimensão ampla do impacto da aquisição do letramento racial na experiência social e religiosa da entrevistada (E1). Primeiramente, na sua percepção de que a história nos foi contada de forma distorcida, negando a religião e a cultura negra, há o reconhecimento e a crítica a narrativas e interpretações hegemônicas. Além disso, ela destaca que é necessária uma leitura “transversal da Bíblia”, expressão que aponta para a necessidade de uma leitura bíblica que leve em consideração a trajetória e a presença do povo negro nos registros dos textos sagrados, considerando a necessidade de se abordar a geografia bíblica sem omissões ou supressões da presença negra.

A frase “Eu nunca enxerguei o Egito como África, eu não sabia que o Egito ficava na África” (frase dita em tom emocionado) demonstra a indignação por ter sido negado a ela o conhecimento de uma geografia bíblica que destacasse a importância do continente africano na narrativa bíblica. Essa leitura bíblica que dialoga com o povo africano é classificada por McCaulley (2021) como uma “leitura negra”.

Além disso, a fala da entrevistada questionando até que ponto a “Bíblia é usada para nos escravizar” encontra respaldo em McCaulley (2021), na medida em que o autor reconhece que, teologicamente, muitos textos da Bíblia foram usados para justificar a escravidão no contexto da colonização. Portanto, esses trechos da entrevista de E1, na nossa análise, correspondem ao impacto do letramento racial adquirido no contexto das ações do coletivo a que pertence. Este é um exemplo vívido da aquisição de uma “leitura crítica” sobre o próprio texto religioso, uma característica central da teologia negra e do letramento racial evangélico. A

descoberta de que o Egito é na África a leva a uma "leitura transversal africana" da Bíblia, transformando sua percepção da própria fé e do papel do seu povo na narrativa sagrada.

Diante do exposto, precisamos considerar ainda uma importante camada: a agência no mundo, pois, entre os pressupostos do letramento racial está a capacidade do sujeito racialmente letrado, ou tendo adquirido o letramento racial, de se posicionar frente à realidade, seja propondo mudanças, criticando ou agindo no sentido da promoção dessas mudanças por meio de ações concretas no seu raio de influência, seja família, local de trabalho, grupo de amigos ou igrejas. A esse respeito, a entrevista de E1 evidencia essa perspectiva de agência. Nesse trecho da entrevista, E1 argumenta que, durante uma aula de Escola Bíblica Dominical, percebeu uma fala racista do professor, o que a levou a posicionar-se:

[...] eu me levantei contra. Nesse dia eu fiquei tão chateada que eu liguei para ela (Gicélia Cruz) Ai ela me disse isso, a gente nem precisa estar na Escola Bíblica, eu disse mas eu estou, eu vou estar, pois nesse momento se a gente não tiver, quem vai estar? Quem vai desfazer o que esse racista fez? Então eu preciso estar ali. Então é um momento de letramento muito importante. (E1, 58a, Pedagoga)

E1 não se cala diante de uma atitude racista. Pelo contrário, ela se posiciona ativamente, num exemplo claro de agência. Sua reflexão sobre “estar ali” na Escola Bíblica [Dominical] para desfazer o mal causado pelo racismo, caso ele se manifeste, mostra que sua presença não é passiva, mas uma missão de letramento. Ela se torna uma agente de transformação dentro do próprio espaço religioso.

O segundo exemplo do impacto das propostas e ações de letramento racial na experiência dos participantes é demonstrado em interessantes trechos da entrevista de E2 (54a, Psicóloga). Essa entrevistada se identificou como uma mulher parda de pele clara (socialmente lida como branca) e demonstrou um processo de aquisição do letramento racial numa perspectiva diferente da entrevistada E1, que se descobriu negra. Em E2, o letramento racial é a aquisição de um novo olhar e a compreensão do seu lugar de fala (Ribeiro, 2020), conceito relevante para o letramento racial que permite que, a partir da compreensão do lugar que ocupamos dentro da estrutura social racializada, nos posicionemos frente às injustiças e opressões causadas pelo racismo no sentido de enfrentá-las.

Separamos os trechos mais significativos da entrevista de E2 que evidenciam a aquisição do letramento racial, seu impacto e a agência de E2 na sua experiência e raio de influência social. Assim, no primeiro trecho analisado, E2 relata o seu sentimento ao entrar no coletivo do qual faz parte:

[...] eu me sentia, assim, um pouco ainda acanhada, para falar numa linguagem mais simples, de estar num grupo que eu não, como diz, aquela questão de não se sentir daquele lugar, não se sentir daquele espaço. (...) Eu considero a minha cor parda, então assim, eu não me sentia no lugar de fala. (E2, 54a, Psicóloga)

E2 evidencia a aquisição de uma consciência racial, na medida em que ela entende que sua experiência não é a mesma da maioria do grupo e, por isso, recusa uma posição de protagonismo vocal, optando por contribuir de outras maneiras. Essa postura demonstra uma compreensão do racismo como um sistema de privilégios e opressões, onde a cor de sua pele mais clara a coloca em uma posição de não ter a mesma vivência do “povo negro”, porém isso não a impede de apoiar a causa e de fazer parte do coletivo. Essa reflexão surgiu durante um momento da entrevista em que E2 discorria sobre sua compreensão em relação à luta e às pautas da população negra. Em outro trecho, ela argumenta:

[...] porque a população branca já se apropriou demais do que é produzido pelo povo negro... as lutas de políticas públicas é para beneficiar a população em geral, porque a lei é para todos e acaba beneficiando todo mundo, mas quem realmente, quem mais precisa é o povo negro e que acaba lutando por direitos e vai beneficiar todo mundo porque a lei ela é única, né? (E2, 54a, Psicóloga).

Aqui, E2 demonstra uma visão crítica da realidade social e dos privilégios da população branca, reflexão que dialoga com os estudos de Bento (2022) sobre o pacto da branquitude na sua denúncia dos privilégios. E2 se posiciona dentro do movimento assumindo uma postura de apoio à causa, fazendo uma leitura de que, na sua condição de mulher de cor de pele clara, reconhece o privilégio da branquitude. Todavia, pode apoiar a causa e compreende que a luta do povo negro é legítima e seus resultados são abrangentes. Em outro trecho:

Eu me sinto, até hoje, eu me sinto mais ativa na parte prática, por exemplo, tem uma ação, vai realizar uma ação eu vou, eu tô pronta pra tudo. Se precisar de alguma doação, se tiver alguém que precise de um atendimento, de uma escuta aí eu vou tá ali [...] (E2, 54a, Psicóloga).

Do ponto de vista da agência, E2 se manifesta de uma maneira diferente da de E1. Ela não busca o protagonismo na fala, mas se coloca como uma agente de suporte e ação prática. Sua militância é na retaguarda, oferecendo sua profissão e seu tempo para as necessidades diretas do grupo, o que é uma forma de ativismo que respeita seu lugar de fala (Ribeiro, 2020). Além disso, no âmbito profissional, E2 tem exercido uma agência que dialoga com o conceito de Ações Afirmativas (Munanga, 2001), contratando pessoas negras na sua empresa. Isso fica evidenciado no seguinte trecho da entrevista:

Eu formei uma equipe de psicólogos aqui, tem mais ou menos seis, e tem um psicólogo que também é policial, ele é negro também. A maior parte dos psicólogos aqui, eu fiz questão de trazer as mulheres negras." (E2, 54a, Psicóloga).

No âmbito ministerial, atua como professora da EBD (Escola Bíblica Dominical) na Igreja Batista dos Mares, em Salvador, e lá criou uma classe que discute personagens bíblicos com uma visão social ampliada, onde discute questões ligadas ao racismo. Somando sua iniciativa de contratar mulheres negras para sua equipe de psicólogos com sua agência na EBD, fica clara a evidência prática de que E2 usa sua posição social para criar espaços de letramento e valorizar a atuação profissional de mulheres negras, demonstrando que o letramento racial, em sua vida, não é apenas um conceito, mas uma forma de agir no mundo de maneira antirracista.

Em suma, as experiências analisadas nas entrevistas de E1 e E2 reforçam nossa percepção de que as propostas e ações dos coletivos mapeados produzem um impacto relevante para a aquisição do letramento racial de seus membros, permitindo-lhes variadas possibilidades de agência no seu raio social de influência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo, mais do que a conclusão de um percurso acadêmico, representa a materialização de uma busca pessoal e a convergência de uma vida de fé com a urgência da justiça social. A proposta central foi investigar as contribuições do Movimento Negro Evangélico (MNE) para a promoção do letramento racial e da

educação antirracista em Salvador, Bahia. A pesquisa conseguiu mapear as várias propostas e ações do MNE no Estado em relação à temática étnico-racial, demonstrando a complexidade e a potência do ativismo negro no contexto do segmento evangélico soteropolitano. Com isso, contribuímos para a ampliação de estudos acadêmicos relativos às intersecções cruciais entre raça, religião, educação e a fé evangélica na contemporaneidade.

Do ponto de vista metodológico, fizemos opção por um percurso que adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, enriquecida pelos recentes estudos da netnografia articulados com a Observação Participante, complementadas por entrevistas semiestruturadas. Escolhas que se revelaram fundamentais para o mapeamento e a compreensão da dinâmica diversificada e, por que não dizer, multifacetada do MNE.

A investigação das páginas digitais e a interação direta e indireta com importantes atores do movimento nos permitiram identificar coletivos como o CUXI (Coletivo Negro Evangélico em Salvador) e o MNE-Bahia, que, embora atuem de forma independente, compartilham de princípios teológicos e epistemológicos comuns nas suas agendas de enfrentamento ao racismo, à intolerância religiosa e às desigualdades sociais, tendo o segmento evangélico como ponto inicial das suas propostas e ações.

O percurso metodológico adotado não apenas facilitou a construção dos dados, mas também evidenciou a capacidade de articulação e a apropriação dos espaços físicos e virtuais por parte desses dois coletivos mapeados, ampliando as possibilidades de compreensão do alcance das suas propostas e o impacto das suas ações.

Após a análise e discussão dos achados da pesquisa de campo, constatamos a confirmação de que o MNE, compreendido como o conjunto de ações produzidas por grupos formados por evangélicos negros (grupos esses em construção ou já consolidados), tem atuado, há quase duas décadas, como uma importante força na promoção do letramento racial. Embora enfrentando desafios e certa resistência, principalmente no que diz respeito às concepções teológicas e político-ideológicas por parte de setores e lideranças evangélicas mais conservadoras, tem contribuído

para a educação antirracista na comunidade evangélica e sociedade soteropolitana como um todo. Isso ficou evidenciado tanto nas propostas e ações do CUXI, em particular, ilustrando a eficácia de uma “pedagogia do cupim” (de dentro para fora), num trabalho desenvolvido por meio de variadas e efetivas ações de letramento que visam sensibilizar e transformar as estruturas internas e o olhar das igrejas, tradicionalmente marcadas pelo silêncio ou pela omissão diante das questões raciais.

O Coletivo adota uma metodologia embasada na Lei 10.639/03 e na Teologia Negra ou afrocentrada como pilares de suas ações, preenchendo uma lacuna crucial na formação de educadores e lideranças evangélicas, instrumentalizando-os com conhecimentos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, articulando esses conhecimentos com a concepção de uma interpretação das narrativas bíblicas que levam em consideração a presença e importância dos personagens negros ou ligados à África nos textos sagrados. Ao orientar suas propostas e ações na direção da formação de professores evangélicos para a aplicabilidade da Lei 10.639, o CUXI não só apresenta uma proposta original como também contribui para o letramento racial do seu público-alvo.

A pesquisa evidenciou a centralidade da Teologia Negra e de uma hermenêutica bíblica afrocentrada como parte relevante das propostas dos coletivos. Assim, ao questionar narrativas eurocêntricas e ressignificar a fé a partir da experiência negra, o MNE propõe um caminho que vai na direção da descolonização do pensamento, fortalecendo a identidade e a autoestima da população negra evangélica, o que, na nossa percepção, contribui para o letramento racial no segmento evangélico.

Os seminários, oficinas e grupos de estudo, tanto presencialmente quanto de forma virtual (por meio do Instagram e WhatsApp), analisados em profundidade, não se apresentaram no âmbito deste estudo como meros eventos, mas como eventos de letramento capazes de promover reflexão crítica e estimular a educação antirracista, tanto no segmento evangélico quanto fora dele, o que torna a discussão étnico-racial proposta pelo coletivo numa ação que reverbera tanto dentro quanto fora das comunidades de fé. Ademais, os achados revelaram a adesão de um público com alto nível intelectual às ações do CUXI, incluindo mestres e doutores, a exemplo de parte do público participante do II Seminário (voltado para a formação de

professores e lideranças evangélicas para a aplicabilidade da Lei 10.639), realizado pelo coletivo no ano de 2014, o que demonstra a demanda pela discussão racial e a capacidade do coletivo em atrair e engajar indivíduos comprometidos com a causa.

Embora, num sentido mais amplo, o MNE possa apresentar fragilidades em termos institucionais, a exemplo da falta de unidade, pois não se configura como uma única organização, e sim como várias iniciativas espalhadas pelo país, com poucos recursos materiais disponíveis para a implementação das suas propostas e ações, este estudo revelou a forte resiliência e consciência por parte dos membros e pessoas entrevistadas ligadas aos dois coletivos mapeados, de que o MNE é herdeiro de um legado histórico de ativismo (desde Rosa Parks e Martin Luther King Jr. até lideranças brasileiras contemporâneas, como Walter Passos, Hernani Francisco e Marco Davi de Oliveira). Essa visão de continuidade inspira a persistência na luta por reparações tanto teológicas quanto materiais, políticas de ações afirmativas e intolerância religiosa, como indicam as reivindicações históricas do movimento.

Ao olharmos mais acuradamente para as propostas e ações do MNE-Bahia, com sua retomada estruturada a partir de 2018, como um coletivo vinculado ao Movimento Negro Evangélico Nacional (MNE-Brasil), evidenciamos a amplitude e a capacidade da mobilização dos Coletivos na direção de uma pedagogia antirracista.

As atividades, compostas estrategicamente por eventos virtuais e presenciais, a exemplo das reuniões de oração, dos projetos “Orando pela Justiça”, “Escola de Justiça Racial” e “Projeto Acácias”, desenvolvidos em diversos locais (como templos e espaços públicos: praças e parques), demonstram a busca por acolher, conectar e capacitar cristãos evangélicos de diferentes denominações. Percebemos que as propostas e ações de ambos os coletivos (CUXI e MNE-Bahia), apesar de atuarem de forma independente, somam-se no que diz respeito ao letramento racial no segmento evangélico da capital baiana, cada um contribuindo à sua maneira e com lideranças e estratégias específicas para atingir seus objetivos. Ambos os coletivos utilizam a Teologia Negra e uma hermenêutica bíblica afrocentrada na fundamentação e formulação das suas ações de descolonização do pensamento e como ferramenta de transformação social e promoção de justiça social, o que também dialoga com os fundamentos da Teoria Crítica da Raça (TCR) como chaves

de leitura e interpretação da realidade social e histórica da população negra para mobilizar estratégias de superação do racismo e das desigualdades sociais.

Em suma, esta dissertação também buscou contribuir para a compreensão do MNE como um agente transformador no cenário religioso e social, capaz de desafiar o *status quo* e promover uma fé inclusiva, justa e socialmente engajada. As ações do CUXI e do MNE-Bahia em Salvador não apenas têm o potencial de educar sobre o racismo, mas também fortalecem a identidade negra, desconstróem preconceitos e inspiram a busca por uma sociedade e igrejas que reflitam os valores de justiça e equidade na contemporaneidade.

Tendo em vista as limitações pertinentes a todo e qualquer trabalho acadêmico no que diz respeito à impossibilidade de esgotamento do objeto a que se propõe estudar, e das quais este estudo não é capaz de escapar, reconhecemos lacunas que poderão ser preenchidas em estudos posteriores. Algumas das principais lacunas deixadas por este trabalho dizem respeito à não investigação do "real" impacto das propostas e ações de letramento racial entre os fiéis em geral. Futuros estudos podem ainda debruçar-se nas propostas e ações dos coletivos ativos em outros estados ou regiões do país, analisando suas propostas, ações, metodologias e impacto social.

No tocante ao recorte temporal, este estudo se estendeu de 2023 a 2025, o que nos possibilitou apenas capturar um pequeno intervalo de tempo. Um estudo longitudinal poderia acompanhar a evolução dos coletivos mapeados ao longo da(s) próxima(s) década(s), considerando, inclusive, a possibilidade de mapeamento de novos coletivos.

Outra lacuna que emerge deste estudo é o fato de termos mapeado apenas os dois principais coletivos ativos em Salvador durante o período da pesquisa de campo, sendo bem possível terem ficado de fora outros de menor envergadura ou outras ações mais modestas pulverizadas no amplo contexto do segmento evangélico da capital do Estado da Bahia.

Além disso, podemos considerar a dificuldade em quantificar todas as denominações representadas no MNE. Os desafios enfrentados pelos coletivos

também carecem de maior investigação, que poderá ser explorada por estudos posteriores. Dessa forma, apontamos alguns caminhos para futuras investigações subordinadas à temática pesquisada, como, por exemplo, o impacto de longo prazo das ações de letramento racial na vida dos participantes, ou, talvez, estudos comparativos entre diferentes coletivos do MNE no Brasil; e a relação entre o MNE com outras esferas do movimento negro brasileiro.

Pensamos que seja interessante aprofundar a relação entre a juventude universitária negra evangélica e o engajamento em discussões raciais (esse foi um ponto que achamos muito instigante, mas que não foi possível aprofundar na pesquisa). Além disso, gostaríamos muito de ter analisado com mais profundidade as divergências político-ideológicas e teológicas entre o MNE e as lideranças pastorais e denominacionais enquanto desafios para a implementação das propostas e ações do movimento. A percepção de pastores e lideranças evangélicas sobre as propostas e ações do MNE foi outro aspecto que não conseguimos analisar em profundidade e que apontamos enquanto um caminho para futuras investigações.

Enfim, essas foram as principais limitações enfrentadas no desenvolvimento desta pesquisa. Todavia, temos em mente que esse estudo contribui para o desenvolvimento de outras produções acadêmicas sobre amplas temáticas sociais contemporâneas no campo da Educação para as relações Étnico-raciais, letramento racial, educação antirracista e religião.

Esperamos que este trabalho não apenas sirva de base para novas investigações acadêmicas sobre a complexidade e a riqueza do MNE, mas, principalmente, reforce a importância de se dar voz e visibilidade aos evangélicos negros em movimento que, com sua fé e ativismo, continuam a forjar e a desenhar horizontes sociais mais justos e igualitários para todos.

Pessoalmente, a maior relevância deste estudo reside na convicção de que o MNE não apenas contribui para o debate acadêmico, mas promove uma transformação social e espiritual inadiável. Minha expectativa, como homem negro, evangélico e pesquisador, é que a sociedade e, em especial, o segmento evangélico, valorizem e apoiem as propostas e ações efetivas dos coletivos mapeados. Considero relevante valorizar, enquanto sociedade, as propostas e ações efetivas

das diversas agências e atores sociais contemporâneos, a exemplo do CUXI e do MNE-Bahia, enquanto entidades promotoras de letramentos que forjam realidades mais justas e influenciam processos civilizatórios. Que o conhecimento gerado aqui reforce a esperança de convivências sociais, inclusive nas igrejas, onde a fé na justiça e a pluralidade racial caminhem lado a lado, em um horizonte mais igualitário para todos.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.
- AMEUR, Farid. **Guerra da secessão**. L&PM Pocket, 2010.
- ARAÚJO, D. L. **Um professor no horário nobre: estudo da aplicação em telejornais**. 2004. 335 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2004.
- BACELAR, J. **Etnicidade: Ser negro em Salvador**. Editora: IANAMÀ, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARTON, D.; HAMILTON, M. Literacy Practices. In: BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. **Situated Literacies**. London; New York: Routledge, 2000. p. 7-15.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia geral vol. 2: Habitus e campo: Curso no Collège de France (1982-1983)**. Editora Vozes, 2021.
- BRAGA, Adriana. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNirevista**, vol. 1, n° 3, julho 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BURDICK, John. Why is the black evangelical movement growing in Brazil?. **Journal of Latin American Studies**, v. 37, n. 2, p. 311-332, 2005.
- CALDEIRA, Cleusa; DE ALBURQUERQUE, Francisco das Chagas. Questões críticas nos estudos da teologia negra em perspectiva decolonial. **Theologica Xaveriana**, v. 72, p. 1-27, 2022.
- CALDEIRA, Cleusa. **Teologia feminista negra: Vozes que ecoam da África e da América Latina**. Editora Vozes, 2023.
- CAMPOS, Maria José; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Arthur Ramos-luz e sombra na antropologia brasileira: uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. 2003.

CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CONE, James Hal. **O Deus dos Oprimidos**. São Paulo: Paulinas, 1985.

CONE, James Hal. **Teologia Negra**. São Paulo: Recriar, 2020.

COSTA, Livia Fialho; JACQUET, Christine. Emoção e experiência corporal na trajetória da conversão: um estudo de caso. **Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum**. 2006;16(3):83-91. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/jhgd/article/view/19805/21875>. Acesso em: [Data de Acesso].

DA COSTA SILVA, Themis Rondão Barbosa. Pedagogia dos multiletramentos: principais proposições metodológicas e pesquisas no âmbito nacional. **Letras**, n. 52, p. 11-11, 2016.

DA SILVA, Hernani Francisco. **O Protestantismo e escravidão no Brasil**. Hernani Francisco da Silva, 2011.

DA SILVA, Hernani francisco. **O Movimento Negro Evangélico: um mover do Espírito Santo**. Selo Editorial Negritude Cristã, 2011

DA SILVA NEPOMUCENO, Samuel. **Desigrejados: A desinstitucionalização religiosa evangélica brasileira a luz do conceito de hipermodernidade e suas implicações para o ensino religioso**. 2020. Dissertação de Mestrado. Faculdade Unida de Vitória (Brazil).

DE JESUS FERREIRA, Aparecida. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014.

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. **Teoria crítica da Raça: uma introdução**. Editora Contracorrente, 2021.

DO NASCIMENTO, Álvaro Pereira. A Revolta da Chibata e seu centenário. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 05, 2010.

DOS REIS ALMEIDA, Andreia; EUGÊNIO, Benedito; GARCIA, Fátima Moraes. Concepções de letramento racial nas dissertações e teses: revisão sistemática entre 2017-2022. **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2023.

DOS SANTOS, Fernanda Marsaro. **Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin**. 2012.

EQUILÍBRIO MENTAL. Letramento racial Dra Lia Vainer Schucman trimmed, 7 de mar. de 2018. 7:11. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CGVMOptm-M&t=104s>. Acesso em: 12 de maio 2025.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, A. de J. **Formação de professores Raça/Etnia reflexões e sugestões de materiais de ensino em português e inglês**. 2. ed., Cascavel, PR: Assoeste, 2006. 148p.

FERREIRA, A. de J. Narrativas e Contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da ABPN**. Florianópolis, SC: ABPN. v.6 n.14, p. 236-263, jul/out., 2014.

FERREIRA, A. J. **Letramento Racial Crítico**: Editora Estúdio, 2019.

FERREIRA, G. L.; QUEIROZ, M. V. L. A Trajetória da Teoria Crítica da Raça: história, conceitos e reflexões para pensar o Brasil. **Revista Teoria Jurídica Contemporânea**, PPGD/UFRJ, n° 201, p. 201- 219, Janeiro - Junho, 2018.

FRANTZ, Fanon. **Pele Negra, máscaras brancas**. 2012.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler: três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1993.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Saberes das lutas do movimento negro educador**. Editora Vozes, 2022.

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito e discriminação Queixas de Ofensas tratamento desigual dos negros no Brasil**. São Paulo: Editora Novos Toques, 1998.

GUTIERREZ, Suzana. A etnografia virtual na pesquisa de abordagem dialética em redes sociais on-line. Rio de Janeiro: **32ª Reunião Anual da Anped**, 2009.

HALL, Stuart. Que é esse negro na cultura negra? In S. Hall. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

KALANTZIS, Mary Kalantzis, COPE, Bill e PINHEIRO, Petrilson. **Letramentos**. Unicamp, 2020.

KATO, Mary Aizawa. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística**. 1986.

KLEBER, E. Igreja e a Escravidão. **Jornal A Tarde**, Salvador, 14 de setembro. 2006, p.2.

KLEIMAN, Angela B. Preciso “ensinar” o letramento. **Não basta ensinar a ler e a escrever**, v. 1, 2005.

KLEIMAN, Angela B. Trajetórias de acesso ao mundo da escrita: relevância das práticas não escolares de letramento para o letramento escolar. **Perspectiva**, v. 28, n. 2, p. 375-400, 2010.

KNIGHT, A., ANGLIN, W. **História do Cristianismo dos Apóstolos do Senhor Jesus ao século XX**. 7 Ed. Rio de Janeiro: CPAD 1996.

KOZINETS, Robert. **The Field Behind the Screen: Using Netnography for Marketing Research in Online Communities**, 2002.

LEITÃO PINHEIRO, Márcia. Música, conversão e ativismo entre os evangélicos. **Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião**, v. 26, n. 1, 2023.

LIMA, P. C. **Teologia da Ação Política e Social da Igreja**, Rio de Janeiro: Renascer, 2005.

LOPES, Hernandes Dias. **Panorama da história cristã: As Intervenções De Deus Na História**. Editora Hagnos, 2018.

LOWY, Michael. **O que é Ecosocialismo?** São Paulo: Cortez, 2004.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**. Edições Loyola, 1999.

MARIANO, Ricardo. “Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010”. **Debates do NER**, v. 24, pp. 119-137, 2013.

MARIANO, Ricardo. “Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores, secularização e pluralismo em debate”. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 4, p. 710-728, 2016.

MARIANO, Ricardo. “Pentecostais em Ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros.” In: SILVA, V. G. (Org.). **Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 119-148.

MCCAULLEY, Esau; KLASSEN, Susana. **Uma leitura negra: Interpretação bíblica como exercício de esperança**. Editora Mundo Cristão, 2021.

MEDEIROS, Vitor Gonçalves Queiroz de. (2022). **Ativismo negro evangélico no Brasil contemporâneo: um estudo sobre as juventudes batistas e o enfrentamento ao racismo**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

MONTEIRO, Jacira. **O Estigma da Cor: como o racismo fere os dois grandes mandamentos de Cristo** Editora Quitanda, Rio de Janeiro 2023.

MORAIS, E. **5º Congresso Nacional de Escola Dominical**. São Paulo: CPAD, 2007.

MOREIRA, A. **Racismo recreativo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

MUNANGA, K., GOMES, N. L. **Como Entender o Negro no Brasil de Hoje: História, Realidade, Problemas e Caminhos**, São Paulo: Global Editora e distribuição, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Pan-africanismo, negritude e Teatro Experimental do Negro. **Iha Revista de Antropologia**, v. 18, n. 1, p. 109-122, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e cultura**, v. 4, n. 2, 2001.

NAEBUFSCAR, Disponível em: <https://www.neab.ufscar.br/pt-br/o-nucleo/quem-somos>. Acesso em: 30 de julho de 2025.

OBPN, Disponível em: <https://abpn.org.br/institucional/>. Acesso em: 30 de Julho de 2025.

OBPN, Disponível em: <https://abpn.org.br/memorias-copenes/>. Acesso em: 30 de julho de 2025.

OLIVEIRA, M. D. **A Religião mais Negra do Brasil, porque mais de oito milhões de negros são pentecostais**: Editora Mundo Cristão, São Paulo 2004.

OLIVEIRA, M. D. **A Religião mais Negra do Brasil, porque negros cristãos fazem opção pelo pentecostalismo?** Viçosa: Ultimato, 2015.

OLIVEIRA, Rosenilton Silva de. "Hoje eu orei, Ele é negro": a gênese do movimento negro evangélico no Brasil. **Religião & Sociedade**, v. 41, p. 169-192, 2021.

PINHEIRO, Petrilson Alan. Sobre o manifesto "A Pedagogy of Multiliteracies: designing social futures"-20 anos depois. **Trabalhos em linguística aplicada**, v. 55, n. 2, p. 525-530, 2016.

PINSKY, Jaime. **História da cidadania.** /Jaime Pinsky, Carla Bassanezi Pinsky. 2012.

PIPER, John. **O racismo, a cruz e o cristão: a nova linhagem em Cristo.** Vida Nova, 2012.

POLIVANOV, Beatriz Brandão. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**, n. 3, 2013.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, João Gomes da. **Lembranças do passado.** Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Publicidade, v. 1 (1941), v. 2 (1944), v. 4 (1957).

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** Parábola, 2009.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues et al. Multiletramentos na escola: uma entrevista com Roxane Rojo. **Educitec-Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, p. e199822-e199822, 2022.

SANTOS, Fernanda Marsaro. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** Record, 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito.** Editora Companhia das Letras, 2015.

SCHUCMAN, LIA VAINER. O branco e a branquitude: letramento racial e formas de desconstrução do racismo. **Portuguese Literary and Cultural Studies**, p. 171-189, 2022.

SILVA, Elizabeth Maria da; ARAÚJO, Denise Lino de. Letramento: um fenômeno plural. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 12, p. 681-698, 2012.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento na educação infantil.** Revista Pátio Educação Infantil, v. 20, p. 6-9, 2009.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista brasileira de educação**, p. 5-17, 2004.

SOARES, Magda. O que é letramento e alfabetização. **Letramento: um tema em três gêneros**, v. 2, p. 27-60, 1998.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; DA SILVA, Ione Jovino; DA SILVA MUNIZ, Kassandra. Letramento de Reexistência-um conceito em movimentos negros. **Revista da**

**Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, p. 01-11, 2018.

STREET, Brian; BAGNO, Marcos. Perspectivas interculturais sobre o letramento. **Filologia e linguística portuguesa**, n. 8, p. 465-488, 2006.

STREET, B. V. **Cross-cultural approaches to literacy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

STREET, B. V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação** (Tradução Marcos Bagno). São Paulo: Parábola, 2014.

STREET, B. V. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SHUKER, N. **Os grandes Líderes Martin Luther King**, São Paulo: Nova Cultural, 1987.

TREVISOL, Joviles Vitório; NIEROTKA, Rosileia Lucia. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **Revista Katálisis**, v. 19, n. 01, p. 22-32, 2016.

Twine, F. W. "A White Side of Black Britain: The Concept of Racial Literacy." **Ethnic and Racial Studies** 27 (6): 878-907, 2004.

Twine, F. W. e A. Steinbugler. "The Gap Between Whites and Whiteness: Interracial Intimacy and Racial Literacy." **Du Bois Review** 3 (2): 341-363, 2006.

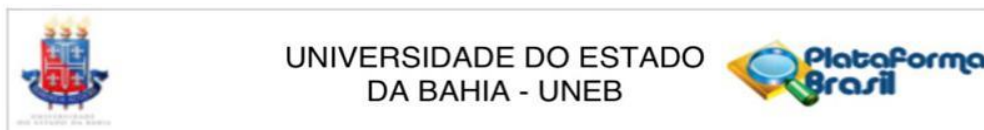
Twine, F. W. e C. Gallagher. "The Future of Whiteness: A Map of the 'Third Wave'." **Ethnic and Racial Studies** 31 (1): 1-21, 2007.

UOL, Estadão-SP. Católicos estão em queda e evangélicos em alta, mas com ritmo menor, diz Censo do IBGE. Disponível em: <

WHITMAN, Christy. **O Jovem Martin Luther King**. Pallas Editora e Distribuidora LTDA. São Paulo, 2004.

## ANEXO I

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E LETRAMENTO RACIAL: UM ESTUDO SOBRE AS PROPOSTAS E AÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO EVANGÉLICO.

**Pesquisador:** MAGNO SANTANA DA SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 75488723.2.0000.0057

**Instituição Proponente:** Universidade do Estado da Bahia

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.509.165

**Apresentação do Projeto:**

Este Projeto de Pesquisa busca contribuir com estudos realizados até o presente momento sobre Educação, Letramento Racial, preconceito e desigualdades sociais. Debruça-se especificamente, sobre as propostas e ações do Movimento Negro Evangélico interrogando sobre o seu posicionamento em relação à questões raciais relacionadas aos afrodescendentes. Tem como objetivo realizar uma análise crítica, qualitativa e reflexiva, de base exploratória sobre as propostas, ações e metodologias do Movimento Negro Evangélico (MNE), fazendo o mapeamento das suas ações e a análise do seu impacto no tocante ao letramento racial nas igrejas evangélicas de Salvador. O trabalho será realizado por meio de entrevistas com lideranças do MNE, pastores e membros das entidades envolvidas direta ou indiretamente com o objeto de pesquisa. Busca-se investigar e conhecer as propostas, trabalho e os efetivos impactos do MNE no tocante ao Letramento Racial neste segmento religioso tendo como ponto de partida o Cuxi - Coletivo negro Evangélico, entidade que compõe o Movimento Negro Evangélico em Salvador.

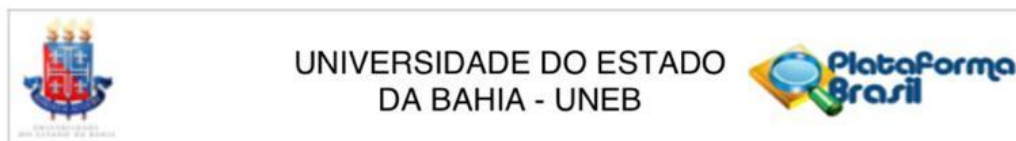
**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo geral:

Analisar as propostas, metodologias e ações de letramento racial e Educação Antirracista propostas pelo Movimento Negro Evangélico em Salvador.

**Endereço:** Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,  
**Bairro:** Água de Meninos - site [www.cep.uneb.br](http://www.cep.uneb.br) **CEP:** 40.460-120  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)/[www.cep.uneb.br](http://www.cep.uneb.br)

## ANEXO II



Continuação do Parecer: 6.509.165

APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2195924.pdf	01/11/2023 10:52:19		Aceito
Outros	Termo_de_Autorizacao_Institucional_da_Coparticipante.pdf	01/11/2023 10:19:41	MAGNO SANTANA DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_para_Coleta_de_Dados_em_Arquivos.pdf	01/11/2023 10:08:04	MAGNO SANTANA DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_Compromisso_do_Pesquisador_responsavel.pdf	18/10/2023 16:47:24	MAGNO SANTANA DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_Autorizacao_da_Instituicao_Proprieta.pdf	18/10/2023 16:44:27	MAGNO SANTANA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	13/10/2023 12:00:31	MAGNO SANTANA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	13/10/2023 11:59:17	MAGNO SANTANA DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_de_confidencialidade.pdf	13/10/2023 11:58:46	MAGNO SANTANA DA SILVA	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_de_concordancia.pdf	13/10/2023 11:55:26	MAGNO SANTANA DA SILVA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	13/10/2023 11:54:37	MAGNO SANTANA DA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	13/10/2023 11:46:23	MAGNO SANTANA DA SILVA	Aceito
Brochura Pesquisa	Brochura.pdf	13/10/2023 11:45:53	MAGNO SANTANA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	13/10/2023 11:44:40	MAGNO SANTANA DA SILVA	Aceito

**Situação do Parecer:**

**Endereço:** Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,  
**Bairro:** Água de Meninos - site [www.cep.uneb.br](http://www.cep.uneb.br) **CEP:** 40.460-120  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)/[www.cep.uneb.br](http://www.cep.uneb.br)